



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO-UFRJ
Linha de Pesquisa em Mídia e Mediações Sócio-culturais

LARISSA BERY

Comum em Disputa: Da Gentrificação do Rio de Janeiro à Reinvenção da Cidadania pela
Estética da Multidão

Rio de Janeiro
2015

LARISSA BERY

Comum em Disputa: Da Gentrificação do Rio de Janeiro à Reinvenção da Cidadania pela
Estética da Multidão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva

Rio de Janeiro
2015

Bery, Larissa

Comum em Disputa: Da Gentrificação do Rio de Janeiro à Reinvenção da Cidadania pela Estética da Multidão/ Larissa Bery. Rio de Janeiro, 2015. 115 f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Paiva

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – ECO-UFRJ, 2015.

1. Estética e Política 2. Movimentos Sociais Urbanos 3. Multidão 4. Gentrificação
I. Paiva, Raquel II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Larissa Bery

Comum em Disputa: Da Gentrificação do Rio de Janeiro à Reinvenção da Cidadania pela Estética da Multidão

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

APROVADA EM: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Raquel Paiva

Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof. Dr. Muniz Sodré

Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof. Dra. Alessandra Vannucci

Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

Prof. Dra. Tatiana Roque

Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO/UFRJ

DEDICATÓRIA

*À multidão de Amarildos,
À multidão de Gleise Nanas,
À multidão de Luiz Felipes,
À multidão de Cláudias,
À multidão de Edilsons,
À multidão de moradores removidos,
À multidão que se espreme nos coletivos,
À multidão que faz do seu cotidiano resistência,
À multidão de trabalhadores e estudantes em greve,
À multidão que não abre mão de direitos por privilégios,
À multidão que recusa se calar diante das tropas de choque,
À multidão dissonante que faz da dissidência construção mútua,
À multidão de professores que faz da luta instrumento pedagógico,
À multidão que não abaixa a cabeça para a pacificação militarizada,
À multidão cidadã que não abre mão de construir cidades para pessoas,
À multidão sagaz que entende que a política vai muito além das eleições,
À multidão que afirma o poder constituinte nas ruas, praças e ocupações,
À multidão originária que guerreia pelo direito de existir enquanto índio,
À multidão desobediente que se amotina contra os mandatos de barbárie,
À multidão feminista que luta por todas e por si contra o patriarcado,
À multidão de vozes que gritam mais alto do que a mídia corporativa,
À multidão que mantém viva a memória da luta através das gerações,
À multidão empática que sente o Outro mesmo sem vivê-lo na pele,
À multidão operária que trabalha o Comum com suor e lágrimas,
À multidão que materializa a utopia nas suas criações artísticas,
À multidão de anônimos que colocam o coletivo acima do ego,
À multidão alegre que faz da luta o seu carnaval e vice versa,
À multidão revoltada que parte da reclamação para a ação,
À multidão que pratica suas ideias como meio e como fim,
À multidão que inventa linhas de fuga e não de destruição,
À multidão que caminha em direção ao horizonte,
À multidão grávida de um mundo mais feliz,
À multidão cuja razão de ser é o encontro,
À multidão de ontem, hoje e de sempre,
À multidão que está dentro e contra,
À multidão Comum,
Ao múltiplo,
Ao Nós,*

AGRADECIMENTOS

O lugar de destaque de toda e qualquer lista de agradecimentos da minha vida será sempre dela, Maria Diná Teixeira... minha mãe. Todo o mérito que eu possa vir a ter em qualquer ocasião, deve ser remetido à ela, indubitavelmente e sem medo de cair no clichê. Graças a ela ter considerado a educação como a maior herança que poderia me deixar, que eu estou me graduando mestre. Espero, sinceramente, fazer jus a essa herança e corresponder às suas expectativas, assumindo meu lugar no mundo, mesmo que esse lugar seja o da eterna rebelde, que contesta o sistema e propõe alternativas mais viáveis de se viver com harmonia, do micro para o macro. Mas quem primeiro optou pela educação como sendo o investimento prioritário para a sua família foi meu avô, Oswaldino Alves Teixeira, o primeiro a praticar a desobediência civil como ferramenta emancipatória, aprendendo a ler contrariando as regras de seu pai que via na escrita uma simples ferramenta para a conquista de amores levianos...vejam só, o amor ser considerado leviano! Pois foi esse amor que o trouxe do povoado de Caetano no interior da Bahia à São Paulo, capital, para conhecer minha avó, Maria da Conceição Rocha ou Lali, com quem teve cinco filhos, que, ao contrário dele, tiveram oportunidade de estudar. Orgulhosamente, a maioria dos filhos do Seu Dino, autodidata, se formou na universidade. Também esses outros filhos: tia Cida, que foi fundamental também pelas referências e pela revisão; tia Edna; tia Vilma e tio Carlos levam crédito sobre minha educação, minha mãe não poderia contar com pais melhores para substituir a ausência do meu pai biológico. Dentre eles ressalto a participação especial de minha madrinha-tia Neide de Castro, com a qual tenho ligações mais que sanguíneas, de coração. Ela e minha tia Vilma se dividiram na árdua tarefa de iluminar meus caminhos, uma vez que minha mãe agora só pode fazê-lo de uma dimensão transcendente e nem sempre isso está claro o suficiente para mim.

Agradeço aos movimentos de resistência e à todos cidadãos pela oportunidade de cursar a graduação e a pós-graduação em faculdade pública, oportunidade rara para a maioria esmagadora desse país. Agradeço também à CAPES por ter me cedido uma bolsa de pesquisa que foi fundamental para garantir minha dedicação ao programa. Agradeço à minha orientadora, professora Raquel Paiva pela disponibilidade e por sua sensibilidade. Aos membros da banca de qualificação – professor Muniz Sodrê, professora Alessandra Vannucci e professora e companheira Tatiana Roque, pelas referências e diálogo. Agradeço imensamente ao professor Giuseppe Cocco e à professora Barbara Szaniecki pela inspiração e pelas reflexões que deram forma à esse trabalho. Agradeço aos demais colegas da multidão que dividiram comigo a tarefa de pensar sobre o momento atual sob os mais variados ângulos para assim podermos construir juntos linhas de fuga que proponham alternativas mais felizes: Paula Kossatz, Renata Gomes, Pedro Mendes, Fernanda Kut, Bernardo Gutierrez, Adriano Pilatti, Katja Schilirò, Pablo de Soto, Lucas Faulhaber, Alex Freschete, Daniel Fonseca, Mila Daffre, Anita Henriques, Rodrigo Modenesi, Augusto Lima, Rafucko, Carlos Contente, Carlos Medeiros (Batman Pobre), Marcelo Castañeda, Lidi de Oliveira, Janaína Castro Alves, Leo Nabuco, Silnei Andrade, Geo Britto, e tantos outros com o qual me uni em torno de construções comuns. Agradeço também às singularidades por trás das Assembleias Populares: do Largo, do Largo do Machado e da Cinelândia; do Ateliê de Dissidências Artísticas e da Casa Nuvem; do Projetação; do Carranca; do Mariachi; do Norte Comum; do Cidades Invisíveis; da Universidade Nômade; e de outros coletivos vários.

Agradeço também aos companheiros de longa data: Bruno Melo, cuja análise crítica ampliando enormemente minhas reflexões; Ana Letícia Canegal, Mañhana Laborda, Icaro Vidal, Mariana Carneiro, Beatriz Morgado, e Mariana Furloni, amigos queridos que dividem suas vidas e famílias comigo.

Encerro esta lista interminável, agradecendo aos obstáculos que encontrei pelo caminho, por me fazerem mais forte. E ao elemento fundamental de todo esse processo, meu fiel escudeiro Alexandre Borges. Companheiro de todas as horas, com quem não apenas dividi todas as experiências aqui relatadas, mas com quem as construí, bem como construo minha vida. E, finalmente, não poderia deixar de agradecer à Punky por todo o carinho, pelo rabo abanante e pelo suporte emocional e de teclado.

RESUMO

BERY, Larissa. Rio de Janeiro, 2014. *Comum em Disputa: Da Gentrificação do Rio de Janeiro à Reinvenção da Cidadania pela Estética da Multidão*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

A presente dissertação se dedica a investigar, sob a luz dos aspectos simbólicos e sensíveis, os desdobramentos estéticos das manifestações que ocorreram no Rio de Janeiro nos anos de 2013 e 2014, em resposta à intensificação da gentrificação decorrente da realização de megaeventos internacionais no período atual. Abordando a estética como mídia e mediação sociocultural, as ações multitudinárias são compreendidas como meio e mensagem. Nessa dinâmica, a cidade não é entendida apenas como pano de fundo inerte, mas como sendo fundamental para a produção da multidão. Esta, por sua vez, faz do comum processo e objetivo fim de seu devir. A indignação esta na base da mobilização que fundamenta os protestos, portanto se faz essencial a compreensão do caráter distópico manifesto na realidade das cidades, com principal ênfase ao Rio de Janeiro. Com o objetivo de melhor ilustrar esse processo, o conceito de permacultura é deslocado para o ambiente social – o que era distopia se transforma em vislumbre de utopia pela criação da multidão.

Palavras-Chave: Estética e Política; Movimentos Sociais Urbanos; Gentrificação; a Cidade e o Comum; Multidão; O Sensível e o Simbólico;

ABSTRACT

BERY, Larissa. *The Commons in Dispute: From the Gentrification of Rio de Janeiro to the Reinvention of Citizenship by the Multitude's Esthetics*. Dissertation (Masters in Communication and Culture) - School of Communication, Federal University of Rio de Janeiro, 2015.

The present dissertation is dedicated to investigate, on the light of the symbolic and sensible aspects, the aesthetical unfolding of the demonstrations that took place in Rio de Janeiro between the years 2013 and 2014, in response to the intensification of the gentrification due to the international mega events production in the actual times. Taking aesthetics as media and sociocultural mediation, the multitudinal actions are understood as medium and message. In this dynamics, the city is comprehended not only as an inert background, but as being fundamental to the production of multitude. This, by its turn, makes the Common process and final objective of its devenir. The indignation is on the mobilization's base which founds the protests, therefore the comprehension of the dystopic character manifested in the reality of the cities, with a special attention to Rio de Janeiro, is found essential to the understanding of the matter in a broader sense. With the goal to better illustrate this process, the permaculture concept is displaced to the social environment – what was dystopia is transformed into utopia by the multitude's creations.

Keywords: Aesthetics and Politics; Urban Social Movements; Gentrification; the City and the Common; Multitude; The Sensible and the Symbolic;

Sumário

1. Introdução	1
2. Metrópole Comunicacional.....	7
2.1. Cidades Rebeldes - Palco de Lutas e Resistência.....	8
2.2. A Comunicação e o Comunitário – Aspectos do Comum Urbano.....	10
2.3. Cidades Sensíveis e o Poder Simbólico do Espaço Urbano	20
3. Formas Distópicas de Cidade	24
3.1. Gentrificação Urbana e Higienização Social.....	26
3.2. Os Megaeventos e a Mercantilização da Vida nas Cidades	28
3.3. Megaeventos e Transformações Urbanas na História Carioca	35
3.4. Gentrificação e Política de Segurança Pública.....	49
3.5. Mobilidade Urbana e o Direito à Cidade.....	53
4. Inventando a Utopia do Comum – Criar, Criar Poder Popular.....	66
4.1. Mediação fluida corpo máquina.....	69
4.2. Deriva Constituinte	71
4.3. Em Busca da Construção do Poder Constituinte.....	75
4.4. A Multidão e A Arte de Fazer o Comum	78
4.5. Arte e Ação Direta	80
4.6. Guerrilha Simbólica	85
4.7. A Violência e o Potencial Humanizante do Trágico	89
4.8. Corpos desobedientes – A Arte de (des) atuar papéis sociais	94
4.9. Resistência Bufo – Escracho e Política	96
5. Conclusão	100
6. Bibliografia	112
7. Anexos	I
Imprensa.....	I
Links de Vídeo.....	XX
Fotos	XXI

1. Introdução

A presente dissertação tem o objetivo de investigar sob a luz dos aspectos simbólicos e sensíveis, a estética das manifestações que ocorreram em resposta à crescente gentrificação que se intensifica com a realização de megaeventos internacionais no Rio de Janeiro nos anos de 2013 e 2014. Abordando a estética como mídia e mediação sociocultural, o caráter comunicativo dessas ações é ressaltado sendo estas compreendidas como meio e mensagem. Nessa dinâmica, a cidade é vista não apenas como pano de fundo inerte, mas como lócus da produção da multidão que faz do comum processo e produção de seu devir. Mas para que se possa abarcar a indignação que funciona como base de sustentação dos protestos, se faz essencial a compreensão da realidade distópica que cada vez mais se manifesta no âmbito da cidade com mais força. Com o fundamento de ilustrar esse processo, o conceito de permacultura é deslocado para o ambiente social – o que era distopia se transforma em utopia pelas criações da multidão.

De acordo com a teoria de Karl Marx sobre o intelecto geral desenvolvida em seus manuscritos de 1857-1858, todo o conhecimento e habilidade coletivos teriam sido apropriados e alienados da sua função de construir o comum. A atividade humana é colocada a serviço de diversas máquinas cuja principal funcionalidade é gerar um lucro que cada vez mais se concentra nas mãos de cada vez menos beneficiários. Guy DEBORD, teórico marxista fundador do movimento situacionista, introduz a pergunta que norteia o presente trabalho: E se essas máquinas fossem subvertidas para produzir o comum e não aquilo que escraviza o humano? Imaginar máquinas pós-capitalistas não deixa de ser uma função artística na medida em que se trata de um trabalho de projeção de uma outra realidade que passa a existir na medida em que é praticada. É preciso redesenhar a própria imaginação, libertando-a das emoções e das relações sociais capitalistas. São essas motivações que levam à essa deriva-dissertação. Apesar de acadêmico o presente trabalho é fruto de uma observação ativa guiada pela visão utópica de que sonho e ação poderiam ser reunificados. Nesse sentido o método da deriva idealizado por DEBORD (2003) é colocado como pressuposto para criação artística e intelectual. Embora a deriva conforme seu conceito original não tivesse sido proposta para esses fins, seu denominador comum reside na abordagem da cidade como campo de investigação sensitivo e artístico, tendo guiado a produção do grupo neo-dadaísta Fluxus reconhecidos por seus *happenings*

realizados no espaço público e os artistas brasileiros Flávio de Carvalho em suas perambulações e Hélio Oiticica em seu *Delírium Ambulatorium*.

A cidade também se configura como uma máquina no sentido em que suas operações internas são dadas pelos agenciamentos coletivos que fomenta. À partir das reflexões de David HARVEY, geógrafo de origem britânica que se dedica a refletir sobre a contemporaneidade das metrópoles, as dinâmicas urbanas serão estudadas tendo o entendimento do direito à cidade como contexto. Nesse sentido o entendimento do comum urbano é embasado pelas reflexões de Antonio NEGRI e Michael HARTDT que entendem as cidades como sendo o lugar onde a concentração de riquezas adquire proporções extremas, mas por conta disso acaba se tornando também o lócus da revolução, da conscientização operária, da opressão e da inevitável busca pela libertação.

O pressuposto comunicacional da presente dissertação aborda a comunicação como sendo uma ciência redescritiva do comum humano que abrange desde as relações interpessoais até as massivas. De acordo com Muniz SODRÉ (2013), professor emérito da Escola de Comunicação da UFRJ e pesquisador na área da filosofia comunicacional, comunicar é uma ação contínua de instauração do comum como um nada constitutivo. A comunicação se configura como sendo uma dimensão mediadora imprescindível à convivência humana. Os homens são comunicantes não porque falam, mas porque organizam o seu comum, dessa forma a comunicação se coloca como sendo imprescindível ao comum humano. No entanto, a comunicação não se limitaria à linguagem verbal, mesmo que esta assumira uma posição privilegiada dentro da concepção dialógica. Segundo Lacan, embora o discurso seja fundado na linguagem ele não está restrito ao texto, ele é estrutural e pode existir sem palavras (LACAN apud SODRÉ, 2013).

Ainda de acordo com SODRÉ (2013), a comunicação seria originariamente simbólica, se configurando como um espaço de trocas simbólicas nem sempre feitas em consenso e, portanto, este espaço acaba sendo marcado por lutas. O comum se configura como a medida abstrata que regula essas trocas. É o comum que permite a cada sujeito social se reconhecer no outro, dessa forma este é entendido como uma dimensão não redutível à significação. O que dá sentido ao comum são as relações sociais. Nesse contexto, é papel da cultura cuidar para que as regras sociais não sejam naturalizadas, sendo ela constituinte das nossas afetividades e convicções.

O dialogismo é tido como central na compreensão do fenômeno comunicacional. Para referenciar a noção de uma comunicação que garanta plena participação dos comunicantes é utilizada a noção da relação Eu-Tu de Martin BUBER, filósofo rassista cujo envolvimento no movimento existencialista é marcado pela instauração da filosofia do diálogo. Por sua vez, as noções dialógicas de Mikhail BAKHTIN, filósofo marxista que se dedicou a pesquisar profundamente a linguagem humana, são trazidas para o debate.

Os aspectos comunicacionais das cidades são compreendidos para além dos meios e das mídias tradicionais, considerando que os fluxos comunicativos se dão também à partir de complexidades dos aspectos humanos em relação ao espaço físico das metrópoles. Mas a comunicação nos dias de hoje transborda para além dos limites físicos, uma vez que o tecido urbano é também urdido pelas redes digitais. Massimo Di FELICE doutor em ciências da comunicação e coordenador do centro de pesquisa *Atopos* (ECA/USP) se dedica a estudar o Net-Ativismo como sendo a intersecção entre transformações sociais e as tecnologias comunicativas digitais.

As cidades são abordadas também como territórios simbólicos e sensíveis, marcadas pela constituição multitudinal. Em “A Partilha do Sensível”, RANCIÈRE (2005) descreve a formação da comunidade política com base no encontro discordante das percepções individuais. A política seria essencialmente estética, ou seja, estaria fundada sobre o mundo sensível, assim como a expressão artística. Por isso, um regime político só poderia ser democrático ao incentivar a multiplicidade de manifestações dentro da comunidade. RANCIÈRE compreende as próprias práticas artísticas como formas modelares de ação e distribuição do comum. Elas são configuradas por processos criativos que intervêm nos demais processos de concepção e prática de mundo, promovendo impacto e nas relações e na visibilidade dos temas que pautam a atenção da sociedade.

A partilha do sensível estabelece, ao mesmo tempo, um comum a ser partilhado e o que deve ficar circunscrito ao âmbito privado. “Partilha” implicaria tanto em um “comum” (a cultura, os direitos civis, a liberdade) quanto em “lugar de disputas” por esse comum – mas de disputas que, baseadas na diversidade das atividades humanas, definem “competências ou incompetências” para a partilha. Raquel Paiva, doutora e mestre em comunicação que se dedica a pesquisar especialmente as relações sensíveis das cidades, dialoga com RANCIÈRE de maneira próxima, enfatizando os aspectos sensoriais e

afetivos na relação dos cidadãos com suas cidades. Os sentidos seriam determinantes para a produção do vínculo comunitário e para a manutenção do pacto social.

Por sua vez, Barbara SZANIECKI, doutora em comunicação visual e design, autora de diversas obras que investigam a estética da multidão, encara as lutas da multidão no território urbano como sendo monstruosas uma vez que sua produção política e estética não poderia ser delimitada. Ela nomeia os dispositivos artísticos da multidão de multiformances, que seriam uma produção de linguagem estética marcada por variações artísticas em contínuo movimento de criação cuja definição é múltipla, não podendo assim ser encerrada em uma área fixa.

Sendo a sociedade contemporânea regida pela lógica capitalista, marcada por ser um sistema de contradição e distinção entre os grupos sociais, tais características se refletem também no espaço urbano como formas distópicas de cidade. Nesse sentido os valores econômicos são sobrepostos aos valores humanos, e a propriedade assume o papel central nas relações dos homens com seus semelhantes. A cidade regida pelas regras do capital é o lócus de acumulação para poucos em detrimento do poder aquisitivo de muitos. Essa realidade distópica é compreendida por meio da análise do seu contexto histórico, que forma as bases da compreensão dos processos neoliberais fortalecidos pelo governo atual, cuja lógica desumana vem alimentando a indignação que mobilizou a multidão.

Dessa forma, a cidade se configura como sendo um espaço dúbio, paradoxal, que comporta o problema, mas também sua solução. É preciso olhar a cidade e o espaço urbano como o lugar que produz o conflito ao mesmo tempo em que fomenta as possibilidades de sua superação. Antonio NEGRI e Michael HARDT debruçam sobre o caráter multitudinal das cidades. De acordo com eles a multidão não é povo, porque não pode ser considerada como sendo uno. Difere-se de massa, por não ser homogênea. Tão pouco seria soberana, uma vez que é constituída por disputa, composta pelo múltiplo, pelo diverso, pelo variado. Se o conceito de povo se realiza pela exclusão do outro, a multidão pelo contrário, é antropofágica se faz na inclusão do outro, une pessoas de diferentes nações, credos, origens e faixas etárias. A massa implode as diferenças na uniformidade do conjunto e é passiva, atende à designações exteriores, não podendo agir a partir de um acordo comum, já a multidão seria um sujeito social ativo. A multidão não age a partir da identidade do

povo nem da unidade da nação, mas a partir dos próprios acordos que a constitui. Atua como sendo um poder constituinte, implicando assim na crise da tradição da soberania.

Nesse sentido a multidão é tida como protagonista dos movimentos que se propõe a inventar a utopia do comum a partir da criação de máquinas alternativas à mecânica dos agenciamentos capitalistas. Essa compreensão se dá à luz do pensamento de Gilles DELEUZE, filósofo e Félix GUATARRI, psiquiatra. Ambos, também ativistas que, apesar de possuírem carreiras totalmente independentes, produziram suas principais obras de maneira colaborativa. Giuseppe COCCO, sociólogo professor de tecnologias da comunicação e militante do operariado italiano e membro da rede Universidade Nômade, traça conexões entre os pressupostos deleuze-guattarianos e hardt-negrianos ao investigar a potencia criativa da multidão.

A natureza subversiva da ação dos movimentos sociais sobre o espaço urbano remete ao conceito de Zonas Autônomas Temporárias e à anarquia ontológica, de Hakim BEY. Ele sugere que parte dos sujeitos individuais a abnegação ao controle das estruturas do sistema realizadas a partir de sabotagens cotidianas ao status quo regente, prática por ele denominada de terrorismo poético, que teriam como efeito a entrada em um espaço onde a dinâmica de relações entre o psíquico e o social seria modulada livremente. É essa concepção que propiciaria a formação de ambientes onde a experiência social se faz em espaços livres de autonomia transitória - TAZ (Temporary Autonomous Zones). A teoria de Hakim Bey prega que o tecido social está prenhe de uma força libertadora, que por razões insuspeitas pode unir indivíduos temporariamente e se proliferar sucessivamente. Esses levantes temporários proporcionariam ao sistema social uma comunicação efetiva com os sistemas psíquicos.

É nesse sentido de provocação de um olhar de estranhamento que as manifestações estéticas atuam. Tais manifestações são pautadas pela defesa do comum urbano frente ao acirramento do processo de gentrificação e de privatização que está se dando em decorrência da realização de grandes eventos internacionais, começando pela defesa da aldeia Maracanã no momento em que houve a remoção de seus integrantes para que esta se transformasse em um estacionamento, passando pelos movimentos contra o aumento das passagens de ônibus que aconteceram durante a realização da Copa das Confederações e culminando nas manifestações que surgiram na Copa do Mundo de 2014. Analisar uma

realidade tão próxima é um desafio bastante grande uma vez que o cenário está em constante transformação, fazendo com que as teorias levantadas sejam constantemente redimensionadas. Trata-se de um trabalho vivo, cuja dinâmica é extremamente rápida. O excesso de material para análise é outra problemática importante de ser mencionada, uma vez que dificulta o aprofundamento da pesquisa.

Entender a cidade como contexto fundamental para a constituição da multidão bem como suas dinâmicas sensíveis e seus aspectos simbólicos é o ponto de partida para se pensar os movimentos sociais contemporâneos, visto que o ambiente urbano é o principal palco das recentes disputas políticas contemporâneas, afinal é as metrópoles são morada da parcela maioritária da população mundial, tema que será melhor detalhado ao longo do capítulo segundo. Posto isso, o terceiro capítulo é formado por uma coletânea de inquietações compreendidas como sendo formas distópicas de cidade materializadas pelas políticas vigentes e cujos efeitos reais foram objeto de investigação dos pesquisadores citados ao longo do texto. Esse capítulo dá a base de compreensão sensível, o contexto histórico e material, para o quarto e último momento da presente dissertação, à abordagem do movimento das ruas sob a perspectiva simbólica e criativa. A atuação no nível sensível se configura como um dos principais focos de investigação. De que forma ela se dá? Como seria ela capaz de transformar a percepção que o cidadão tem a respeito da sua relação com a cidade? A interação entre simbólico e sensível é uma das questões que norteia essa pesquisa. A disputa pelo comum urbano se coloca como outro grande ponto de atenção. Haveria lugar para o comum dentro de uma lógica empresarial de cidade? De que forma o debate em torno do comum vem ganhando espaço dentro do movimento das ruas e de que formas esse comum é posto em prática dentro dos próprios movimentos que se formam em sua defesa? Esta pesquisa não tem a pretensão de responder objetivamente essas ou outras questões que surgirão pelo caminho, mas de ampliar o espectro de entendimento sobre essas questões e quem sabe suscitar possíveis linhas de fuga. Ao final espera-se que este seja um instrumento de reflexão que ajude na compreensão da dinâmica de transformação promovida pela luta em defesa do comum urbano.

2. Metrópole Comunicacional

A cidade é um palco onde desfilam coletivos de todos os tipos, uma procissão infindável: os conspiradores, os operários com mulheres e filhos, os pobres, os sem posses, os miseráveis, os catadores de lixo, as” classes laboriosas “, as” classes perigosas “, os proletários, os” homens inferiores, nascidos de assaltantes e prostitutas “, os oprimidos (...). Uma multidão incont vel que se desdobra em outras multidões... (BOLLE, 2000, 397-398)

David HARVEY, geógrafo de origem britânica que se dedica a estudar as dinâmicas urbanas compartilha da visão de BOLLE sobre a composi o da urbis, entendendo as cidades como sendo lugares marcados pelo encontro de singularidades diferentes, onde a desordem produziria novas subjetividades e processos criativos, mas também conflitos sobre as visões e usos, fazendo das cidades palco histórico de levantes e revoltas.

“Na história urbana, calma e civilidade são exce es, e não a regra. A única pergunta interessante é se os resultados são criativos ou destrutivos. Normalmente são ambos: a cidade tem sido por muito tempo um epicentro de criatividade destrutiva”. (HARVEY, 2014, 38).

Nos seus primórdios as cidades se formaram em locais privilegiados por recursos naturais e que, portanto, atraíram cada vez mais residentes. Estes não apenas se conformaram às condi es ambientais mais foram aos poucos adaptando o meio ambiente para conseguir obter o máximo de conforto com o menor esforço possível. Aquedutos sofisticados foram inventados para irrigar planta es, moinho de vento para moer grãos, carroças para facilitar o transporte de materiais. Pouco a pouco as cidades foram acumulando excedentes e começaram a trocar suas produ es umas com as outras, gerando o comércio. As transa es comerciais transformaram as cidades em pontos de encontro entre culturas distintas. Além de promover a troca de informa es e saberes, esse encontros geraram novas línguas, culturas e povos híbridos. A troca comercial não ficava restrita aos produtos mas compreendia um amplo intercâmbio cultural que hoje configura o que pode ser compreendido como sendo cosmopolitanidade. No entanto, o intercâmbio cultural está na raiz de quase todos os povos, dos tradicionais aos contemporâneos, caracterizando de igual maneira a maior parte das línguas. A partir dessa análise histórica pode-se constatar

que as cidades são locais primordialmente constituídos pelo múltiplo que ao compartilhar saberes e práticas entre si estruturam o que pode ser entendido como sendo o Comum. Esse capítulo não tem a presunção de definir o que seria exatamente o comum, nem tão pouco apontar fórmulas para contruí-lo, apenas levanta algumas reflexões sobre sua constituição urbana traçando relação com a defesa do direito à cidade que mobiliza manifestações e protestos multitudinais da contemporaneidade.

2.1. Cidades Rebeldes - Palco de Lutas e Resistência

As cidades transformadas em metrópoles e finalmente, megalópoles substituíram as grandes fábricas na organização social do trabalho se tornando conjuntos produtivos. Conforme definido por Antonio NEGRI filósofo político e sociólogo formado a partir do movimento operalista italiano, as lutas antecipam as transformações do capital, é a resistência que acaba gerando a necessidade do capital reinventar novas formas de produção para que possa seguir existindo. Nesse sentido o capital financeiro se configura como sendo a forma mais alta de organização capitalista jamais alcançada. O capital se deslocou da fábrica para as cidades, em resposta aos movimentos operários que exigiam melhores condições salariais limitando a mais valia dos industrialistas. Afim de produzir novos níveis de comando, garantindo assim alta lucratividade as metrópoles se tornaram o novo chão de fábrica fazendo com que o modo de produção se tornasse biopolítico. Ao transformar natureza em recurso lucrativo, cidades ricas em beleza natural a exemplo do Rio de Janeiro, são tidas como cartões postais se dobrando a processos produtivos que excluem seus cidadãos, se transformando em parques de atrações turísticas cada vez menos voltados para a constituição do sentido comunitário e cada vez mais próximos da gestão empresarial. Ao invés de estruturas comuns, os elementos básicos para a vida se transformam em commodities geridas pelo capital privado - recursos naturais agora privatizados, apenas estão disponíveis mediante o pagamento de tarifas altamente lucrativas mas que nunca são revertidas em prol das cidades e de seus habitantes.

É notável que a privatização do espaço urbano conduz à uma perda da capacidade de construção de uma narrativa de cidade pois prejudica o convívio entre seus habitantes, transformando-os em meros consumidores de suas cidades. Conforme ressalta David

HARVEY:

“O direito à cidade não pode ser concebido simplesmente como um direito individual. Ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político. A governança substituiu o governo; os direitos e as liberdades têm prioridade sobre a democracia; a lei e as parcerias público-privadas, feitas sem transparência, substituíram as instituições democráticas; a anarquia do mercado e do empreendedorismo competitivo substituíram as capacidades deliberativas baseadas em solidariedades sociais. Culturas opositoras tiveram, portanto, de se adaptar a essas novas regras e encontrar novas maneiras de desafiar a hegemonia da ordem existente”. (HARVEY, 2013, 39-40)

Devido às suas origens históricas as cidades se configuram como espaço de encontro entre diversos pontos de vista sobre realidades distintas, inclusive sobre a realidade dela própria, a cidade. O conflito entre esses pontos de vista distintos a respeito da utilização do espaço urbano, gera novas territorialidades neste *lócus* que, por ser determinantemente empírico, é reconfigurado a partir das experiências que seus ocupantes realizam ao dele fazer uso. Nesse sentido, o que era uma fábrica desativada, pode vir a ser um circo, o que era terreno baldio, horta e o que era muro pode vir a ser tela. Assim como foram criadas a partir da criação de múltiplos atores através de sua história, as cidades podem ser constituídas a partir da ação da multidão de cidadãos que a compõem. A resistência aos processos de privatização neoliberal está justamente em não aceitar a realidade atual das cidades como algo natural mas sim como algo passível de ser reconfigurado a partir da vontade e da ação coletiva.

O ambiente urbano abarca uma série de desajustes, de desigualdades e de contradições, mas também possibilita a criação de espaços alternativos, quer seja sob a forma de contravenções às regras que a rege ou através da ressignificação de seus espaços tanto simbólicos quanto materiais. As cidades são produtivas não somente em termos econômicos, mas na criação coletiva da resistência de seus cidadãos que seguem inventando formas de constituir as cidades e não apenas habitá-las. É justamente ao fazer frente à essa lógica que se impõe em seu cotidiano que a resistência abre brechas para os cidadãos interferirem na gestão e na invenção das cidades. A vida das cidades é composta de cotidiano e é nele que se dá o “embate pelo uso” da cidade e seus espaços. Karl Marx, nos

Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 discorre sobre a relevância do cotidiano: “O cotidiano é a forma de existência social que suporta os processos que restabelecem a dialética da propriedade em atos práticos.” (MARX apud SEABRA, 1996, 97)

Atualmente aflora pelas cidades uma diversidade de espaços de experimentação comunitária. Hortas coletivas, assembleias populares, ocupações temporárias, a cidade dá lugar a novas formas estéticas que brotam das intervenções elaboradas no exercício da cidadania plena. Cidadania que não apenas se coloca como sendo passiva ante ao projeto de cidade mas que transforma seus espaços, sobretudo os públicos. “Ao reclamar o espaço público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos”. (MITCHELL apud HARVEY, 42) Dessa forma a reconfiguração da política urbana é feita pela prática da ação humana que se baseia na experiência. Sendo o espaço urbano uma produção e reprodução social em si, ele acaba sendo o pautado por movimentos contraculturais que se utilizam da arte como forma de desconstruir o *status quo*, resgatando narrativas históricas ofuscadas pelos valores hegemônicos; rehumanizando sujeitos massacrados pelo rolo compressor desumanizante da mídia que impõe um modelo de progresso que beneficia o capital em detrimento do humano; e resignificando espaços dominados pela lógica privatizante neoliberal. Ao priorizar o humano na concepção dos espaços comuns a comunidade metropolitana é fundada em termos práticos. Essa ação política e estética, tal qual água em pedra dura, acaba por provocar fissuras na configuração estanque de cidade regida pela centralidade das decisões públicas por interesses privados.

2.2. A Comunicação e o Comunitário – Aspectos do Comum Urbano

Cidades não são feitas apenas de concreto e vidro, são constituídas sobretudo por material humano, e portanto por redes e fluxos comunicacionais e metacomunicacionais, comunicando sobre si própria e sobre as suas próprias dinâmicas comunicativas. De acordo com Simone Tuzzo, doutora em comunicação e cultura, as cidades não são apenas locais a serem habitados nos quais fluxos constantes de informação são fundamentais, mas lugares que precisam ser imaginados para se materializar. O espaço urbano seria definido pelas relações comunicacionais da sociedade e dos espaços físicos por ela geridos, relações que

também se dão de forma sensível, através da criação de representações imagéticas que são promovidas cotidianamente pelos veículos de mídia e que de certa forma já habitam o imaginário coletivo do corpo social. Com o advento das redes digitais o tecido urbano passa a incorporar novas dinâmicas sociais, aonde o real e o virtual se entremeiam. A internet faz da cidade um centro catalisador que conecta a tudo e a todos através de teias informativas invisíveis mas cujo alcance se materializa sensivelmente fora do virtual. A relação dos cidadãos com a cidade não é apenas mediada pelas redes, é muitas vezes reconfigurada a partir delas. No entanto enquanto no ambiente virtual o sujeito tem a impressão de interatividade total, na política da vida extra-tela, a interatividade é interrompida por processos extremamente burocráticos e mediada por representantes públicos que desestimulam qualquer forma de participatividade do cidadão comum na constituição do ambiente urbano.

Massimo Di Felice doutor em ciências da comunicação e coordenador do centro de pesquisa Atopos (ECA/USP) desenvolve estudos sobre as transformações sociais promovidas pela profusão das novas tecnologias comunicativas digitais. Di Felice denomina Net-Ativismo a mobilização de pessoas “construída em diálogo com tecnologias de conectividade”. Os indivíduos conectados entre si e ao banco de dados (big data) deixam de agir de forma individualizada, mas provocam um movimento coletivo, formando outro tipo de ecologia “outro tipo de ecologia, que reúne ao mesmo tempo indivíduos, informações, circuitos informativos, banco de dados e territórios (territorialidades)”. Esse fenômeno de interatividade conecta pessoas do mundo inteiro, extrapolando os limites territoriais, abrangendo as fronteiras da vivência das cidades para além de seus limites físicos. Trata-se de uma nova forma de participação pautada pela interação entre circuito, dispositivo e sujeito. A própria forma organizativa do Net-Ativismo procura praticar a nova ordem pela qual se luta em termos práticos – a rede se dá de forma horizontal e autônoma, sem lideranças individuais e são constituintes na medida em que se colocam sempre abertas para absorver pautas novas e repensar as estratégias e métodos. Essa dinâmica rompe com a visão dualista da relação entre sujeito e objeto, sujeito e natureza ou mesmo sujeito e técnica escapando da distinção sujeito–objeto e da distinção entre o sujeito e a técnica. Em oposição, passa a estabelecer uma lógica conectiva que compreende “a totalidade não como a soma de individualidades em relação, mas as próprias relações – ou rede de redes – como condição de existência”, pensando a relação entre sujeito e tecnologia. Di Felice parafraseia “Heidegger dizia que a essência do humano é a técnica, mas também pode-se dizer, de maneira não

contraditória, que a essência da técnica é o humano”. (Di FELICE, 2014)¹

Por outro lado as redes não seriam de todo benevolentes, como qualquer criação humana elas exprimem a complexidade da totalidade humana podendo também fazer surgir mediadores que incitam a comportamentos violentos e agressivos. Em contrapartida, a rede difunde conhecimento e informações, favorecendo a emancipação do indivíduo das próprias tendências negativas através do contato com a alteridade. Como qualquer processo constituinte, é possível determinar a identidade da rede, uma vez que ela seria formada a partir das suas conexões. Com isso pode-se afirmar que a rede não seria uma solução em si, mas sim um dispositivo que tem a inteligência coletiva como disco rígido. Seria uma inteligência complexa que integraria outros elementos que formam a biodiversidade, além do humano, possibilitando assim maior interação baseada em um complexo de decisões de variáveis infundáveis. Di FELICE estende a questão para o campo filosófico:

Não é apenas o modelo econômico que determina o nosso impacto ambiental, mas um problema filosófico mais profundo, baseado nesta separação entre humano e mundo; nesta narrativa que pensa o humano como uma espécie separada do resto da realidade.

(...)Hoje, com as redes e a conectividade, temos a consciência de que existem outros atores, e que nossas ações impactam também na biosfera. E nela não existe a ideia de uma ação direcionada ao externo. Na biosfera não há externalidade e, portanto, nossas ações (políticas, econômicas, de desenvolvimento, de consumo, etc.) têm impacto imediato na biosfera, que, por sua vez, vai impactar na nossa saúde.

Esta concepção da ação nesta outra ecologia cosmopolítica e complexa constitui em pensar que o nosso parlamento deveria ser composto não só pelas pessoas, mas pela biodiversidade inteira. (Di FELICE, 2014)²

De acordo com esse raciocínio o Net-Ativismo seria da ordem de uma outra ecologia social implicando, conseqüentemente, em uma transformação extremamente

¹ Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5494&secao=443. Acessado em 29/07/2014

² Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5494&secao=443. Acessado em 29/07/2014

profunda que se estende da esfera política para o âmbito social, cobrando uma nova relação do humano com a tecnologia. Se por um lado essas mudanças ao tornar obsoleta a mediação da política institucionalizada, agravam a crise de representatividade vivenciada atualmente em todas as esferas do governo, por outro lado abrem um gama enorme de possibilidades de reinvenção política baseada na conectividade ilimitada, interatividade total e no acesso à uma rede de conhecimento infinito. Apesar de não disputar eleições nem eleger ninguém, a inteligência coletiva constituída pela conexão em rede de diversas singularidades é por ele considerada como sendo mais eficaz do que a soma das inteligências individuais. De certa forma, essa consciência coletiva formaria um comum virtual ansioso por extravasar a tela e se manifestar também no mundo material. Em junho de 2013 se pode provar um pouco dessa experiência – “Saímos do Facebook” dizia muitos dos cartazes empunhados pela multidão.

É inegável que as tecnologias da internet desempenharam um papel importante na mobilização da onda de levantes reconhecida como Jornadas de Junho, não se trata de abordar a questão pelo viés do determinismo tecnológico, mas de considerar que a expansão da conexão entre sujeitos modifica intensamente a forma como as pessoas se comunicam, o que ao aproximar singularidades com afinidades e objetivos compatíveis, facilita também encontros fora do mundo virtual. Aparentemente pode ter parecido que o movimento foi repentino, que de uma hora para a outra as ruas e as redes foram infladas pela multidão, no entanto tratou-se de um processo que apesar do resultado ter sido imprevisível mesmo para os seus participantes, ao ser observado com certa distância é possível ver indícios de que a indignação coletiva já estaria sendo gradualmente expressa nas redes sendo na forma de incontáveis abaixo-assinados online, em debates e fóruns de discussão ou mesmo no teor das postagens de uma grande parcela de usuários das mídias sociais. Paradoxalmente, através de eventos, transmissões online em tempo real e outras ferramentas disponíveis nas redes sociais, estas acabaram por incentivar que as pessoas deixassem de manifestar sua indignação apenas online, mas se conectassem umas às outras presencialmente nas ruas.

Uma das principais características das mobilizações por meio das redes virtuais é o fato delas se darem de maneira auto-organizativa, possibilitando autonomia em relação às instituições políticas convencionais como partidos e sindicatos, que também pelos motivos supra citados vêm perdendo muita credibilidade. Na obra “O Poder da Comunicação”,

Manuel CASTELLS catedrático sociólogo e diretor do Instituto Interdisciplinar sobre Internet, na *Universitat Oberta de Catalunya*, detalha a partir de uma base empírica, a influência das tecnologias de comunicação na criação de possibilidades de auto-mobilização social que superam a censura e a repressão impostas pelo Estado. Para ele a internet seria uma condição necessária, mas não auto-suficiente. A mobilização surgiria da exploração, da repressão e da opressão, seria uma resposta de libertação dialética. A possibilidade de rebelar-se sem ser esmagado estaria justamente na densidade e rapidez da mobilização proporcionadas pelas tecnologias digitais, que ele denomina como sendo um processo de “auto-comunicação de massas”. (CASTELLS, 2013) Por sua vez Jesús MARTÍN-BARBERO em *Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século* (2006) considera a comunicação como sendo determinante na configuração de novos modelos de sociedade. Segundo ele a questão tecnológica deveria ser refletida não a partir do entendimento da técnica como sendo conformativa, mas pela introdução de novos modos de relação entre os processos simbólicos introduzidos no âmbito social por meio das tecnologias. Para ele, a internet estabeleceria contato privado entre os interlocutores que seria mediado pelo público através da rede, essa dinâmica potencializaria a participação cidadã, ampliando a criatividade social. Nesse sentido as tecnologias estaria atuando na reconstrução da esfera pública, que em sua complexidade revela “reconfigurações e hibridizações do público e do privado” característicos de um processo de constituição de comum. A comunicação por meio das redes configuraria um novo espaço público no qual a cidadania atua em termos mais participativos, esse espaço seria configurado por uma “enorme pluralidade de atores e de leituras críticas que convergem para um compromisso emancipador e uma cultura política na qual a resistência é ao mesmo tempo formadora de alternativas”. (BARBERO, 2006, 53) Ao introduzir “ruídos nas redes e distorções no discurso global” as tecnologias estariam fazendo emergir a voz de outros, de minorias e comunidades marginalizadas que através de grupos de origem virtual estariam territorializando-se pelas redes eletrônicas, apesar de habitarem grandes metrópoles, “passando da conexão ao encontro, e do encontro à ação”. (IBDEM, 69)

A ocupação desses espaços públicos pelo “comum” abre caminho para uma comunicação, que apesar de virtual, seria permeada pelo diálogo e pela plena participação dos comunicantes que dão sentido social a esses espaços digitais. Tal qual o comum, a

internet seria então um meio e uma produção em si. Martin BUBER reconhecido por sua filosofia do diálogo, considerava a alteridade como uma constituição básica do Eu singular. Em sua visão o Ser apenas poderia existir em relação a um Tu, que é o Outro, ou seja, é a alteridade. Dessa forma o diálogo é configurado pela abertura a essa alteridade que apenas pode existir na relação entre dois sujeitos, ele denomina essa relação de Eu-Tu. Essa relação é considerada por ele como sendo ilimitada por não possuir objetivos outros que não sua própria constituição e a construção dos sujeitos envolvidos. O diálogo Eu – Tu seria uma eterna construção de si no sentido que apesar de ser pautado pela alteridade ele se atém a sua própria constituição, sendo completamente independente de qualquer atravessamento. Em contraposição ao dialogismo, relações objetivas ou objetificadas expressas por ele como relações Eu – Isso se dariam entre um sujeito e um objeto. Ao serem limitadas por um objetivo concreto, são pautadas pelos atravessamentos e não pela constituição de si própria e do sujeito nela envolvido. Estas relações não se atém à maneira como os indivíduos se comunicariam entre si, mas de acordo com o autor refletiriam, as atitudes das pessoas frente ao mundo como um todo. Relações Eu-Tu seriam formadoras do Comum, enquanto relações Eu – Isso ao mesmo tempo que seriam fruto da objetificação capitalista, também servem à reprodução da sua ideologia. O Inter-humano, seria o acontecimento que se dá entre o Eu e o Tu, fruto de um encontro mútuo, é a reciprocidade plena do ato de presentificar e ser presentificado. (BUBER, 1923)

Mikhail BAKHTIN, filósofo marxista que se dedicou a pesquisar profundamente a linguagem humana, comunga da visão dialógica de BUBER, no entanto ele se refere ao comum no lugar do conceito de Inter-Humano. O Comum é para BAKHTIN a situação social mais imediata, configurada não apenas pela troca de palavras mas pela abertura e vinculação que fortalece o vínculo humano. Por sua vez, ao contrário de BUBER, BAKHTIN reconhece o contexto social e histórico como uma exterioridade constitutiva do discurso, entendendo também que qualquer discurso não se dá de forma linear, mas que ele seria entremeado por relações eu-coisa, objetificantes, contendo também aberturas para diálogos eu-tu, constitutivos. Para ele não existem enunciados isolados em linguagem nenhuma, a mobilização da língua se dá através do diálogo com a voz do Outro, mas esse outro não se reduz à figura personificada do interlocutor presente, ele é também feito de passado histórico e contextos sociais que influenciariam diretamente inclusive no discurso.

Nesse sentido a expressão dialogismo se difere de diálogo. Dialogismo para

Bakhtin se refere à abertura. Diálogo em sentido radical implica mais do que dois: *dia* – no latim não significa somente separação em dois, mas principalmente penetração em um espaço. (SODRÉ, 2014) O dialogismo seria justamente a imanência constitutiva do comum, uma vez que o comum seria configurado por tudo o que não é próprio, sendo onde se articulariam duas dimensões. Uma interdiscursiva, responsável por organizar o discurso e outra interdiscursiva que oferece o ato comunicativo ao confronto ou a negociação. A interface entre essas duas dimensões gera a heterogenia de vozes imanentes a polissemia da linguagem e inerente ao comum, preexistindo inclusive ao ato da fala. A comunicação se configura como dimensão mediadora e reguladora, imprescindível ao laço coesivo e por conseguinte, à convivência. A Comunicação é a organização do comum. Essa capacidade organizativa e não o simples ato da fala, seria o diferencial que faz com que os seres humanos sejam comunicantes. A comunicação é o ato de traduzir vontades individuais em anseios coletivos e nesse sentido a linguagem seria o árbitro desse tribunal de vontades diversas, e não o elemento agregador. E vontade é força, é potência. Para que ela se materialize é preciso que o indivíduo supere a si próprio, algo que é somente possível através da comunicação. Para BAKHTIN, no entanto, haveria sempre uma escuta comum, uma vez que todo enunciado se construiu em relação ao outro, não somente o sujeito que ouve, mas todo o comum.

Por sua vez, em NEGRI a comunicação é central para o capitalismo cognitivo, modalidade que se impõe com mais força na atualidade posto que a economia industrial estaria sendo superada pela economia da informação (NEGRI, 2001). No modelo de produção vigente, a comunicação em rede substitui a linha de montagem como modelo de organização da produção. Essa nova infraestrutura global de produção, por sua vez, se organiza ao redor de uma estrutura comunicacional que combina um modelo democrático, descentralizado por excelência, rizomático e horizontal até certa medida, representado pela internet – com um modelo oligopolista, caracterizado pela produção centralizada, distribuição massificada e separação total entre emissor e receptor, representado pela grande indústria midiática. Dentro do horizonte midiático as relações são objetificantes (Eu – Isso em BUBER), não dialógicas, como elaborado por Bakhtin. Em oposição, Negri e HARDT consideram que a internet é configurada pelo dialogismo, representando uma nova expressão do comum, sendo produção e produtora do embate contemporâneo entre códigos abertos, a versão moderna dos *disclosures*, versus *copy rights*, *enclosures*. Dessa

forma a internet se coloca como brecha para a resistência - uma vez que a comunicação organiza a produção, apropriar-se dos meios de produção significa apropriar-se dos meios de comunicação. Com o declínio da política clássica, encarnada pela soberania como também da política da representação, a política da comunicação, isto é, a modulação dos sujeitos de enunciação se transforma no poder vigente, associando-se às tecnologias de controle (SZANIECKI, 2014, 65).

O comum se coloca como movimento de resistência que mesmo alimentando, atravessa o capitalismo como forma de antagonismo. Nessa nova dinâmica se insere um novo sujeito social: a multidão. A multidão é massa e classe reunidas em um modo de vida metropolitano que forma um conjunto de singularidades direitos equivalentes. Ao invés de competirem entre si, as singularidade se reconhecem e se comunicam por compartilharem de uma realidade que lhes é comum. Mobilizada em torno de objetivos e causas, exprime uma presença legítima enquanto massa, podendo assim alcançar reconhecimento político. Para Negri e Hardt a multidão é potência pois se constitui nas lutas contra a captura do comum. Eles enfatizam o comum como simultaneamente produtor e produção concreta dos agenciamentos singulares da multidão:

O que ela (a multidão) produz, na realidade, é comum, e o comum que compartilhamos serve de base para a produção futura, numa relação expansiva em espiral. Isto talvez possa ser mais facilmente entendido em termos do exemplo da comunicação como produção: só podemos nos comunicar com base em linguagens, símbolos, ideias e relações que compartilhamos, e por sua vez os resultados de nossa comunicação constituem novas imagens, símbolos, ideias e relações comuns. (HARDT e NEGRI, 2005, 257)

O comum é a forma central da constituição da multidão, é aquilo pelo qual a multidão luta mas que se constitui na própria prática de se mobilizar de maneira horizontal e autônoma. O comum é praticado na autogestão, na participação direta e efetiva na construção da luta. Dentro dessa gênese política a metrópole seria o ponto mais alto de confronto por ser aonde há o maior acúmulo da força de trabalho, de recursos materiais e imateriais, sendo tanto estratégica para que o capital siga extraindo o máximo de recursos com o mínimo de investimento, quanto para os movimentos que resistem ao avanço do capital às custas da devastação do Comum. O comum da cidade está justamente na composição da comunidade urbana. A comunidade é formada pelo vínculo afetivo entre

sujeitos singulares. É mais do que espaço físico, é espaço de construção coletiva que se guia pelas relações humanas, seja no agenciamento entre seus próprios membros, seja no vínculo desses com o espaço que não apenas abriga a comunidade mas com qual ela se relaciona de maneira afetiva e efetiva.

A perspectiva de ações coletivas dos indivíduos faz frente ao atomismo social e às políticas centralistas e excludentes, semelhante ao conceito de comunidade gerativa, “aquela experiência capaz de tirar os sujeitos do torpor e inseri-los em práticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social” (PAIVA; CUSTÓDIO; MALERBA, 2013, 06). Os indivíduos devem ser encarados, portanto, como agentes transformadores da cidade a partir da ideia de uma vontade comum. (BORGES, et al, 2013, 241)

Pablo de SOTO arquiteto e doutorando em comunicação pela ECO - UFRJ desenvolve junto ao MediaLab o projeto denominado Mapeando o Comum no qual ele propõe, através de um trabalho de pesquisa cartográfica, a busca pelo bem comum em diversas metrópoles globais. Ele entende que na contemporaneidade a produção da riqueza e a vida social são fortemente dependentes de comunicação, cooperação, afeto e criatividade coletiva. O “comum” seria, para ele, os recursos compartilhados gerados pela participação de múltiplos atores que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole. Ele define o comum como sendo aquilo que pode ser compartilhado por todos, sem tornar-se privado para qualquer autor individual ou instituição.

Comum (ou bens comuns) incluem recursos naturais, espaços públicos urbanos, obras criativas, e os conhecimentos que estão isentos de direitos autorais. Em Atenas, Istambul ou Rio de Janeiro, como em muitas cidades globais, as discussões em torno do bem comum têm sido relevantes, especialmente com a crescente pressão da privatização e controle dos governos sobre os recursos compartilhados da comunidade. (De SOTO, 2015³)

O mapeamento é feito coletivamente em oficinas realizadas em diversas localidades. O projeto parte do princípio que é preciso reconhecer o comum para garantir a sua existência, sendo assim, após uma breve introdução teórica algumas perguntas norteadoras são formuladas para que o comum possa ser identificado com base nas

3 Disponível em <http://mappingthecommons.net/pt/hipotese/>. Acessado em 20/01/2015

definições tiradas pelo coletivo, as perguntas mais frequentes são: Pode o comum ser mapeado? Qual é a riqueza comum da metrópole contemporânea e como ela pode ser localizada? Como o comum está sendo protegido das privatizações e das parcerias público-privadas do neoliberalismo totalitário? Podemos abrir as diferentes definições de comum (ou bem comum)? Existem diferentes formas de compreender e discutir o bem comum através de várias práticas? Cada bem comum analisado é então documentado através da realização de uma obra audiovisual de curta-metragem, estas são adicionadas à um mapa digital interativo disponível através de uma plataforma de software livre.

Em Atenas, Istambul e Quito foram mapeadas de ocupações e parques autogeridos no coração das cidades a plataformas digitais para o compartilhamento e reciclagem de materiais; da raiva e suas expressões nas ruas às milhares de redes em conexão à internet sem fio espalhadas pela cidade; do movimento massa crítica composto por ciclistas que reivindicam ruas para pessoas não para carros à linguagem como comum principal; de festas que demandam o uso lúdico das ruas ao *graffitti* como uma expressão artística comum nos muros das cidades. Já no Brasil, as cidades de Belo Horizonte, Grande Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro se voltaram, sobretudo, para mapear as manifestações multitudinárias, as expressões de suas pautas e as práticas de resistência ligadas de alguma forma às Jornadas de Junho.

Essa comunicação, colaboração e cooperação não apenas se definem pelas mesmas experiências mas constituem ativamente um comum que é compartilhado. O comum sendo representado por tudo aquilo que garante a vida em sociedade – estruturas materiais básicas que garantem sobrevivência e bem-estar, linguagens que são constituídas e compartilhadas por todos, a história que localiza o presente e abre caminho para o futuro. O comum não seria privado nem público. Além de poder se dar na forma de recursos naturais finitos, é também o resultado do trabalho não alienado de sua função primordial de garantir vida. Por esse viés, é possível compreender o comum como criação de mundo que vale por sua própria produção, e nesse sentido a cidade é a experiência mais imediata e coletiva dessa criação. Karl Marx afirma que essa relação dialética está na raiz do significado do trabalho humano. Podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa. Negri também entende que o trabalho que é dedicado para construir o comum se diferencia do trabalho que ele denomina como sendo alienado, ou seja, um trabalho cujo valor é conferido por terceiros e cujo objetivo do trabalhador está no

ressarcimento do serviço realizado e não na função social do serviço em si.

Acima de tudo, no entanto, nós deveríamos voltar nossa atenção para a questão do que nós queremos fazer com nossos recursos comuns. Isso é o que realmente importa, uma vez que bens comuns existem apenas se nós os produzimos e eles perduram apenas se cuidarmos deles. (HARDT e NEGRI, 2009, 249)⁴

2.3. Cidades Sensíveis e o Poder Simbólico do Espaço Urbano

Pode o bem comum se constituir como alternativa à ordem dominante? Poderia a produção multitudinária dar lugar à uma comunidade verdadeiramente democrática e heterogênea? Que novas práticas de “fazer comum” surgiram no ciclo de lutas denominado de Jornadas de Junho? Construção da organização das diferenças, do contrapoder, a multidão é também um projeto de subjetivação uma vez que seus sujeitos compartilham devires e quererres conjuntos. Para Barbara SZANIECKI doutora em comunicação visual e design e autora de diversas obras que investigam a estética da multidão, essas lutas adquiriram uma dimensão monstruosa uma vez que uma multiplicidade de pautas urbanas teria se aliado à uma multiplicidade de práticas socioculturais singulares: de artistas e designers, arquitetos e urbanistas, professores e alunos, empregados e desempregados, formais e informais, produtores materiais e imateriais, catadores de papéis e catadores de histórias.

A grotesca mistura de corpos heterogêneos produz uma grotesca expressão estética. Passeatas, cortejos e procissões são simultaneamente expressão e produção do monstruoso precariado urbano, das monstruosas redes de cultura e comunicação que constroem através de suas lutas, das infinitas novas centralidades que constituem as cidades contemporâneas. Essas cidades policêntricas já não são mais a triste projeção do Leviatã e de seus corpos normalizados. (SZANIECKI, 2014, 109)

Barbara considera que as expressões da multidão e suas criações coletivas funcionariam como enunciações, sendo “elos de uma corrente de comunicação urbana

⁴ Livre tradução da autora do inglês. Texto original: “Above all, however, we should turn our attention to the question of what we want to do with our common resources. That is what really matters, for common goods exist only if we produce them-and they will remain only if we take care of them.”

ininterrupta onde o dialogismo é fundamental”. (SZANIECKI, 2014, 113) Negri, por sua vez resalta a importância da convivência entre a diversidade de singularidades que forma a multidão:

Uma vez que reconhecemos a singularidade, o comum começa a manifestar-se. As singularidades efetivamente se comunicam, e podem fazê-lo por causa do que compartilham. Nós compartilhamos corpos com dois olhos, dez dedos da mão, dez dedos nos pés; compartilhamos a vida neste planeta; compartilhamos regimes capitalistas de produção e exploração; compartilhamos sonhos de um futuro melhor. Além disso, nossa comunicação, colaboração e cooperação não só se baseiam no que existe de comum como por sua vez também produzem o comum. Estamos constantemente fazendo e refazendo o comum que compartilhamos diariamente. (HARDT & NEGRI, 2004, 174-5)

Esse imaginário coletivo compõe o que RANCIÈRE denomina como sendo o “regime do sensível”, que é o modo pelo qual a estética e a ética são introjetadas pela comunidade. Nesse sentido as cidades se comportam como grandes “fábricas do sensível” na medida em que configuram um mundo comum de “percepções, noções e considerações” que intermeiam as singularidades e “dão sentido à vida comum”. Ele compreende as próprias práticas artísticas como formas modelares de ação e distribuição do comum. Por sua vez o mundo comum não se referiria à um espaço no qual as experiências são apenas compartilhadas e vividas mas um espaço marcado pelo choque entre diferentes visões e práticas de vida. (RANCIÈRE, 2005, 63) O direito à diferença é, na visão do autor de “A Partilha do Sensível”, um dos mais preciosos direitos cidadãos pois é a partir dele que a política e por conseguinte, a democracia se dão. “Partilha” implicaria tanto em um “comum” (a cultura, os direitos civis, a liberdade) quanto em um “lugar de disputas” por esse comum – mas de disputas que, baseadas na diversidade das atividades humanas, definem “competências ou incompetências” para a partilha. (RANCIÈRE, 2005)

Raquel PAIVA, doutora e mestre em comunicação que se dedica a pesquisar especialmente as relações sensíveis das cidades, enfatiza que a relação do cidadão com a cidade é também da ordem sensorial e afetiva. Estes sentidos seriam determinantes na apreensão da cidade como algo que vai muito além de uma localização geográfica ou de um lugar de residência. O sensível também seria o responsável por vincular os cidadãos entre si fundando comunidades respondendo pela vinculação afetiva das comunidades com

seu habitat. Raquel Paiva invoca ESPOSITO para ilustrar o mecanismo sensível que caracteriza a aglutinação comunitária como sendo “Esse dever que faz com que sejamos responsáveis uns pelos outros e pelo lugar em que vivemos”. (PAIVA, 2013, 64)

Muniz SODRÉ, por sua vez, leva essa percepção para a cultura tecnológica, afirmando que esta acabaria gerando formas de vida (bios) com características, éticas e ambiências próprias, mas que influencia diretamente a vida fora da tela uma vez que o mundo se encontra cada vez mais midiaticizado. Com o uso cada vez mais presente da internet, o espaço das cidades avança para as mídias digitais interativas, as mídias sociais, que acabam também alimentando o regime do sensível das cidades. (SODRÉ, 2002) A interação cotidiana e o compartilhamento dos espaços, apesar de provocar atritos, também são elementos fundamentais para a construção do nós. O nós é o sentido comunitário por trás da aglomeração urbana, é o que conecta todos os habitantes, permanentes ou temporários, de um dado espaço, não importando suas diferenças físicas ou de vivência. Trata-se de uma dinâmica viva que em si já seria suficiente para subverter a lógica hegemônica individualista que separa a todos em nichos de mercado classificando por idade, classe social, gênero. Não se detendo apenas às características exteriores básicas, também pretende adentrar as subjetividades, pré-moldando-as para que assim possa controlar melhor o mercado consumidor. Nesse sentido estar à margem do consumo é também estar à margem do direito à cidadania.

Saber que tipo de cidade se quer é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamentos com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos nós desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Além disso, é um direito coletivo, e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de fazer e refazer as nossas cidades, e a nós mesmos, é, a meu ver, um dos nossos direitos humanos mais preciosos e ao mesmo tempo mais negligenciados. No entanto o direito à mudança da cidade não é um direito abstrato, mas sim um direito inerente às nossas práticas diárias, quer estejamos cientes disso ou não.

O direito à cidade "não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais". Ao contrário, "ele pode apenas ser formulada como um renovado e transformado direito à vida urbana". A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de

acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. (HARVEY, 35)

Apesar da relação dos cidadãos com a cidade ser dialética, estes não são compreendidos como constituintes dos espaços urbanos devendo apenas cumprir com seus deveres e reivindicar que os serviços pelos quais pagam na forma de taxas e impostos sejam oferecidos de maneira satisfatória. Ao longo do processo de transformação das cidades em empresas a política é deixada de lado, para que o consenso possa fazer valer a lei do mais forte. O capítulo a seguir discorre sobre a realidade distópica produzida pelo processo contínuo de expropriação do comum da cidade do Rio de Janeiro.

3. Formas Distópicas de Cidade

Antítese da utopia, os processos de gentrificação que se desenvolvem sobretudo no ambiente metropolitano se configuram como grandes máquinas distópicas mantenedoras da desigualdade no usufruto do direito à cidade. Caracterizada pela ordenação social a partir do interesse do capital, a realidade distópica sobrevive em meio ao regime democrático uma vez que sobrecarrega camadas sociais de maneira desigual e sobretudo quando o Estado de direito entra em confronto com o lucro capital. Distopia para fins teóricos da presente dissertação não é apenas a oposição da Utopia conforme seu significado etimológico considerando sua origem grega, U significando não e topos, lugar, ou seja, lugar nenhum. O conceito de utopia aqui abordado remete-se mais propriamente a colocação elaborada por DELEUZE e GUATTARI na obra *O que é Filosofia*:

A palavra empregada pelo utopista Samuel Butler, "Erewhon", não remete somente a "No-Where", ou a parte-Nenhuma, mas a "Now-Here", aqui-agora. (...) Há sempre, na utopia (como na filosofia), o risco de uma restauração da transcendência, e por vezes sua orgulhosa afirmação, de modo que é preciso distinguir as utopias autoritárias ou de transcendência, e as utopias libertárias, revolucionárias, imanentes. Mas, justamente, dizer que a revolução é, ela mesma, utopia de imanência não é dizer que é um sonho, algo que não se realiza ou que só se realiza traindo-se. Pelo contrário, é colocar a revolução como plano de imanência, movimento infinito, sobrevôo absoluto, mas enquanto estes traços se conectam com o que há de real aqui e agora, na luta contra o capitalismo, e reúnem novas lutas sempre que a precedente é traída. A palavra utopia designa portanto esta conjunção da filosofia ou do conceito com o meio presente: filosofia política. (DELEUZE e GUATTARI, 1993, 129)

A partir do conceito acima colocado, distopia para efeitos teóricos da presente dissertação se coloca como sendo o inverso, o sistema de poder que sacrifica a maioria em prol do lucro de poucos, reduzindo progressivamente a sensibilidade das questões humanas em benefício das questões econômicas e materiais. A propriedade nesse sistema se sobrepõe à vida, o objeto à sua função, a economia ao bem estar social. Enquanto a Utopia, de acordo com Fernando BIRRI (conforme citado por Eduardo GALEANO⁵) se coloca como um horizonte inalcançável que serviria para caminharmos adiante, a Distopia seria a

5 Fala de Eduardo Galeano disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9iqi1oaKvzs>, acessado em 3/12/2014.

força que impele a humanidade na direção oposta, a abdicar de seu caráter humano. Ambos os conceitos não são absolutos e espera-se que nunca sejam, habitamos os dois lugares a um só tempo, o projeto de mundo que está em curso assume características ambíguas – se coloca como utópico e distópico de acordo com o viés do observador e o ângulo observado. Para essa dissertação os processos disparados pelos movimentos sociais aqui abordados são ilustrados como máquinas permaculturais capazes de digerir distopias e transformá-las em performatizações utópicas.

A ideia de máquinas acima referida remete-se ao devir-máquina elaborado por Deleuze. Os movimentos são configurados como máquinas desejanter, um imbricado de complexidades que através do agenciamentos das subjetividades de seus membros coloca em processo dinâmicas sociais que ao questionar as distopias manifestadas nas cidades sob as falhas do sistema de democracia representativa vigente, manifesta utopias através de suas criações culturais. (DELEUZE e GUATARRI, 1976) Já o termo permacultura pode ser definido literalmente como sendo cultura permanente. Desenvolvido nos anos 70 por David HOLMGREN e Bill MOLLISON⁶, em seu sentido original o termo refere-se a pequenos sistemas produtivos organicamente integrados de forma ecologicamente harmoniosa dentro de um ciclo que se retroalimenta. (HOLMGREN e MOLLISON, 2007) Os dejetos se transformam em adubo para a recriação da cultura. Para efeito ilustrativo da presente dissertação, a permacultura é abordada fora de seu contexto original, transportada para o ambiente cultural urbano e compreendida de forma abstrata, adaptada para a ecologia social da cidade do Rio de Janeiro. Nos subcapítulos que se seguem essas formas distópicas serão analisadas brevemente para contextualizar os movimentos de resistência abordados na presente pesquisa.

⁶ HOLMGREN, D. Os Fundamentos da Permacultura. Tradução: Alexandre Van Pary Piergili e Amantino Ramos de Freitas. Disponível em <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>. Acessado em 3/12/2014.

3.1. Gentrificação Urbana e Higienização Social

A expressão inglesa *gentrification* foi usada pela primeira vez pela socióloga britânica Ruth Glass, em 1964, ao analisar as transformações imobiliárias em determinados distritos londrinos. Entretanto, foi o geógrafo Neil Smith que analisa o processo em profundidade e o consolida como fenômeno social presente nas cidades contemporâneas. Pode ser compreendido como gentrificação o processo de enobrecimento dos espaços urbanos, que ocorre principalmente em pontos centrais das cidades. Este processo ocasiona a remoção dos moradores de áreas consideradas degradadas em prol da recuperação econômica do local: “O mote da nova fronteira urbana decodifica não somente as transformações físicas do ambiente construído e a reinscrição dos espaços urbanos em termos de classe e raça, mas também em uma semiótica mais ampla”. (SMITH, 1996,15)⁷

Já de acordo com Christopher Gaffney, a palavra *gentrification* seria difícil de traduzir para além do seu idioma original. (GAFFNEY apud LEES, 2012) A palavra gentrificação em português é compreendida como sendo uma mudança nos perfis residenciais que reflete no mercado imobiliário e nos padrões culturais, semelhantemente ao que ocorre nas cidades da América do Norte, Europa e América Latina (MENDES, 2011). No entanto, tratam-se de dinâmicas imobiliárias distintas, embora estejam relacionadas, dessa forma observamos que não existe apenas uma gentrificação, no singular, mas sim gentrificações.

Compreendidas como processo de recodificação espacial, gentrificações necessariamente são condicionadas por um complexo mundo simbólico. Além do embasamento dos dados do mercado imobiliário, a gentrificação pode ser detectada através da observação de tipologias de arquitetura, mudanças na normatização do uso do espaço público e nas características do comércio local. Essa mudança de padrões sócio espaciais pode ser entendida como sendo característico do neocolonialismo (ONG, 2006), considerando-se que esta adequação espacial é especialmente necessária para estimular os fluxos globais do capital (HARVEY, 1991, 2005), dessa forma uma “limpeza” do espaço urbano tem o objetivo de incorporar a cidade ao mercado voltando-a a satisfazer uma

⁷ Tradução da autora. Texto original: The new urban frontier motif encondes not only the physical transformation of the built environment and the reinscription of urban spaces in terms of class and race, but also a larger semiotic.

audiência global (CAMPANELA, 2013; FREEMAN, 2012) ou empenhando-a em troca de investimentos internacionais, capitaneados pelo governo, com o intuito de regenerar o espaço urbano de acordo com os interesses do mercado imobiliário (CRAVATTS, 2007). Nas cidades “emergentes” do hemisfério Sul as gentrificações são apoiadas por grandes ondas de privatizações de estruturas municipais comuns que são concessionadas a grandes corporações multinacionais e seus parceiros governamentais.

O resultado desses processos é quase sempre a homogeneização da paisagem urbana, acompanhada pelo florescimento de “Não Lugares”⁸ e pela descaracterização de práticas culturais. É inegável a presença desses processos nas cidades brasileiras e, especialmente no Rio de Janeiro, ele está presente de maneira enfática. O abandono de imóveis contrasta com a massa de sem-tetos que ocupam o espaço público urbano, considerado mais como espaço de transição do que de convívio pelos habitantes com teto das grandes cidades. Enquanto estes primeiros buscam abrigo pelas ruas, especuladores mantêm suas propriedades vazias na esperança de vendê-las por um preço vantajoso, em um futuro próximo ou não.

Outra faceta dessa realidade é o recolhimento compulsivo de pessoas em situação de rua. Thaise Constâncio, constata que, mesmo depois de uma decisão judicial que impediu novos acolhimentos no Abrigo Municipal Rio Acolhedor, entre 20 de maio e 2 de junho, 669 pessoas deram entrada no local. A maioria é recolhida em bairros afetados pela grande onda de turismo impulsionada pela realização de megaeventos na cidade. Apesar de oferecer um número limitado de leitos e um tratamento sub-humano aos seus abrigados, o número de residentes extrapola a capacidade do local que ainda carece de profissionais para atender aos internos. O relato da jornalista apresenta conteúdo chocante:

Em Paciência, os internos compartilham lâminas de barbear, o que facilita a transmissão de doenças e até mesmo do vírus HIV. Pacientes diagnosticados com tuberculose têm o tratamento constantemente interrompido pela falta de medicamentos e convivem com outros internos em áreas pouco arejadas.

Além disso, banheiros e cozinhas estão em condições insalubres, inclusive com vetores, e alimentos sem identificação da data de validade

8 Marc Augé cunhou o termo “Não-Lugar” para designar espaços de transição cuja característica simbólica estaria desconectada de sua localização regional, dessa forma não importa aonde eles estejam permanecem estética e normativamente iguais. Vide Augé, Marc: “Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade”.

A prefeitura do Rio também descumpra o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em maio de 2012 que, entre outras medidas, previa a substituição de todos os colchões da unidade que estavam infestados de percevejos. A equipe do MPRJ encontrou 300 colchões novos dentro de um posto de saúde desativado que fica no mesmo terreno do abrigo e atualmente funciona como depósito.”(CONSTANCIO, 2014)⁹

3.2. Os Megaeventos e a Mercantilização da Vida nas Cidades

O homem alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele. Quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela. Espetáculo é o capital a tal grau de acumulação que se torna imagem. (DEBORD apud FAULHABER, 2012, 13)

A primeira exposição universal foi realizada em Paris no ano de 1851. As exposições internacionais exerceram, a partir da segunda metade do século XIX, um grande poder simbólico, expondo ao mundo a modernidade dos países anfitriões. Estas exposições foram eventos que apresentaram um forte caráter de exaltação à nação e ao nacionalismo; significando uma oportunidade única de renovação de zonas degradadas das metrópoles que já viviam os impactos urbanos da revolução industrial e se revelaram, no imaginário social como um grande espetáculo, onde se podia contemplar as últimas maravilhas da indústria e da civilização. (PESAVENTO, 1997, 50)

As exposições universais do século XIX estão relacionadas diretamente aos grandes eventos esportivos atuais, sendo que ambos se configuram como dispositivos importantes na promoção da renovação de áreas consideradas abandonadas e degradadas. Os Jogos Olímpicos de Paris (1900), St. Louis (1904) e da Antuérpia (1920) foram apenas atrações vinculadas às exposições internacionais. (SHORT 2008, 328) Os Jogos de 1936, em Berlim, representa um marco de uma maior participação do Estado na organização dos jogos na perspectiva ideológica de valorizar os atributos nacionais dos países sede. Esse processo ganha maiores proporções a partir da década de 1970, sobretudo depois das Olimpíadas de Montreal, em 1976. A partir de 1984, em Los Angeles, o setor privado aumenta o seu interesse na organização dos jogos, e, por fim, a partir das Olimpíadas de

⁹ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,mp-fala-em-higienizacao-da-populacao-de-rua-do-rio,1509635>. Acessado em 14/06/2014.

Barcelona, em 1992, os jogos são compreendidos, sobretudo pelo seu impacto local, como uma grande oportunidade para repensar as cidades anfitriãs.

Desde o final da década de 1980, a prefeitura de Barcelona adotou a política de transformar a cidade em uma grande vitrine mundial. Com o objetivo de atrair turistas e empresários, patrocinou eventos como os Jogos Olímpicos de 1992. Assim, transforma-se cada vez mais em uma “zona de entretenimento”, um lugar para visitar e comprar coisas, reduzida a um parque temático habitado e projetado para ocultar a cidade mais dura, mais suja e problemática, mas existente. Antigos bairros industriais são substituídos por paisagens pós-modernas, a remodelação da cidade expulsa os moradores dos bairros populares transformados em áreas nobres. Os especuladores imobiliários aproveitam a crescente demanda de imóveis e aumentam o preço dos aluguéis, que se tornam inacessíveis para as camadas mais populares, principalmente para os jovens. Por isso, às comunidades carentes, restou ir para as periferias, em algum lugar onde os turistas da cidade não os pudessem ver, de maneira a não incomodar sua experiência na cidade.

Apesar de se tratarem de contextos distintos, inícios do século XX e do século XXI, é importante observar que no caso do Rio de Janeiro, a realização de grandes eventos vem condicionando certas dinâmicas urbanas, que causa grandes impactos sobretudo em relação à população mais pobre. É fundamental que se questione se, tanto ontem como hoje, não se trata de um processo de consolidação de uma cidade elitista em que os possíveis benefícios da realização de grandes eventos não foram pensados e nem serão usufruídos plenamente por toda a população.

Depois de ter tentado, sem sucesso, sediar os Jogos Olímpicos de 2004 e de 2012, a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan-americanos de 2007 foi finalmente aceita e se configurou como um divisor de águas. A partir dessa data e com a inédita confluência de interesses de todas as esferas do poder (união, estado e município), a cidade ganhou todas as candidaturas que concorreu: organizou os Jogos Militares de 2011; a última conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, a Rio+20; a Copa das Confederações; as Jornadas Mundiais da Juventude com o Papa e a Copa do Mundo de 2014, realizada nas maiores capitais do país; assim como se preparar para receber os Jogos Olímpicos de 2016, cujo impacto se concentrará inteiramente na cidade.

O relatório elaborado pela arquiteta e relatora especial da Organização das Nações Unidas sobre o direito à moradia adequada, Raquel Rolnik, relaciona a grande promoção de despejos forçados à realização de grandes eventos, ilustrando um viés bastante cruel do impacto de tais eventos sobre as populações mais pobres. (ROLNIK, 2009, 6) A especulação imobiliária em torno dos Jogos Olímpicos de 1992, por exemplo, resultou num aumento de 131% no preço dos imóveis em Barcelona. Já a preparação das Olimpíadas de Seul em 1988 resultou na expulsão violenta de 15% da população da cidade, com a destruição de 48 mil edifícios. A especulação imobiliária aumentou em mais de 20% o valor dos apartamentos e em mais de 27% o preço dos terrenos da cidade. Em Atlanta, no ano de 1996, por volta de 15 mil residentes de baixa renda foram expulsos da cidade devido a questões relativas à realização dos jogos. Cerca de 1.200 unidades de habitação popular foram destruídas. A preparação para as Olimpíadas de Pequim, em 2008, também envolveu a realocação de moradores em larga escala. Foram relatadas denúncias sobre despejos em massa, por vezes conduzidos por homens não identificados. Cerca de 1,5 milhão de pessoas foram deslocadas. No caso da África do Sul, para a Copa de 2010, mais de 20 mil moradores foram removidos e transferidos para áreas mais distantes e empobrecidas de Johannesburgo. Por fim, a preparação dos Jogos da Commonwealth em Nova Deli, em 2010, implicou a expulsão de mais de 35 mil famílias que ocupavam terras públicas. No caso brasileiro, conforme relata o Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil – 2014, elaborado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, estima-se, segundo estimativas conservadoras, que 170 mil pessoas possuem seus direitos à moradia violados e ameaçados no país no contexto de preparação para a Copa do Mundo¹⁰.

Raquel ROLNIK aponta a estagnação em relação à promoção de melhorias da infraestrutura urbana pela administração pública, relacionando a realização de Megaeventos como sendo a radicalização de um modelo de cidade que se pauta pela prestação de serviços tratando seus habitantes como consumidores e não como agentes constituintes da cidade. Sob esse ponto de vista a noção de direito à cidade é substituída pela ideia de cidade como *commodity* e portanto, objeto de consumo. No entanto mesmo sob esse aspecto o projeto é extremamente frágil e foram o escancaramento de suas falhas, sobretudo em relação à mobilidade urbana, que suscitou a articulação de movimentos de

¹⁰ Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil – 2014, disponível em http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=663:dossi%C3%AA-nacional-2014 acessado em 10/07/2014

reivindicação de melhorias dessa estrutura que foi tomando paulatinamente mais e mais força até culminar na grande onda de protestos que tomaram as ruas de várias cidades brasileiras, reconhecida como Jornadas de Junho. De acordo com ela:

A questão urbana e, particularmente, a agenda da reforma urbana, constitutiva da pauta das lutas sociais e fragilmente experimentada em esferas municipais nos anos 1980 e início dos anos 1990, foram abandonadas pelo poder político dominante no país, em todas as esferas. Isso se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégia keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado, do qual o projeto Copa/Olimpíadas é a expressão mais recente...e radical.

Entretanto, não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento de renda, que possibilita o crescimento do consumo, não ‘resolve’ nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana (favela *versus* asfalto, legal *versus* ilegal, permanente *versus* provisório). A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – O MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis - , que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em rede mais amplas , como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop”. (ROLNIK, 2013, 12-13)

Neil Smith constata que a nova fronteira urbana é, sobretudo, uma criação econômica, apesar das causas e efeitos do processo de gentrificação estarem enraizados em um complexo emaranhado de significados sociais, políticos, econômicos e culturais. Relacionando esse processo de enobrecimento com a realidade do cenário em que estamos inseridos, é importante ressaltar o papel das exposições universais que atuaram na Europa desde 1851, data da primeira grande exposição universal intitulada “A Grande Exibição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações”, realizada no Hyde Park de Londres.

Conforme citado por Willi Bolle na obra “Fisionomia da Metrópole Moderna – Representação da História em Walter Benjamin”, o papel mercadológico Walter Benjamin analisa o papel mercadológico desses grandes eventos. De acordo com Benjamin a indústria de diversões que acompanhava as exposições universais promoveria a entronização da mercadoria e a idealização do seu valor de troca, dando lugar à “mecas do

capitalismo”: “Exposições Universais são os locais de peregrinação ao fetichismo da mercadoria.” (BENJAMIN apud BOLLE, 2000, 35)

BENJAMIN atribui caráter religioso ao capitalismo, concebendo as exposições universais como sendo um “local de peregrinação” nos quais a mercadoria seria “adorada” tal qual os ícones sagrados nos rituais de consumo, como “religião da Modernidade.” (Ibidem, 35) Nesse sentido os valores econômicos são sobrepostos aos valores humanos, e a propriedade sendo a mercadoria de maior expressão na sociedade capitalista assume o papel central nas relações. Essa lógica de mercado foi se aprofundando com o passar do tempo na concepção administrativa das cidades. Hoje as prefeituras à frente das cidades em posição de vitrines globais recorrem à ferramentas de marketing como o *branding* de lugar para divulgar massivamente os atributos físicos e culturais locais. As cidades são abordadas por seus governos como *commodities*. De acordo com Ana Couto e Bruno Israel, a estratégia do “*branding* é usada para evidenciar os diferenciais competitivos” dessas “cidades-produtos”¹¹ que idealiza suas representações sociais tendo foco no público externo - turistas, investidores, opinião pública internacional e executivos de grandes empresas multinacionais. (COUTO e ISRAEL, 2011, 162) Uma cidade é considerada como marca, para ser valorizada precisa construir uma imagem positiva e promover ações que a longo prazo passam a garantir a fidelização do seu público alvo. (Ibidem, 162) De acordo com os autores o *branding* resalta os diferenciais competitivos das cidades, explorando o simbólico de eventos históricos monumentais, da beleza natural, estereótipos culturais de seus habitantes, entre outros. Aliada à mídia, fundamental parceira no processo de branding, a marca adquire o máximo de visibilidade, de forma a exaltar os valores que interessam aos gestores. Mas é importante que a imagem tenha base de sustentação real, para isso o Poder Público, em geral com recursos financeiros limitados para garantir a realização dos projetos de “revitalização”, faz alianças com o setor privado e novamente com a mídia que assegura que essas obras tenham uma percepção positiva pelo público. Essa aliança entre público e privado respalda um planejamento urbano que valoriza a adoção de premissas administrativas análogas à gestão de grandes empresas ao passo que

umenta a influência de interesses privados, principalmente do setor imobiliário, na planificação municipal¹².

Nesse sistema de gestão internacional de cidades-empresas, as experiências “bem-sucedidas” aos olhos internacionais se transformam em paradigmas a serem reproduzidos por outros gestores municipais. Como exemplo disso temos o programa “tolerância zero” do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, servindo de referência para o “choque de ordem” do atual prefeito carioca, Eduardo Paes. Outro exemplo emblemático é a renovação de áreas portuárias, de acordo com o modelo Barcelona surgido a partir das Olimpíadas e que hoje também está sendo replicado na zona portuária do Rio de Janeiro. A disputa por sediar megaeventos internacionais é capaz de atrair apenas investimento para o turismo, mas coloca a cidade em destaque na arena global e assim, chama atenção do capital financeiro internacional.

Como símbolo do impacto do processo de commoditização do Rio de Janeiro que se intensificou drasticamente com a realização dos megaeventos esportivos o projeto Porto Maravilha é um exemplo da adoção de modelos de desenvolvimento baseados em cidades que se transformaram para receber os jogos. O Projeto Rio Maravilha considera a zona portuária como área degradada a ser resgatada através do investimento de R\$ 8 bilhões aportados pela iniciativa privada através de sua associação com a gestão pública. A região abrigava famílias vivendo em habitações coletivas que começaram a ser removidas no início de 2011. (FREIRE, 2011) De acordo com Felipe Góes, secretário municipal de Desenvolvimento da Prefeitura, os eventos esportivos de grande porte terão como legado o Plano pós-2016, que se baseia na melhoria da infraestrutura da cidade. De acordo com a secretaria a realização dos grandes eventos tem impacto para a vida da cidade equiparado a momentos cruciais da história carioca, como por exemplo a chegada da família Real no início do século XIX e as reformas realizadas pelo lendário prefeito Pereira Passos, no início do século XX. (GÓES, 2011)

12 Conforme denúncia de vereadores de oposição, o plano diretor do projeto Porto Maravilha, que entre outros projetos que revê os usos do solo, os gabaritos para construções de edifícios residenciais e comerciais e o zoneamento da região, teria sido elaborado com a participação de técnicos de empreiteiras e incorporadoras que se associaram à Prefeitura por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs), sendo elas próprias as maiores beneficiárias das concessões e formas de exploração do território em questão

Conforme identificado pelo advogado e professor emérito de planejamento urbano Peter Marcuse em relação às constantes mudanças dos bairros da cidade de Nova Iorque, os processos de gentrificação em um bairro estão ligados a processos de declínio em outros. (MARCUSE, 1985) Todos os estudos de gentrificação, mesmo aqueles que identificam seus “aspectos positivos”, têm em seu centro questões de deslocamento residencial e mudanças de padrões culturais. O uso de palavras positivas como renovação, requalificação, recuperação e outros, tem o objetivo de encobrir a realidade política por trás de alianças entre servidores públicos com firmas de construção civil e conglomerados imobiliários para transformar bens públicos em lucro privado.

Conforme citado pelo geógrafo Christopher Gaffney que se dedica a analisar o impacto urbano dos megaeventos, o Rio de Janeiro seria caracterizado por uma dualidade entre mercados de habitação formal e informal, assim como em muitas cidades do hemisfério sul. (GAFFNEY apud DAVIS, 2013). Ainda de acordo com ele: “A ineficiência dos sistemas de transporte público e as múltiplas barreiras a entrada no mercado formal criaram uma cidade na qual mais de um em cada cinco dos seis milhões de habitantes vivem em favelas”. (GAFFNEY, 2011 apud GAFFNEY e MELO, 2010; KASSENS-NOOR & GAFFNEY, 2013; MENASCE, 2012; ORTIZ, 2012). No entanto as favelas cariocas da Zona Sul teriam um diferencial muito importante – ocupando as áreas mais altas, são extremamente valorizadas por sua magnífica vista para o mar.

A estruturação promovida pelos governos tanto do prefeito Eduardo Paes (2009-2016) quanto do governador Sergio Cabral (2007-2014), em articulação com os governos federal e estadual, vem aplicando uma série de políticas, programas e intervenções estruturantes que favorecem a compreensão de um progresso baseado no modelo desenvolvimentista. Tais realizações têm submetido de forma sistemática os habitantes de comunidades localizadas em áreas gentrificadas aos dolorosos processos de deslocamentos compulsórios resultantes de desapropriações e de remoções, como as realizadas para construção dos corredores viários chamados Bus Rapid Transit - BRT's - e para a implantação do projeto do Porto Maravilha. Enquanto isso o vertiginoso processo de valorização imobiliária oriundo da expectativa pelos grandes eventos está inflando a bolha especulativa de forma jamais vista. Conforme levantamento realizado em 2010, após valorização imobiliária sem precedentes no período entre 2001 a 2010, os preços de imóveis residenciais e comerciais no Rio de Janeiro chegaram a subir 400% e 700%, respectivamente. Em 2011 os preços foram estabilizados, porém, seguem uma tendência de

crescimento. Tudo indica que o processo de reestruturação em curso não apenas reforça, mas acentua um processo de segregação para fazer do Rio de Janeiro uma cidade maravilhosa apenas para poucos cidadãos.

Lucas FAULHABER realizou como trabalho final de Graduação (TFG) em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal Fluminense um mapeamento que visa representar os processos de desapropriação realizados pela prefeitura do Rio de Janeiro entre Janeiro de 2009 e Maio de 2012. Ele realizou um extenso levantamento de dados que, além dos processos legalmente constituídos, compreende também informações sobre as remoções de famílias que não tem propriedade de terra. Estes dados foram coletados através de relatos e dossiês organizados por movimentos sociais, mas considerou principalmente as informações da gerência de terras e reassentamento da secretaria municipal de habitação, apesar de constatar que esses não são de fácil acesso. Através do uso de linguagem gráfica o mapa ilustra a distribuição territorial estabelecendo relações entre as desapropriações; remoções; empreendimentos do Minha Casa Minha Vida; as Unidades de Polícia Pacificadora; os equipamentos olímpicos; os novos corredores viários e os instrumentos de planejamento urbano municipal. Se utilizando da cartografia social ou popular, o mapa se propõe como “uma espécie de síntese sobre a espacialização de determinadas dinâmicas, conflitos e intervenções”. (FAULHABER, 2012, 5) FAULHABER reconhece o esquema armado para valorizar o solo urbano e ressalta que possivelmente o número das desapropriações relacionadas à construção da TransOlimpica, que ainda não saiu do papel, pode ser ainda maior.

3.3. Megaeventos e Transformações Urbanas na História Carioca

O modelo de crescimento urbano pautado pela gentrificação é fruto de um processo histórico que tem origem desde o período colonial e se intensifica com a percepção de crise socioeconômica. Em 1808, data da chegada da família real ao Brasil, 10 mil casas foram pintadas com as letras “PR”, abreviatura de Príncipe Regente, marcando as casas cujos moradores deveriam ser desalojados pois estas serviriam à realeza. A sigla “PR” passou a ser popularmente conhecida como “Ponha-se na Rua”. Já no Rio de Janeiro dos dias de hoje, as casas a serem removidas são marcadas com as letras “SMH”, de Secretaria

Municipal de Habitação, sigla apelidada pela população como: “Sai do Morro Hoje”. A jornalista Paula Paiva Paulo associa essas duas eras de remoções em seu livro-reportagem intitulado “Do ‘Ponha-se na Rua’ ao ‘Sai do Morro Hoje’: das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”,¹³ apresentado como projeto experimental para a conclusão de seu bacharelado no curso de graduação em jornalismo da UFF.

Rafael Soares Gonçalves apresentou o artigo “Cidade Espetáculo e Grandes Eventos no Rio de Janeiro em Uma Perspectiva Histórica” no XIII Simpósio Nacional de Geografia realizado na UERJ no qual destaca o papel dos megaeventos para a reestruturação da cidade. Ele aponta que a expulsão das camadas socioeconomicamente mais vulneráveis dos territórios de maior valor de mercado é algo recorrente ao longo da história da cidade. No processo de apropriação do espaço urbano pelo capital os mais pobres vêm perdendo cada vez mais o direito de habitar a cidade. São muitos os exemplos históricos desse processo: a caça aos cortiços da região central; com os incêndios das favelas da Praia do Pinto e Catacumba; dentre outras remoções realizadas, sobretudo, na zona sul da cidade. À imagem de Paris, o Rio de Janeiro passou por múltiplas intervenções urbanísticas nas primeiras décadas do século XX. As intervenções dos prefeitos Pereira Passos, Paulo de Frontin e Carlos Sampaio modificaram profundamente o espaço urbano da cidade. (GONÇALVES, 2013)

A cidade do Rio de Janeiro promoveu a partir de 1861 diversas exposições nacionais preparatórias para as grandes exposições universais. A exemplo disso temos a exposição artística industrial fluminense, que celebrava o quarto centenário do Descobrimento do Brasil (1900). Já a exposição nacional de 1908, comemorativa da Abertura dos Portos, alcançou especial relevância por mobilizar não apenas toda a cidade, mas o país. Inaugurada no mês de agosto de 1908, a Exposição Nacional foi montada na orla da Urca, entre os morros da Babilônia e da Urca. Recebeu mais de um milhão de visitantes em apenas 3 meses; “número considerável para um país que tinha cerca de 22 milhões de habitantes” (FABIAN e ROHDE apud GONÇALVES, 2013, 5). O evento não apenas serviu para divulgar os produtos nacionais da época, mas se dedicou a apresentar a renovação da capital após uma das maiores reformas da sua história, obra legendária empreendida pelo prefeito Pereira Passos nos primeiros anos do século XX. Conforme

13 Acessado em 13/05/2014. Disponível em <http://jornalocasarao.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-histc3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf>

citado por Gonçalves “a cidade era o termômetro da civilidade, espécie de vitrine do novo modo de vida que se pretendia inaugurar” (SILVA apud GONÇALVES, 2013, 5). A reforma empreendida por Pereira Passos foi acompanhada por uma drástica mudança em posturas municipais que impactavam desde a regulamentação do comércio popular dos quiosques da praia até a forma como a população deveria apresentar-se na avenida. Pode-se constatar que a reforma urbana pressupunha também uma reforma sociocultural que redefiniria não apenas os espaços públicos, mas também regulamentava os seus usos.

O engenheiro Francisco Pereira Passos, nomeado prefeito do Rio de Janeiro pelo presidente Rodrigues Alves em 1904, foi altamente influenciado por Haussmann, o prefeito de Paris responsável por sua reforma urbana no final do século XIX. Segundo este modelo, a reforma de Pereira Passos teve como principais características o alargamento das principais artérias do Centro, a criação da Avenida Beira Mar para melhorar o acesso da Zona Sul ao Centro; a construção do Teatro Municipal; a ligação da Lapa com o Estácio; inauguração de estátuas imponentes e arborização no centro. A prefeitura, seguindo a lógica do mercado imobiliário, acabou desapropriando mais habitações do que o necessário para capitalizar o excedente assim que a área fosse valorizada. Em paralelo às obras da prefeitura, a União realizou obras majestosas como a construção da Avenida Central, atual Rio Branco, que demoliu de duas a três mil casas; o novo porto do Rio de Janeiro, e a abertura das avenidas que lhe davam acesso, a Francisco Bicalho e a Rodrigues Alves. A partir desse período os morros do Centro (Providência, Santo Antônio, Castelo e outros) até então pouco habitados, passam a ser prontamente ocupados. No entanto, grande parte das pessoas que perderam suas casas não foi para as favelas centrais, mas para o subúrbio, principalmente Engenho Novo e Inhaúma. De acordo com o historiador Oswaldo Porto Rocha, 1681 habitações teriam sido derrubadas, fazendo com que quase vinte mil pessoas fossem obrigadas a procurar nova moradia em curto espaço de tempo (ROCHA, 1995, 69).

Já a exposição do Centenário da Independência alcançou visibilidade ainda maior, contando com a participação de diversas delegações estrangeiras. Teve início em 7 de setembro de 1922, durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, sendo encerrada por Artur Bernardes na primeira semana de julho de 1923. Realizada em um contexto político extremamente delicado, repleto de disputas políticas, levantes militares e acirramento dos problemas sociais. O Centenário da Independência do Brasil se prestou para mostrar que o país ingressava definitivamente no mundo civilizado. Para que isso ficasse devidamente

marcado na história, o governo do presidente Epitácio Pessoa não poupou recursos, mudando drasticamente a face da então Capital Federal para celebrar a data, mesmo estando o país em estado de sítio por conta do cenário repleto de levantes populares. Marcada por um forte caráter institucional a exposição visou justificar a construção de consensos sociais, procurando eliminar os fatores de turbulências políticas e sociais. (GONÇALVES, 2013)

A preparação da exposição internacional foi permeada de transformações polêmicas. Conforme aponta Neves, a cidade do Rio de Janeiro, vista então como síntese e microcosmo do país, deveria consolidar-se como símbolo do progresso e superar os resquícios da colonização portuguesa. (NEVES apud GONÇALVES, 2013, 6) O Morro do Castelo, para Silva, marcado pela mistura de usos e de classes, era considerado a expressão espacial do atraso com o qual as elites desejavam acabar. (SILVA apud GONÇALVES, 2013, 6) Seria necessário expulsar prostitutas, lavadeiras e “pais de santo”, moralizando e higienizando uma região que sempre fugiu do controle das autoridades. É importante lembrar que o Castelo, berço histórico da cidade, era dotado de um rico acervo arquitetônico (igrejas de São Sebastião do Castelo e Santo Inácio, relógio da torre, observatório astronômico, o mistério em torno do tesouro dos jesuítas); e depositário de inúmeras tradições que marcavam a cultura carioca da época. Por abrigar tanto igrejas quanto terreiros de candomblé, apresentava um forte aspecto místico. Por outro lado, sua destruição representava a expulsão de quase 5.000 pessoas, divididas, segundo Motta, em cerca de 400 edifícios. (MOTTA apud GONÇALVES, 2013, 7) Ademais, em termos científicos, o arrasamento corresponderia aos pressupostos higienistas da época, representando ainda uma oportunidade econômica única - a liberação de um valioso terreno. A reforma urbana mais uma vez representava uma reforma social, este raciocínio justificou também a intervenção em outros morros do centro da cidade. No entanto a “renovação” dos morros para o espetáculo do centenário não implicava na integração dos seus moradores, o que acarretou no deslocamento dos favelados para outras áreas da cidade, mais afastadas do centro. E como nenhuma política de reassentamento dessa população foi formulada, a crise de habitação na cidade aumentou de forma exponencial.

Era preciso, ainda, preparar o Rio de Janeiro para a visita de estrangeiros, nesse sentido as intervenções de Carlos Sampaio, prefeito da época, não se limitaram aos morros da cidade, sendo tomada por um conjunto de obras que atingia desde Santa Cruz (a

construção do Matadouro), Benfica e Jacarepaguá (aterro dos pântanos), passando pelo Méier (construção de um hospital) até a Lagoa (saneamento e loteamento das adjacências), Copacabana, Ipanema e Leblon (o término da urbanização começada por Frontin). Ainda nesse contexto foram organizados também, conforme relata Mascarenhas, dois eventos esportivos internacionais com forte impacto midiático. (MASCARENHAS apud GONÇALVES, 2013, 9) O Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais e os “Jogos Latino-americanos”, espécie de olimpíada continental considerados precursores dos Jogos Pan-Americanos que surgiriam apenas em 1951.

Podemos constatar que a organização de grandes eventos nas primeiras décadas do século XX exerceu papel pedagógico para promover a eliminação dos fatores de diversidade. A construção desse consenso sobre o futuro da nação também se manifestava na forma de intervir no espaço urbano. A urgência para preparar a cidade contribuiu para a facilitação do uso indevido de fundos públicos e o beneficiamento de certos grupos econômicos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e ao mercado imobiliário. O próprio prefeito foi acusado de se beneficiar financeiramente do arrasamento do Morro do Castelo. Além do agravamento da crise habitacional, o aumento da visibilidade internacional impulsionou a dinâmica especulativa dos preços, impactando principalmente a população mais pobre.

A mesma equação, grandes eventos impulsionando reformas urbanas foi repetida em outros momentos do século passado, sobretudo nas décadas de 50 e 60. A abertura da Avenida Presidente Vargas no início dos anos 40 permitiu a interligação entre o centro da cidade e a zona norte, o que influenciou consideravelmente a escolha do local onde seria construído o estádio do Maracanã para a Copa de 1950, o maior evento esportivo organizado pelo país até aquele momento. A construção da avenida Presidente Vargas durante a administração do prefeito Henrique Dodsworth botou a baixo boa parte do centro da cidade, demolindo diversas construções da Praça Onze e da área do Mangue, bairros populares tomados por cortiços e conhecidos por abrigar rodas de samba, terreiros de candomblé e casas de prostituição. (GONÇALVES, 2013)

Para a realização do Congresso Eucarístico Internacional, em 1955, mais um morro da cidade foi sacrificado. O morro de Santo Antônio abrigava umas das mais antigas favelas do Rio, mas localizava-se a poucos metros da principal via da cidade, a Avenida

Rio Branco, novamente em uma zona central. Considerado uma anomalia por exibir a miséria em uma das zonas mais centrais da capital, assim como o Morro do Castelo, foi objeto de diversos relatórios durante os séculos XIX e XX que advogavam o seu arrasamento. Parte do material retirado do Morro de Santo Antônio foi usado para a construção do aterro correspondente a área agora ocupada pelo Museu de Arte Moderna e pelo Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial. Durante o Congresso, o cardeal Gerlier, arcebispo de Lyon e primaz da França, incentivou Dom Helder Câmara a dar uma solução definitiva às favelas, levando-o a construir a Cruzada São Sebastião (BROUL apud GONÇALVES 2013, 12). A proposta da Cruzada São Sebastião era bastante ambiciosa - urbanizar todo o conjunto de favelas da cidade para o IV Centenário do Rio de Janeiro, que seria realizado em 20 de janeiro de 1967. No entanto, a principal obra da Cruzada foi a construção do Bairro São Sebastião no Leblon, dedicada a abrigar parte dos moradores da Favela da Praia do Pinto, desabrigados por conta de um incêndio suspeito. Essa experiência diferentemente das políticas de remoção implementadas na década de 1960, teve destaque especial, pois foi capaz de reassentar os desabrigados no bem próximo ao bairro onde viviam.

Desde a década de 1960 o esvaziamento político e econômico resultante da transferência da capital da república do Rio de Janeiro para Brasília fez diminuir os investimentos e recursos destinados à estruturação da cidade. Esta depressão econômica, ao longo do tempo, gerou um processo de reafirmação da cidade excludente, acabando por agravar ainda mais a percepção de crise. Nesse contexto é importante considerar o fluxo migratório que o Rio havia recebido por conta da importância político cultural como distrito federal. Nos anos subsequentes, o déficit habitacional da cidade se agravou, transformando o cenário urbano da cidade. As favelas, já existentes desde o princípio da república, nunca chegaram a ser incorporada à cidade mas cresceram e se multiplicaram em consequência da escassez de políticas públicas que fossem além da repressão.

O período de preparação da cidade para o seu quarto centenário exerceu novamente um papel importante na reconfiguração urbana do Rio de Janeiro. Além de não serem urbanizadas, algumas favelas acabaram sendo definitivamente removidas e seus moradores realocados em conjuntos habitacionais localizados em áreas remotas e sem estrutura urbana. Realizado em 1965, durante a administração do prefeito Carlos Lacerda, o quarto centenário recebeu investimento massivo para construir uma vez mais uma nova identidade

para a cidade, que tinha deixado de ser a capital do país e se tornando, desde 1960, cidade-estado da Guanabara. A inauguração do que hoje conhecemos como o Aterro do Flamengo, em 1965, foi legado mais marcante do quarto centenário, facilitando a interligação do centro com os bairros nobres da zona sul. Motta elucida que mesmo não sendo mais a capital do país, o Rio mantinha seu papel de vitrine brasileira e portanto precisava ser constantemente remodelado para condizer com as expectativas urbanísticas mundiais. (MOTTA apud GONÇALVES, 2013, 13)

No entanto essas medidas não foram suficientes para conter a percepção de crise que se estabeleceu com a diminuição de recursos para a manutenção da estrutura da cidade, uma vez que esta já não era mais a capital da nação. Essa percepção se agravou ainda mais a partir da década de 80, período marcado por representações extremamente negativas de uma cidade percebida como decadente e violenta. A crise foi tamanha que em 1988 o prefeito Saturnino Braga, nomeado durante a ditadura militar, declarou a falência da prefeitura.

Conforme citado por FAULHABER e analisado pelo urbanista Carlos VAINER, a percepção de crise generalizada é fundamental para legitimar que o Estado passe a atuar de forma autoritária, se utilizando de um discurso raso de bem comum como justificativa: “Se não há consciência de crise, dificilmente se pode encontrar um consenso público-privado operativo. Os desacordos sobre o imediato se impõem sobre o acordo de fundo”. (FORN e FOXÁ apud FAULHABER, 2013, 17)

Uma vez conquistada a trégua social pelo sentimento generalizado de crise, a promoção sistemática e planejada do patriotismo pela cidade constitui vetor estratégico da reprodução das condições da paz social no contexto da cidade-empresa e, agora também, da cidade-pátria. (VAINER, 2002, 95)

É neste contexto de crise generalizada que os grandes eventos voltam a ser utilizados como ferramenta para reposicionar o Rio de Janeiro como cidade vitrine do país para o mercado exterior. A promoção do patriotismo citado por VAINER recebe carta branca para ser expressa e estimulada em peças publicitárias veiculadas nos meios de comunicação e até no próprio espaço da cidade. A estratégia de atrair grandes eventos para desenvolver a cidade se reinicia com a ECO-92, conferência organizada pela ONU em 1992 para promover ações protecionistas em relação ao Meio Ambiente, ainda sob a

administração do prefeito Marcelo Alencar, antecessor de Cesar Maia. Nesse sentido, os grandes eventos servem como uma espécie de marketing urbano para a promoção do orgulho de pertencimento a uma metrópole global, capaz de atrair investidores internacionais e as atenções de todo o mundo. Esse marketing visa garantir o apoio popular para legitimar as radicais transformações urbanas na medida em que estas são promovidas como sendo fundamentais para preparar a cidade para o intenso calendário de eventos dos próximos anos: Copa das Confederações 2013, Jornada Mundial da Juventude 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos 2016, dentre outros.

VAINER afirma que desde a nomeação do Brasil para sediar os dois maiores eventos esportivos da atualidade – a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos – as flexibilizações legislativas geraram um fenômeno urbanístico que ele denomina de “cidades de exceção”. De acordo com seus estudos os municípios teriam passado a ser geridos pelo interesse das instituições que realizam os jogos em detrimento do interesse público. Tais legislações aprovadas em caráter excepcional podem abrir jurisprudência para serem utilizadas em caráter permanente ou sempre que for de interesse de um poderoso grupo econômico. A definição de estado de exceção na teoria política se opõe a de estado de direito, ou seja, situações compreendidas como excepcionais pelos governantes teriam força suficiente para que as regras que regem o estado de direito ficassem suspensas de forma a propiciar a realização de tais eventos, nos moldes vivenciados durante a ditadura. Segundo ele:

O que está acontecendo hoje é que as regras são estabelecidas por interesses casuísticos, que beneficiam apenas certas e poucas pessoas. Quando as regras gerais que regem o funcionamento e a vida da cidade são submetidas a regras excepcionais, surge a cidade de exceção. (VAINER, 2014)¹⁴

A flexibilização legislativa em vigor atua em diversos aspectos, o Ato Olímpico, por exemplo, afere visto automático para todos os credenciados pelo COI (Comitê Olímpico Internacional), inclusive funcionários e patrocinadores. Já a Lei Geral da Copa aferiu visto automático a todo aquele que tivesse comprado ingressos para as partidas. “Ou seja, a Fifa e o COI, que são entidades privadas, darão o visto pelo Brasil”. (Ibidem) Com relação à taxação das mercadorias, todos os produtos associados aos patrocinadores do COI e da Fifa estão isentos de

14 Entrevista disponível em <http://www.eterm.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/162/o-brasil-esta-vivendo-um-estado-de-excecao>. Acessada em 24/10/2014

tributações. “Uma das propostas mais absurdas é a que fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina o limite de endividamento dos estados e municípios. Obras relacionadas à Copa poderão ultrapassar este limite”. (Ibidem) Ainda de acordo com o urbanista, a subordinação do país às demandas de instituições multinacionais privadas significaria a abdicação de sua soberania, em suas palavras:

Nós não elegemos o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, nem o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Artur Nuzman. A cidade se tornou um lugar de negócio, de homens de negócio, onde o cidadão passa a ser apenas um consumidor. A cidade de exceção é um regime de governo urbano que transforma a cidade num grande negócio. (Ibidem,¹⁵)

O atual prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em seis anos conseguiu desbancar seus antecessores, alcançando a posição de campeão de remoções. A comparação entre a atual administração e os governos de Pereira Passos (1902-1906) e Carlos Lacerda (1961-1965), frequentemente lembrados por serem representantes da política de remoções, é importante para constataremos a gravidade da presente situação. De acordo com o gráfico abaixo elaborado por FAULHABER com dados coletados da SMH; ROCHA, 1995; LEEDS, 1978, é possível constatar que a atual gestão municipal foi capaz de promover mais remoções que os governos anteriores:



16

(FAULHABER, 2013, 220)

Atualmente, as favelas e ocupações que conseguiram resistir as investidas dos interesses financeiros em áreas valorizadas ou que serão valorizadas pelo aporte de recursos investidos para este fim, agora sofrem novamente um grave processo de

¹⁵ Entrevista disponível em <http://www.etern.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/162/o-brasil-esta-vivendo-um-estado-de-excecao>. Acessada em 24/10/2014

¹⁶ Gráfico elaborado por FAULHABER. Disponível em http://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber. Acessado em 12/12/2013.

despejos. A Secretaria Municipal de Habitação declara que determinadas casas estão expostas a risco, abrindo o precedente para a sua remoção. No entanto percebe-se que estas avaliações de risco estão sendo banalizadas pela secretaria no intuito de encobrir outros interesses. Conforme ressaltado por FAULHABER: “A falta de informações, de laudos técnicos que balizem estas avaliações, o desrespeito de ações judiciais ou até o uso intimidador dos agentes da justiça caracterizam a truculência recorrentemente acusada pelos movimentos sociais”. (FAULHABER, 2012, 54)

Uma ação exemplar desta política foi a edição do DECRETO 30.398/2009 estabelecendo que a recém-criada secretaria de ordem pública demolisse edificações e construções irregulares ou sob risco de desabamento, considerando inadiável a tomada de providências em relação aos prédios que colocam risco a vida e a segurança dos habitantes da cidade. Esse decreto legitima uma investida mais aguda aos assentamentos ditos irregulares e de risco. Primeiramente a prefeitura se concentrou naquelas ocupações que além de não terem a propriedade do imóvel, cumpriam um papel de questionamento político sobre a função social da terra. O filme “Atrás da Porta” dirigido por Vladimir Eixos em 2010, retrata os métodos autoritários utilizados pelo Estado e para investir contra as ocupações urbanas Casarão Azul, Flor do Asfalto, Guerreiros do 234, Guerreiros do 510, Machado de Assis e Zumbi dos Palmares, todas localizadas na região central da cidade, expulsas ao longo destes anos. Devido ao caráter de urgência estabelecido pelos grandes eventos, a falta de transparência é o que, por muitas vezes, permite a agressão aos direitos destas famílias desalojadas. Quanto às favelas afetadas, estas estão preponderantemente localizadas na Zona Sul, arredores da Tijuca e outras regiões de grande interesse imobiliário. Aqueles que não estão sofrendo com as remoções, passam por com um intenso processo de “remoção branca” resultado do aumento do valor da terra e com a chegada de determinadas taxas das concessionárias com as quais os moradores por muitas vezes não tem condições de arcar. Apesar de não ser possível quantificar este tipo de remoção, ela representa o lado mais perverso de uma política que se pretendia inclusiva.

Ainda de acordo com FAULHABER:

Investigando as leis e decretos produzidos entre janeiro de 2009 e maio de 2012 revela se um conjunto de atos que servem de arcabouço legal às ações mais repressivas da prefeitura nos últimos anos. Dentre as leis analisadas, a quantidade de decretos desapropriatórios chama a atenção.

No entanto somados todos os processos de desapropriação, estas ações não representam a totalidade de famílias que tiveram que sair de suas casas conforme denunciado pelas entidades da sociedade civil organizada.

Os dados sobre as remoções de famílias que não tem propriedade de terra foram coletados através de relatos e dossiês organizados pelos movimentos sociais, mas principalmente por meio de informações da gerência de terras e reassentamento da secretaria municipal de habitação que não são de fácil acesso. (FAULHABER, 2012, 3)

Uma vez decretado de utilidade pública, o Estado tem legitimidade legal para levar adiante a desapropriação do imóvel. No entanto os afetados não podem sequer participar da discussão sobre o projeto de intervenção, recebendo em troca indenizações irrisórias por desconhecerem seus próprios direitos. O Decreto 34.522/2011 estipula também parâmetros para os valores das indenizações. Como muitos dos moradores não possuem o título da propriedade do imóvel, a compensação financeira é calculada através da análise sobre as benfeitorias. Considerando que a grande maioria das casas em assentamentos precários declarados em situação de risco, correspondem a uma população com baixo poder aquisitivo é lógico que os revestimentos destes imóveis não sejam de grande valor aquisitivo. Por outro lado a localização, componente mais importante na composição de preços de um imóvel, é praticamente ignorada. Dessa forma, o valor da indenização acaba não sendo suficiente para o cidadão reconstruir sua casa em condições melhores ou iguais as quais esta se encontrava anteriormente.

No que diz respeito a desapropriação de áreas ocupadas por assentamentos irregulares, o morador não recebe a indenização pela terra. A prefeitura não reconhece os direitos destes cidadãos que por muitas vezes teriam legalmente a propriedade por usucapião, prefere buscar a indenizar terceiros que sequer usufruem daquele espaço. (FAULHABER, 2012, 42)

Iludidos por uma oferta de melhores condições de vida, 64% das famílias removidas escolhem receber o aluguel social até receberem uma casa em um dos condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal. No entanto, a maioria dos condomínios não possuem estruturas urbanas adequadas. Grande parte das famílias removidas morava em regiões mais próximas ao seu trabalho mas foram alocadas na zona oeste, em áreas consideradas pelo plano diretor carentes de assistência pública,

sendo, portanto, reconhecidamente não apropriadas para o reassentamento imediato dessas famílias. Por outro lado, essa área é tomada por grupos milicianos que se utilizam do poder de intimidação para cobrar taxas de serviços básicos à população. Dissimulados como líderes comunitários, os milicianos participam ativamente da vida político-partidária do Rio de Janeiro, atuando junto às subprefeituras, em administrações regionais e até mesmo na câmara de vereadores. Estes hoje formam a maior base de apoio ao governo municipal, possibilitando a perpetuação deste projeto de cidade. Por outro lado, marginalização territorial das famílias removidas serve também para valorizar as demais áreas da cidade.

Por sua vez, em 2004 é aprovada a Lei Federal n. 11.079/04 que regulamenta as parcerias público/privadas em todo o território nacional, por meio de concessões de serviços públicos por empresas privadas. No entanto é a partir de 2009, que esta forma de produzir a cidade ganha mais força devido ao investimento no Rio de Janeiro por causa dos grandes eventos. A prefeitura municipal cria a Agencia Rio-Negócios voltada para a atração de ainda mais investimentos, instituindo também o programa Municipal de Parcerias Público-Privadas-PROPAR-RIO, respectivamente por meio do DECRETO n. 31182 de 5 de outubro de 2009 e Lei Complementar n. 105 de 22 de dezembro de 2009. Esta modalidade de gestão compartilhada foi vendida como possibilidade de solução para todo o escopo que compreende os “serviços” oferecidos pelo governo: educação, cultura, saúde, assistência social, transportes públicos, rodovias, portos e aeroportos, saneamento básico, energia, habitação, urbanização, meio ambiente, esporte, lazer e turismo. Enquanto o poder público atende aos anseios do mercado para a instalação das grandes corporações transacionais, a propaganda institucional promove essa política como trazendo benefício aos cidadãos, que nesse contexto são compreendidos como consumidores e como mão-de-obra.

Seguindo a lógica discursiva do desenvolvimento econômico no contexto globalizado, as cidades devem ser geridas como empresas e também devem competir por investimentos. E para serem competitivas, de acordo com as instituições internacionais, para inserirem-se neste mercado, as cidades devem:

- Competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial;
- Competir na atração de novas indústrias e negócios;
- Ser competitivas no preço e na qualidade dos serviços;
- Competir na atração de força de trabalho adequada e qualificada

(WORLD ECONOMIC DEVELOPMENT CONGRESS & THE WORLD BANK apud VAINER, 2002, 77)

O maior avanço desta política privatista foi a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) em Novembro de 2009, responsável por fazer a gestão das intervenções naquela área e leiloar os bens públicos, entregando a administração de serviços básicos da zona portuária ao consórcio Porto Novo formado por empreiteiras.

O alinhamento entre as esferas de poder - Municipal, Estadual e Federal, representando, especialmente no caso do Rio, um consenso suprapartidário, é apresentado como condição básica para garantir investimentos públicos e privados para a cidade “(...)sem consenso não ha qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende de que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno ao projeto”. (VAINER, 2002, 91)

De acordo com Maricato os investimentos são pautados de acordo com a seguinte lógica:

- a) aquela orientada pelos interesses do mercado imobiliário, cujo motor é a valorização imobiliárias;
- b) aquela definida pelo marketing urbano, cujo motor é a visibilidade;
- c) aquela definida pela relação clientelista que responde a interesses eleitorais. Essa última pode até implicar em investimentos em áreas pobres, mas subvertem uma orientação de investimento que poderia ser dada pelo planejamento urbano. (MARICATO, 2009, 10)

No projeto de ordenamento urbano que pressupõe a exclusão das camadas mais pobres de áreas mais centrais da cidade como forma de promover sua valorização, a habitação é o direito mais violado por meio das desapropriações e remoções. Neste contexto, a prefeitura do Rio de Janeiro demonstra que o instrumento de desapropriação, embora represente um atentado contra o princípio básico do sistema capitalista – a propriedade privada - acaba sendo fundamental para beneficiar o mercado. Analisando as doações de campanha do prefeito Eduardo Paes fica evidente a importância dos setores financeiros, imobiliários, da construção civil e industrial para a propulsão de sua candidatura. O financiamento privado das campanhas eleitorais que claramente vão muito além das afinidades político-ideológicas, comprova os interesses que o candidato defenderá quando eleito, uma vez que se trata de uma troca política. Em 2012 Paes é reeleito com grande margem de votos, apoiado por uma coligação composta por 20 partidos, atingindo também a maioria de vereadores favoráveis ao seu governo na câmara

de vereadores. O financiamento de sua campanha é muito superior ao de seus adversários, somando entorno de 25 milhões de reais, denota claramente a satisfação de seus investidores com a sua gestão. Entre seus principais doadores declarados estão as empresas: Coesa Engenharia (R\$2000.000,00) e a Carvalho Hosken (\$150.000,00), ambas contratadas para grandes obras da prefeitura. Segundo Relatório Parcial das Eleições de 2012 – TSE. É importante ressaltar que o programa Minha Casa Minha Vida tem sido apropriado por empreiteiras e pelo mercado imobiliário em diversas localidades onde está sendo aplicado.

Em um contexto de globalização neoliberal, que ainda pressupõe a distinção entre países periféricos e centrais, as relações de dominação continuam sendo aplicadas. As ditas nações em desenvolvimento permanecem se submetendo as diretrizes do chamado Consenso de Washington para poderem ser inseridas no mercado global através do investimento de instituições financeiras internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o Banco Mundial (BID), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). No entanto estes financiamentos estão condicionados a exigências que tendem a perpetuar a lógica de dominação em nível internacional e a de exclusão em escala local, a partir da qual a cidade é planejada apenas para produzir riquezas em detrimento da própria vida urbana. Estas mesmas instituições atuam não apenas através de aportes financeiros, mas talvez aplicando conceitos que são assimilados como premissas pelos gestores públicos e pela população. Conceitos com pretensões técnicas que se aproveitam do desgaste da política partidária, esvaziando a participação e o debate público, ordenando o espaço urbano, sobrepondo o interesse privado sobre o público e ferindo passando por cima de direitos constitucionais em nome do progresso.

Os Estados não foram diminuídos como fez crer o ideário neoliberal, mas adaptaram-se as exigências das grandes corporações e do capital financeiro. Enfraqueceram-se apenas em relação às políticas sociais. Naquilo que interessa às grandes corporações e ao capital financeiro os Estados foram fortalecidos com a ajuda midiática. As suspeitas ações de privatização de empresas públicas no Brasil, largamente financiadas pelo próprio Estado, no início dos anos 90, foram precedidas de uma ampla campanha na mídia envolvendo, inclusive, os comunicadores mais populares, encarregados em desmoralizar o Estado e exaltar a capacidade da iniciativa privada. (BIONDI apud MARICATO, 2009, 5)

Conforme ressalta VAINER, a “cidade corporativa” ou “cidade pátria” cobra o esforço de todos em volta de uma visão consensual e abrangente de futuro. Para destacar-se no mercado global ela deve preparar-se para oferecer os serviços e equipamentos exigidos, tais como hotéis cinco estrelas; centros de convenções; polos de pesquisa tecnológica; aeroportos internacionais; megaprojetos culturais; etc. São ‘cidades mercadorias’ na medida em que precisam ser anunciadas e vendidas como produtos e ‘cidades-empresas’, pois precisam ser gerenciadas como uma empresa privada competente. “A cidade como ‘ator político’ deve agir comparativamente com esse fim (leia-se, minimizando os conflitos internos) para sobreviver e vencer”. (VAINER apud FAULHABER, 2012, 18)

3.4. Gentrificação e Política de Segurança Pública

A partir do momento em que foi anunciado que o Brasil sediaria a Copa de 2014, o governo do Estado do Rio de Janeiro iniciou um programa de ocupação estratégica de favelas com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Coordenado pela Polícia Militar (PMERJ) e financiado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, o projeto foi posto em prática tendo como inspiração um programa desenvolvido em 2002 em Medellín, Colômbia, e a ocupação das Nações Unidas no Haiti, liderada pelo Brasil. Cada Unidade de Polícia Pacificadora é essencialmente um posto militar em uma favela. A PMERJ anuncia a ocupação da favela semanas antes de “pacificá-la”, gerando grande atenção midiática, o que também permite que os grupos do tráfico de drogas tenham tempo hábil para sair do território. (GAFFNEY, 2012)

A lógica tanto espacial como social que rege o planejamento das UPPs é clara - o Estado intervém militarmente em áreas específicas da cidade para estabelecer controle sobre áreas estratégicas para a preparação dos megaeventos do Rio. A ordem tem sido explícita tanto na localização como no funcionamento do programa (Associação de Correspondentes Internacionais, 2010 o fluxo de estrangeiros tem sido particularmente notado, especialmente da zona sul, aumentando com a oferta de serviços turísticos especialmente voltados para esse mercado dentro das favelas – hostels para mochileiros, safaris urbanos e casas noturnas. A implementação do programa disparou o valor dos

aluguéis, não somente nas favelas, mas no entorno delas¹⁷. Conjuntamente com o aumento dos aluguéis, as UPPs abriram novos territórios para as empresas beneficiárias de licitações de serviços públicos. Por exemplo, a companhia de eletricidade Light ofereceu aos residentes do complexo do alemão, após ocupação, geladeiras como brindes caso eles regularizassem suas ligações elétricas. A Sky TV acompanhou a ocupação do Morro da Formiga no centro do Rio, estabelecendo um “posto avançado” de vendas de pacotes de TV a cabo no mesmo dia da ocupação militar¹⁸.

Esse sistema produziu desde 2007 até os dias de hoje 35 mil desaparecidos apenas no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP)¹⁹. Mas o sistema não poderia se manter sem o seu braço armado, papel assumido pela polícia que continua sendo militar mesmo em tempos de democracia constitucional. Ainda de acordo com o Instituto, a violência excessiva da polícia militar carioca matou mais de - 5 mil pessoas de 2007 a maio de 2013.

Dentre esses números, em julho do ano passado, o caso do pedreiro Amarildo ganhou destaque especial – a pergunta “Cadê o Amarildo?” ultrapassou as fronteiras da Rocinha, a maior favela da zona Sul do Rio de Janeiro, ecoando nacional e internacionalmente. Com a pressão da sociedade, as investigações seguiram adiante. Acabaram revelando que o marido de Elisabete Gomes, trabalhador e pai de 7 filhos, foi torturado e morto pelos policiais da UPP da Rocinha. Os 25 policiais indiciados por participação nas torturas que culminaram no desaparecimento e morte de Amarildo à morte começaram a ser julgados. Seu corpo, no entanto, segue desaparecido. Apesar disso o desfecho é uma raridade entre os milhares de casos de desaparecimento no Rio de Janeiro – muitos sequer são denunciados por medo de represálias, ainda mais investigados.

17 Vide reportagem de O Globo - ‘Efeito UPP’ na valorização de imóveis chega a 15%. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/efeito-upp-na-valorizacao-de-imoveis-chega-15-11021226>. Acessado em 16/05/2014. Estudo identifica impacto que programa de pacificação tem sobre mercado imobiliário, por Renata Leite 10/12/2013 – disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/efeito-upp-na-valorizacao-de-imoveis-chega-15-11021226>

18 Secretaria do Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro (UPP). UPP social e Sky tv lançam pacotes para comunidades pacificadas em <http://www.uppsocial.com.br/upp-social-sky-tv>.

19 Dados mencionados pelo jornal O Estado de São Paulo em CUDISCHEVITCH, Clarice. Grupo faz ato para lembrar 35 mil desaparecidos no Rio. Publicado em: 31/07/2013. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-faz-ato-para-lembrar-35-mil-desaparecidos-no-rio,1059189,0.htm>. Acessado em 31/08/2013.

De acordo com dados levantados por Juliander CARPES em reportagem para a agência de notícias A Pública denominada “Desaparecidos e Esquecidos” pode-se observar que o número de desaparecimentos aumentou na proporção da queda de mortos em autos de resistência. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP) do Estado do Rio de Janeiro o desaparecimento de pessoas assumiu viés de alta desde o início dos anos 1990. Em 1991 foram registrados 2.616 casos. Em 2003, o número pulou para 4.800 desaparecidos, e depois de uma queda de 19,4% no governo de Rosinha Garotinho – foram 3.877 em 2006, recuperou o fôlego no governo Cabral quando os sumiços aumentaram 32%. Enquanto isso, os números do ISP referentes a homicídios dolosos caíram praticamente na mesma medida: 35% (de 6.133 casos, em 2007, para 4.543 de novembro de 2012 a outubro de 2013). A queda é ainda maior analisando-se as taxas de autos de resistência (mortes de civis em confrontos com policiais) na comparação dos mesmos períodos: 72% (de 1.330, em 2007, para 402 casos entre 2012 e 2013). Ainda segundo CARPES:

Em 2009, o ISP realizou uma pesquisa para verificar se – e em quantos casos – os desaparecimentos poderiam estar encobrendo homicídios – praticados por policiais ou não-policiais – através da ocultação de cadáver. As conclusões minimizaram a importância do fenômeno: segundo o instituto de pesquisa da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, com pouco mais de 400 familiares de desaparecidos contatados por telefone, 71% dos desaparecidos já haviam retornado para casa e apenas 7% foram encontrados mortos; 15% jamais foram vistos novamente, vivos ou mortos.

Como os crimes não foram investigados, pouco se sabe além desses números obtidos em um estudo que “apresenta algumas limitações metodológicas, como uma mostra pequena e um contato com os denunciadores feito pela via telefônica”, como explica o sociólogo Ignacio Cano, sociólogo coordenador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Ainda assim, as especulações de que os desaparecimentos estariam encobrendo crimes ganharam força. Até por que, um ano antes da pesquisa, a antropóloga Ana Paula Miranda, ex-diretora do ISP, afirmara para o jornal O Estado de S. Paulo que “o governo não contabilizava autos de resistência na soma final de homicídios dolosos” e que “alguns casos que são claramente homicídios [os casos] estavam sendo registrados como encontro de cadáveres e ossadas” A dificuldade de obter números oficiais confiáveis, porém, continua a ser um obstáculo para os que se dispõem a aprofundar as pesquisas sobre o tema. “É preciso fazer muito trabalho de campo porque os dados em si não vão falar nada. A própria forma dos registros, os boletins de ocorrência não falam muita coisa. Eles já são feitos propositadamente para não deixar pistas das coisas”, opina o sociólogo Fábio Araújo, que em 2012

apresentou uma tese de doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre desaparecimentos forçados.”(CARPES, 2014)²⁰

O economista Daniel CERQUEIRA se debruçou sobre estatísticas de mortes violentas para a realização da pesquisa “Mortes Violentas Não Esclarecidas e Impunidade no Rio de Janeiro”, realizada junto ao Ipea (Instituto de Pesquisas e Análises). Em sua pesquisa, Cerqueira trabalhou com o cruzamento de dados do ISP e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde – considerados internacionalmente como dignos de credibilidade. Toda morte violenta cuja causa é desconhecida é então comunicada ao SIM e gera uma investigação com participação de legistas e da polícia, que então conclui se há indícios de criminalidade. De acordo com Cerqueira, no entanto...

(...) desde 2007 o governo Cabral dificulta o repasse de informações das autoridades policiais para as de saúde, fazendo crescer os casos qualificados como mortes sem causa esclarecida.

“Os dados passaram a perder muita qualidade. Muitas mortes por arma de fogo ficam registradas no SIM como mortes violentas de causa indeterminada”, explica o pesquisador, que considera essas mortes violentas como “homicídios ocultos. (CERQUEIRA, 2012)²¹

Apesar do número de homicídios ter permanecido estável entre 2006 e 2009, as mortes violentas de causa indeterminada correspondiam a 62,5% do número total de mortes registradas em 2009 no SIM – “Em números absolutos, isso significa que 3.165 homicídios deixaram de ser incluídos nas estatísticas do ISP daquele ano”. O Rio de Janeiro é o campeão brasileiro em número de mortes violentas indeterminadas. Enquanto em São Paulo os registros desse tipo de morte passou de 11 por 100 mil habitantes entre 2000 e 2006 para 6 por 100 mil habitantes entre 2007 e 2009, equivalente à média nacional, no Rio, nos mesmos períodos esse registro subiu de 12 para 22 por 100 mil habitantes.

Outro forte indício em relação à manipulação de estatísticas policiais é o fato de que as quedas de homicídios e autos de resistência estarem entre as metas do programa de redução de criminalidade da Secretaria de Segurança Pública do estado, que garante bônus em dinheiro para os membros de batalhões da polícia militar e delegacias de polícia civil

20 Disponível em <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>. Acessada em 06/05/2014.

21 Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15129. Acessada em 06/05/2014.

de delegacias que apresentarem baixa letalidade. De acordo com a Secretaria de Planejamento e Gestão, o repasse total em 2013 foi de R\$ 59.862.142,64, distribuídos entre 8.036 servidores.

Os policiais de Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro, estão entre os que mais se beneficiaram dos bônus pela queda nas estatísticas de “letalidade violenta” no ano passado – a região teve o segundo melhor resultado do estado, atrás apenas da pequena Barra do Piraí, no interior do estado. Em dezembro, o governo anunciou que cada policial da região receberia R\$ 9 mil a mais no contracheque pelo cumprimento da meta. (CARPES, 2014)²²

De fato, a região registrou queda de 60% de homicídios, no entanto os desaparecimentos passaram de 212 para 249 entre 2011 e 2012 e já somam 278 casos nos últimos 12 meses, sendo a delegacia que mais registra desaparecimentos no Estado. Campo Grande é reconhecidamente um reduto de milícias, que atuam através da cobrança de taxas da população – para autorizar a circulação das vans, dos caminhões de gás, instalar TV a cabo pirata e, claro, fornecer “serviços de segurança”. Esses “serviços” incluem dar fim a “suspeitos” de pequenos crimes ou de importunar a ordem local. “Muitas das milícias são formadas por policiais em atividade. A escala da PM é de 24h de trabalho por 72h de folga. Nestas 72h de folga, o PM vira miliciano. É o bico. E o objetivo da milícia é desaparecer com marginal” (MISSE apud CARPE)²³, conforme afirma o sociólogo Michel Misse, coordenador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e autor do livro “Quando a Polícia Mata”. De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública, só no mês de março de 2014 a capital do Rio de Janeiro registrou o desaparecimento de mais 230 Amarildos e 22 Cláudias e Douglas, vítimas célebres de atos de resistências covardes executados por agentes do Estado. Na Baixada, no mesmo período, foram respectivamente 164 e 16. A gentrificação faz vítimas letais no Rio de Janeiro.

3.5. Mobilidade Urbana e o Direito à Cidade

Parafraseando Mao Tse-Tung, nas palavras de Carlos VAINER e Raquel ROLNIK, “uma fagulha pode incendiar uma pradaria” e, na nossa casa essa fagulha foi a mobilização contra o aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo “Movimento Passe

22 Disponível em <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>. Acessada em 06/05/2014.

23 Disponível em <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>. Acessada em 06/05/2014.

Livre (MPL)”. (ROLNIK, 2013, 10) Gestado em meio à “Revolta do Buzu”, como foi apelidado uma série de protestos que tomaram as ruas de Salvador contra o aumento das passagens nos idos de 2003, o “Movimento Passe Livre” amadureceu com o passar dos anos em meio à luta por um transporte verdadeiramente público e de qualidade, e, com o agravamento da crise de mobilidade nas grandes metrópoles brasileiras acabou se espalhando pelo país, sendo considerado o estopim que deu início ao incêndio das multidões que tomaram as ruas nas “Jornadas de Junho de 2013”.

Não é desproposital que a questão da mobilidade urbana tenha sido o ponto de partida para a abertura da caixa de Pandora das metrópoles brasileiras. Conforme colocado pelo Movimento Passe Livre, o transporte coletivo se configura como sendo o ponto nodal na estrutura social urbana pois é através dele que o trabalhador consegue ter acesso ao produto do seu próprio labor, dessa maneira o aumento das tarifas do transporte restringem o usufruto do direito à cidade, fazendo com que este seja cada vez mais exclusivo.

As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, aqueles que podem circular pela cidade daqueles condenados à exclusão urbana. (...)

(...)transporte como direito, aliás fundamental para a efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos. O transporte é entendido então como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas”. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, 19 - 20)

Dessa forma a livre circulação pelo território urbano é compreendida como determinante para os usos e os fluxos da cidade. Raquel PAIVA, destaca que desde 2008 mais da metade da população mundial passou a habitar as zonas urbanas o que confirma a expectativa da ONU de que em 2050, 70% da população mundial viverá nas cidades. No entanto mesmo o conceito de cidades não daria conta de reconhecer os principais centros urbanos do Brasil, estes estariam na categoria de megalópoles, nem mesmo podem mais ser compreendidos como metrópoles. Estas megacidades, contam normalmente com uma população em torno e acima de 10 milhões de habitantes, sendo consideradas bases importantes para garantir o alto fluxo de pessoas, mercadorias, conhecimento e dinheiro em um mundo globalizado. E por garantir a fluidez do deslocamento desses fluxos que a questão do trânsito se impõe com “enorme urgência e acurada urgência política”. Raquel Paiva ressalta que a ideia de referir-se aos trânsitos urbanos como circulação e fluxos se

remete diretamente à analogia da cidade com o corpo orgânico, nas suas palavras:

A ideia moderna de que as cidades concretizem-se como o corpo humano, com veias e artérias, num intrincado e permanente fluxo proporcionou a visualização da ideia atual da circulação. É preciso pensar um pouco mais em torno dessa proposta de circulação. A base da ideia, que posteriormente influenciou também toda a concepção em torno de um deslocamento, é que um material retorna sempre para a sua fonte saiu da área médica, para a botânica, mas também para a economia, para as artes e para toda a concepção do urbanismo como conhecemos, empregada na rede de abastecimento de água, no escoamento dos dejetos, com o sistema de esgotos, e também com a rede de distribuição da energia elétrica. Enfim, a cidade como o corpo humano com uma rede de tubos. (PAIVA, 2013, 60)

Nesse sentido a concepção de fluxo também traz em si um valor próprio, traduzindo-se como representativo de uma dinâmica líquida e é nesse tráfego contínuo de sujeitos, objetos e ambientes que os elementos do cotidiano urbano são constituídos. No entanto para que as dinâmicas urbanas possam ser melhor compreendidas é importante considerar os componentes fundamentais dessa equação – o espaço e o tempo. O espaço remete-se à materialidade da estrutura urbana, enquanto o tempo é o elemento que configura as relações sociais. (SANTOS apud BORGES, et al, 2013, 220) Por esse viés, as distâncias não estariam circunscritas apenas à medidas espaciais mas igualmente influenciada por contextos históricos e políticos e por todas as demais instâncias da vida urbana. Dessa forma a organização do ambiente urbano não se restringe ao espaço físico, mas também abrange aspectos socioculturais. A própria história urbana, com todas as suas contradições, estaria expressa na relação tempo espaço das cidades, abarcando em si as realidades objetivas de cada segmento social. Citando Roland Barthes “a cidade é um discurso, e esse discurso é, na verdade, uma linguagem” (BARTHES apud BORGES et al, 2013, 220)

Qual seria esse discurso expresso nas relações espaciais das cidades brasileiras? A configuração urbana deixa clara a existência de uma divisão espacial que não é apenas intencional, como faz parte de um processo histórico já descrito nos subcapítulos antecedentes da presente dissertação. “Essa configuração faz lembrar, ainda que as cidades são espacialmente “divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito”. (BORGES et al, 2013, 223) Essa divisão socioespacial escancara as relações de poder na cidade, restringindo as camadas mais populares que configuram a ampla maioria dos cidadãos

urbanos para as margens, não apenas em relação ao centro da cidade em sua forma física, mas também no teor simbólico. Como mencionado, a história de higienização e gentrificação urbana não é recente, mas vêm se intensificado com a realização dos megaeventos e a consolidação de megaempreendimentos que se espalham por toda a cidade nesse início do século XXI. “Nesse processo, as violações de direitos e as violências físicas e simbólicas são perversas e deixam poucas dúvidas sobre a relação de causa-efeito da agudização das desigualdades em termos de distribuição de espaço e de benefícios advindos da cidade”. (BORGES et al, 2013, 223)

Da mesma forma a apropriação da cidade é feita de maneira desigual por seus cidadãos uma vez que até mesmo a distribuição dos fundos públicos na forma de investimentos estruturais se dá de acordo com a valorização do metro quadrado do zoneamento. Conforme ressalta Raquel PAIVA, o acesso aos bens e serviços que formam a base do estado de direito não se dá de forma equânime. É importante considerar que o crescimento desordenado tem intensificado o crescimento das favelas, tendo em conta que cerca de 1/3 da população urbana do mundo vive atualmente nessas áreas. Mais especificamente sobre a realidade carioca, pela primeira vez na história a cidade no ano de 2013 supera São Paulo dentre as cidades brasileiras com o mais elevado deslocamento casa-trabalho-casa.

Este dado, muito mais que significar uma mera estatística ele oferece a capacidade de análise da condição de vida de quem vive no Rio de Janeiro. Está em questão, muito mais que os gastos com transporte similares a qualidade de vida da população que mora na cidade”. (PAIVA, 2013, 66 – 67)

Essas relações de poder em torno do acesso à cidade estão nitidamente expressas no planejamento dos transportes coletivos. A cidade do Rio de Janeiro abarca em si a extrema disparidade social característica dos processos históricos do país. A distância entre a realidade dos habitantes mais ricos e dos mais pobres é gigantesca apesar de muitas vezes estes coexistirem espacialmente. Talvez não haja nada que possa ser considerado como sendo comum a ambas realidades, a não ser a partilha pela circulação urbana, por trafegar as mesmas ruas, por circular na mesma cidade. (PAIVA, 2013, 59 – 60) SENNET, conforme menciona Raquel PAIVA, destaca o isolamento como sendo a marca social da cidade. Esta se dedicaria a produzir muralhas, tanto visíveis, na forma de muros ou

avenidas , quanto simbólicas, sob a forma de restrições do que e como circular pela cidade. De acordo com ele as pessoas apenas poderão ver-se umas as outras ao cruzar essa fronteira, mas essa superação só seria possível através do deslocamento que é atualmente uma das maiores barreiras da urbanidade nacional.

Primeiro, a organização dos bairros das cidades, aliada ao alto preço das tarifas de ônibus, impõe obstáculos à capacidade de locomoção de trabalhadores de baixa renda, desempregados, estudantes e outros grupos sociais que não conseguem pagar nem mesmo pelo transporte coletivo, interditando o direito fundamental de “ir e vir”. Sem ele, frui-se uma vida imobilizada em lugares que, independentemente das potências que demonstram ter – como as favelas, com toda a sua sociabilidade solidária –, são permanentemente alijadas dos privilegiados espaços centrais da política, da economia e da cultura das cidades. Segundo, a ação dos aparelhos de repressão do Estado, que intervém pela coerção policial, afronta a própria vida das populações pobres, seja no “combate ao crime organizado”, seja no contingenciamento das “revoltas” e dos “protestos” que são vistos como ameaças em potencial por políticos, empresários e por setores das camadas sociais médias e altas. (...)Paradoxalmente, enquanto as populações carentes lutam por direitos, pela legalização de suas posses e propriedades e por novos espaços públicos, os grupos privilegiados se empenham pela “flexibilização” das leis e normas, assim como pela apropriação privada dos espaços e bens públicos (Sevcenko, 2004, 29). (BORGES et al, 2013, 224-225)

Como consequência desse projeto político de mobilidade urbana temos o apartheid entre pobres e ricos na cidade, que, conforme ressalta David HARVEY configuraria a formação de microestados nos quais a constituição é livremente desprezada de acordo com a situação. (HARVEY, 2013, 28-29). No entanto, apesar de cada vez mais fragmentada em sua comunidade, as decisões das cidades são tomadas a partir de um governo centralizador que compreende a cidade de forma homogeneizada, abafando a pluralidade e diversidade dos cidadãos. A centralização do poder promove intervenções autoritárias em prol de grupos econômicos com alta influência entre os agentes do governo, em detrimento dos interesses da população a quem deveriam servir. Estas medidas ferem de diversas formas o que é compreendido como estado de direito social, passando por cima da legislação e da própria constituição federal. Mas na “cidade de exceção” tudo é considerado válido para facilitar a expansão do capital, mesmo considerando que esta causa graves impactos nas estruturas urbanas, no ecossistema e na população.

Os novos padrões que regem o meio urbano são instituídos a partir de uma relação entre estado e agentes econômicos, sem a participação das

esferas efetivamente públicas nas decisões. O resultado disso é a construção de uma cidade que priva a maioria dos moradores do direito a ela. (BORGES et al, 2013, 228)

De acordo com esse modelo de gestão urbana, o destino do pobre é o gueto ou a prisão. Portanto, não há dúvidas de que a favela se apresenta para os governos como um problema de polícia e não de política. Infelizmente é visível que essa política se acirrada às vésperas dos megaeventos internacionais – Copa do Mundo, em 2014; e Jogos Olímpicos, em 2016.

O Rio de Janeiro como um imóvel à venda, remove suas favelas para dar lugar aos equipamentos dos jogos ou as cercam para invisibilizá-las. Entre as diversas estratégias de remoção e omissão das favelas, há a manipulação da legislação ambiental em prol do poder econômico da especulação imobiliária. As comunidades Vila Autódromo, Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga, entre outras, deverão ser removidas para dar lugar a obras das Olimpíadas e de um corredor expresso de ônibus. Ou seja, encontram-se geograficamente na espinha dorsal dos empreendimentos do capital em prol dos megaeventos esportivos. (BORGES et al, 2013, 229)

O processo de elitização do Rio de Janeiro é expresso através das políticas públicas em diversas áreas, não ficando restrito à Segurança Pública. A mobilidade urbana que aqui é compreendida como sendo o usufruto do pleno direito à cidade, indo muito além do direito constitucionalmente garantido de ir e vir, não é igualmente distribuído entre todos os cidadãos de forma equivalente. Considerando que o território urbano é planejado a partir de um sistema rodoviário, que privilegia o transporte automotivo, primordialmente individual, e de maneira secundária, o coletivo, é apenas óbvio que em determinado momento as vias da cidade não dariam conta de abarcar um fluxo automobilístico que cresce exponencialmente. É importante considerar também que a compra de automóveis é cada vez mais estimulada por campanhas de marketing e até mesmo via isenção de impostos, enquanto o transporte coletivo, apesar de custoso para os cofres públicos e para os usuários, não apresenta qualidade, as frotas de ônibus são decadentes e a superlotação é constante, além dos condutores dirigirem de forma perigosa estando expostos à uma jornada de trabalho extremamente desgastante e insalubre. A grande maioria dos habitantes do Rio de Janeiro é usuária do transporte coletivo rodoviário, percorrendo grandes distâncias entre seus locais de trabalho e suas casas.

É importante ainda considerar que “os usuários de transporte público beneficiam

toda a sociedade, pois mantém baixos os custos sociais relacionados ao transporte (poluição, trânsito). Beneficiam até mesmo as pessoas que não usam o transporte público”. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, 80). Dessa forma a política atual de transportes baseada em um modelo de concessões públicas que atendem a interesses privados prejudica não apenas os usuários do transporte público, mas todo o sistema viário, impactando a cidade como um todo.

No caso concreto da (falta de) mobilidade numa cidade como o Rio de Janeiro, onde os engarrafamentos diários nas principais vias de tráfego – Linha Vermelha, Linha Amarela, Via Dutra, Avenida Brasil, Ponte Rio-Niterói, Radial Oeste, Avenida Dom Eugênio Câmara (antiga Av. Suburbana), Estrada Lagoa-Barra – indicam que o deslocamento urbano é, atualmente, um dos problemas mais graves da metrópole. Trens, metrô, barcas e ônibus operam com superlotação e atrasos que atrapalham a vida de milhares de cariocas e moradores de cidades vizinhas. A questão da mobilidade urbana resulta, em grande parte, de um desajuste entre o crescimento da população nos centros urbanos e a capacidade dos gestores públicos de planejar e realizar investimentos nos transportes coletivos. Não é por acaso que São Paulo, com 11,2 milhões de moradores, e Rio de Janeiro, com 6,3 milhões, situam-se no foco do problema.

No Rio de Janeiro, especificamente, aproximadamente 500 mil pessoas gastam mais de duas horas no trajeto entre o trabalho e suas casas diariamente. É como perder pelo menos dois dias por mês nesse deslocamento diário. De acordo com o Censo Demográfico 2010, do IBGE, a capital do estado possuiu o segundo maior contingente de pessoas que mais demoram na ida e retorno para o trabalho do país, ficando atrás apenas de São Paulo, onde mais de um milhão de trabalhadores enfrentam essa situação. A questão do tráfego é acentuada, pois milhares de pessoas que moram em municípios da região metropolitana trabalham na cidade do Rio: São Gonçalo (106,9 mil pessoas levam mais de duas horas para ir e retornar do trabalho); Nova Iguaçu (92,2 mil) e Duque de Caxias (83,2 mil). Ao todo, no Brasil, sete milhões de pessoas gastam esse tempo no trânsito para trabalhar. (BORGES et al, 2013, 233- 234)

Diante dessa realidade tornou-se inaceitável ficar imóvel, tanto do ponto de vista racional quanto do emocional. A análise desse contexto é fundamental para se poder compreender aos movimentos contra o aumento das passagens de ônibus e suas manifestações, abarcando o emaranhado de relações que provocam impacto inclusive emocional em todos os envolvidos. Como forma de resistir contra os poderosos grupos econômicos por detrás das máfias dos transportes urbanos, o movimento lutou em várias frentes, uma delas denominada de *Hackday* tinha como objetivo desvendar a caixa preta das licitações públicas. Por meio de um mutirão, o grupo se reunia e planejava estratégias

para ter acesso a esses dados que, embora obrigatoriamente públicos devido às diretrizes de transparência governamental, tem seu acesso dificultado ao máximo. A ideia por trás do *Hackday* é de congrega pesquisadores, programadores, ativistas e demais interessados para levantar dados sobre as licitações, cálculos de tarifas, repasses de dinheiro público para entidades privadas como a Fetranspor, com o objetivo de destrinchar a lógica do sistema de transportes do Rio de Janeiro.

Se por um lado as empresas argumentam que seus investimentos não são remunerados mesmo considerando que oferecem um serviço sofrível a um público imenso e cativo, mas nunca apresentam documentos para embasar esse argumento. Por outro se isso for confirmado, servirá para comprovar mais uma vez que esse sistema não funciona. No entanto, essa documentação está inacessível inclusive para os vereadores que atendendo às reivindicações da população e se utilizando dos dados levantados pelo *Hackday*, deram entrada em uma CPI para investigar as relações entre as empresas administradoras das companhias de ônibus e os representantes públicos. A CPI no entanto foi desmontada uma vez que a maioria da câmara dos vereadores da cidade do Rio de Janeiro teve sua campanha custeada pelos empresários do setor.

Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E, no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, 17-18)

Na luta contra o aumento das passagens e por um transporte verdadeiramente público, a cidade não figurou apenas como pano de fundo, mas foi usada como meio para a sua própria retomada pela população. Se utilizando da interrupção do fluxo viário como uma arma para pressionar o governo, chegou a bloquear cruzamentos cruciais para toda a circulação da cidade, lançando o sistema de transporte caótico para causar um colapso urbano. Dessa forma as pessoas envolvidas assumiram pelo menos naqueles instantes a responsabilidade e a potencia de serem agentes da transformação de suas próprias cidades e da organização de seu cotidiano.

Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente - e com impactos duradouros - o

controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes do país. É essa tomada de poder que assusta os gestores estatais e privados, que tentam agora recuperar o espaço que perderam para os trabalhadores urbano. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, 21)

Considerando que nas ruas, o direito à mobilidade está fortemente entrelaçado com o usufruto do direito à cidade, confluindo assim com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, é importante analisar essa experiência de resistência como sendo um primeiro passo rumo à conquistas mais abrangentes.

A organização descentralizada da luta é um ensaio para as outras organizações do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular. Em São Paulo, as manifestações que explodiram de norte a sul, leste a oeste, superaram qualquer possibilidade de controle, ao mesmo tempo que transformaram as cidades como um todo em um caldeirão de experiências sociais autônomas. A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar, que não começou em Salvador, e não vai terminar em São Paulo. (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, 22-23)

Mas não é apenas o espaço físico das cidades que forma o seu fluxo, as cidades requerem uma circulação constante de informações. Nesse campo, o espaço urbano se constitui a partir da relação comunicacional da sociedade e de seus espaços físicos mas também de imagens reais as organizam e formam sua fonte de reconhecimento e representação, dando sentido à vida urbana que é retratada diariamente nas mídias. O conceito de “ecologia urbana” desenvolvido a partir da Escola de Chicago no contexto pré-primeira Guerra Mundial está centrado na ideia de que nada expressaria melhor a cidade do que a sua espacialidade, conseqüentemente sua ocupação espacial. A Escola de Chicago compreende que os indivíduos se movimentam e se localizam de maneira diferente dentro do espaço urbano, considerando que este espaço é continuamente redefinido de forma perpétua. O espaço não é apresentado como um a priori, ele é definido a partir das relações sociais de suas dinâmicas. Dessa forma o conceito de “ecologia urbana” prioriza a compreensão da comunidade frente à análise do indivíduo. (PAIVA, 2013, 63 – 64)

Robert PARK - um dos integrantes mais expressivos da Escola de Chicago- definia

a cidade como um “laboratório social”. Segundo ele a mobilidade de um indivíduo assim como a de uma população não se mediria apenas pelo deslocamento, mas também pelo número e pela diversidade de estímulos aos quais se deve responder. A partir dessa compreensão a mobilidade não depende somente dos transportes, mas também da comunicação. De acordo com PARK as distâncias psíquicas e as barreiras geográficas não constituiriam questões sociológicas a não ser que elas definissem as condições da comunicação e da vida social. PARK reconhecia que as barreiras geográficas, no seu tempo, foram modificadas de forma definitiva pelos novos sistemas de comunicação e de informação.

Na cidade, a comunicação se realiza sobre um fundo de distancias e alteridades que todas as formas de mobilidade contribuem para reforçar: imigração, itinerários residenciais intra-urbanos e mesmo deslocamentos rotineiros que significam a inserção fragmentada de cada indivíduo dentro dos ambientes e espaços separados (domicílio, trabalho, lazer, etc..). (PARK apud PAIVA, 2013, 62)

Dessa forma, conforme ressalta Raquel PAIVA, é possível constatar que as relações sociais são inevitavelmente ligadas às relações espaciais, deixando evidente o quanto as distâncias físicas são indicativos das distâncias sociais. Considerando essa perspectiva sobre o complexo que estrutura o modo de vida urbano é importante considerar os mecanismos que reforçam visões de mundo e hábitos , não esquecendo que a lógica operante da mobilidade é a mesma que opera em todo o sistema planetário.

Falamos, que fique bem claro, de um sistema econômico capitalista e de um sistema de locomoção capitalista. Sistemas instituídos que encarnam e expressam determinados valores, significações. Que tornam objetivo um mundo de subjetividades. (LUDD apud BORGES et al, 2013, 243)

Aqui a subjetividade pode ser compreendida no sentido que GUATTARI (1986) e CAIAFA (2000; 2002) atribuem ao conceito - como processo. A subjetividade é um emaranhado produzido na dinâmica social a partir de componentes heterogêneos. Essa produção constitui a partir de todos os componentes que formam o biopoder – a vigília do corpo, o contexto histórico, o espaço urbano, a ancestralidade, a mídia, a linguagem etc. Tanto subjetividade como “ambiente”, precisam ser pensados como processos.

Não é a relação causal simples que vai de um meio todo pronto para

condicionar um sujeito já dado que o recebe sob a forma de influência. Trata-se de conceber processos subjetivos em adjacência a processos sociais e materiais que os modelizam e, por sua vez, se desdobram e mudam também. (CAIAFA apud BORGES et al, 2013, 245)

A subjetividade pode ser compreendida como uma dimensão coletiva portanto esta não estaria centralizada no indivíduo. As engrenagens do mundo imediato afetam de forma complexa as operações no nível do desejo, “nível mais fundo que o da influência ou da persuasão” (CAIAFA apud BORGES et al, 2013, 245). As engrenagens urbanas deflagrariam a experimentação subjetiva, sendo moduladora do desejo. Os componentes do espaço físico urbano e as pessoas que se deslocam pela cidade, juntamente com as vias de circulação interpelam os habitantes das cidades, mobilizando seus afetos. Nesse sentido, a cidade incentiva a alteridade. Essa força da experiência urbana seria capaz de garantir o coletivo, preservando a singularidade e comportar a produção de subjetividades seriadas promovidas pelos valores capitalistas. Essa reflexão é compartilhada por David HARVEY, geógrafo marxista britânico que se debruça especialmente sobre as questões urbanas.

Concluimos daí que o direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. (...) Evitar o conflito não é resposta: retornar a tal estado é se deslocar do sentido do processo de urbanização e, assim, perder todo o prospecto de exercitar qualquer direito à cidade. (HARVEY, 2013, 38 – 39)

É importante considerar que o Brasil conta com um forte monopólio de mídia que não apenas distorce as informações em seus noticiários mas também financia certos processos políticos, à exemplo do golpe militar. Sendo assim trata-se de uma máquina produtora de subjetividades dóceis ao sistema que as engendra. Essa máquina infelizmente tem caráter formativo na subjetificação de grande parte da população brasileira que utiliza as corporações de mídia como referencial organizativo do sistema de valores ao redor do qual formam sua persona. Nesse sentido a grande indústria cultural brasileira atua como sendo uma máquina produtora de consensos sociais que incentiva a desumanização daqueles que tem suas vidas devastadas pelo sistema que beneficia seu lucro, naturalizando a brutal desigualdade social característica de um país com um passado escravocrata recente e produzindo a apatia do seu público diante do sofrimento alheio. A espetacularização das

notícias, analisada por esse viés, funciona como catarses midiática que escondem as relações sociais das tragédias nelas expressas.

Marc AUGE no livro “Elogio à Bicicleta” afirma que "Hoje, mudar a vida é, em primeiro lugar, mudar a cidade". (AUGE, 2008, 11). O país e o mundo encontram-se em crescente mobilização ao redor das questões que tangenciam o entendimento do Comum na esfera urbana, como resposta ao processo global de privatização das cidades. A presente dissertação está sendo escrita tendo o Rio de Janeiro de 2013/2014 como contexto e as manifestações de reivindicação da democratização do transporte público como pano de fundo. A mobilidade urbana foi a fagulha que inflou o movimento reconhecido como Jornadas de Junho, que tem seu início relacionado ao aumento das passagens do transporte público em meados de maio de 2013 mas que ao longo de seu processo absorveu diversas provocando ondulações até finais de 2014. Raquel ROLNIK em sua leitura sobre o momento ressalta o papel da cidade nesse processo:

Esse movimento, ou uma parte importante dele, é pelo direito à cidade. Na hora em que a pauta e a agenda dos protestos viram não apenas o valor da tarifa e a qualidade dos transportes, mas também saúde, educação e Copa do Mundo, o que temos é uma discussão sobre o modelo de cidade em que vivemos e o modelo de cidade que queremos. A questão das políticas de transporte e mobilidade são um componente muito importante, mas não exclusivo. Nós estamos falando de uma possibilidade para enfrentar esse modelo de cidade e transformá-lo completamente.²⁴(ROLNIK, 2013)

O aumento das tarifas dos transportes urbanos foi justamente a gota d’água que fez transbordar o descontentamento de décadas, talvez séculos, de desmonte do comum urbano. Ou seja, a limitação à mobilidade urbana que restringe ainda mais o já difícil acesso à cidade foi o estopim de um processo que tomou o país e questiona a gestão e o entendimento do bem público. É interessante lembrar que em um primeiro momento a grande mídia se limitava a questionar as manifestações como sendo um atentado ao direito de ir e vir. Uma vez que o fechamento de ruas é uma tática bastante utilizada e aliada à grande concentração de pessoas, acaba impactando no já congestionado trânsito das grandes cidades. A mobilidade urbana está diretamente relacionada ao exercício do direito

21 Disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/06/22/raquel-rolnik-conquista-do-direito-cidade-500794.asp>. Acessada em 29/10/2013.

à cidade, sem mobilidade não existe direito. No entanto o direito à cidade, vai muito além do direito ao acesso às estruturas já existentes: “é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações”. (HARVEY, 2013, 35) O direito à alterar a cidade não é um direito abstrato, é um direito constitutivo das nossas práticas diárias, quer haja consciência disso ou não. “Podemos nos transformar apenas pela transformação do mundo e vice-versa. Essa relação dialética está na raiz do significado do trabalho humano”. (MARX apud HARVEY, 2013, 39)

4. Inventando a Utopia do Comum – Criar, Criar Poder Popular

Muitas coisas são necessárias para mudar o mundo:
Raiva e tenacidade. Ciência e indignação.
A iniciativa rápida, a reflexão longa,
A paciência fria e a infinita perseverança,
A compreensão do caso particular e a compreensão do conjunto,
Apenas as lições da realidade podem nos ensinar como transformar a realidade. (BRECHT apud HARVEY, 2013, 42)

De acordo com a pesquisa *World Protest 2006-2014*, nunca o desejo de mudar o mundo esteve tão latente na sociedade. Realizada pelos institutos *Initiative for Policy Dialogue* y *Friedrich Ebert Stiftung New York* o estudo constatou que esta seria a era mais agitada da história com relação às revoltas globais em curso – O mundo viveu 843 protestos entre 2006 e meados de 2013. As revoltas se diferenciam do conceito clássico de revolução por não implicar diretamente uma tomada de poder. Nesse sentido, diferentes autores apontam o nascimento de uma nova era de caráter insurrecional. Sendo a revolução fluída e dinâmica esta seria incompatível com o caráter estático e institucional do Estado que se impõe, de acordo com Emma GOLDMAN (GOLDMAN apud), contra mudanças paradigmáticas. No entanto, nos subterrâneos das instituições políticas e dos movimentos clássicos, uma revolução sensível, líquida e simbólica está corroendo as bases semióticas do Estado. E através do improvisado prefere enfrentar o sistema pelas bordas, abrindo mão dos territórios sólidos e delimitados da política convencional.

Jacques RANCIÈRE entende que tanto a estética quanto a política são formas de organizar o sensível, ou seja, de elaborar a compreensão, dar visibilidade e construir a inteligibilidade do mundo material e imaterial que localiza e compõe a humanidade. O regime do sensível é para ele “o modo de recepção que capta ou refuta a estética e a ética”. (RANCIÈRE, 2005, 63) Essa recepção, no entanto, seria autorreferente, partindo do pressuposto do indivíduo e de seus agenciamentos subjetivos. O comum é entrelaçado por sensibilidades plurais, sendo configurado pelo conflito entre essa diversidade de percepções e vivências de mundo. Partilhar o sensível não é apenas relativo ao compartilhamento de espaços materiais e imateriais, mas a distribuição de percepções sobre modos e meios de ocupação. Essa partilha é a dinâmica que estrutura e reestrutura o comum, sendo responsável por pautar avanços, recuos e mudanças de direção a partir de

acordo feitos não na base de um pacto condescendente, mas justamente de uma colaboração discordante. No entanto, considerando que a mediação dos conflitos é justamente o entendimento, para este entendimento se faça é necessário compartilhar de pelo menos uma linguagem comum. RANCIÈRE considera que a política implica diretamente em modos de subjetivação, podendo ser travada unicamente entre dois sujeitos que dominam igualmente a linguagem através da qual a mediação se dá. (RANCIÈRE, 96, 47 e 71) O escravo apesar de compreender a linguagem, não a possui. Já os artesãos, segundo o conceito de Platão, não poderiam participar da concepção do comum por não terem tempo para se dedicar a algo além da geração da renda que lhe garantem subsistência. Dessa forma é possível entender que a ocupação define competências ou incompetências para constituição do comum, assim como define sua visibilidade e legitimidade dentro de uma comunidade.

Entre sujeitos que não reconhecem a equivalência do outro em sua interlocução a política é substituída pela polícia pois ao invés do diálogo o que se busca é instituir ou reinstaurar a ordem, ou seja, o ordenamento prévio da partilha, estabelecido por um sistema de poder. Política e polícia, são para o autor, termos antagônicos. A democracia, por sua vez, seria uma partilha pautada pelo dissenso e não pela fabricação de um consenso forçado. Nesse sentido a estética se coloca como linguagem do sensível pois a noção de estética corresponde ao conjunto de definições de um objeto que não depende de conhecimento prévio para ser reconhecido, mas sim da pura sensação e intuição sobre algo. Conforme definição de Sodré, estesia, termo do qual estética deriva, seria a “prática de um tipo de percepção e comportamento prioritariamente orientado para a intuição sensível” (SODRÉ apud PAIVA, 2013, 239-240).

As práticas estéticas podem ser entendidas como sendo práticas artísticas uma vez que reorganizam ou desorganizam o sistema de partilha do comum ao provocar impacto sensível. A estética e as artes desse modo vão muito além da conformação ao belo, mas implicam diretamente na orientação das sensibilidades, podendo ser consideradas como importantes ferramentas para a reconfiguração das dinâmicas sociais. Ao provocar os sentidos de maneira sensível a estética reorganiza a percepção dos sujeitos implicados na prática artística, quer sejam receptores ou emissores, de maneira a desnaturalizar concepções e práticas de mundo. As formas artísticas, independentemente das intenções que as regem, refletem estruturas e movimentos sociais, estando inscritas desse modo na

percepção do sentido de comunidade compreendido de forma mais ampla do que o agrupamento de indivíduos governados por um poder, mas sim como um organismo animado.

RANCIÈRE dá o nome de cena para a dimensão espetacular e estética na qual a multiplicidade está incorporada, sendo entendida como o princípio para o político. Para o autor, a política teria sempre uma dimensão estética, o que também seria verdade para o exercício das formas de poder. A espetacularização promovida pela estetização da política é vista como um dado permanente, uma vez que seria característico do poder a organização de seus discursos, ilustrados e apreendidos não apenas de forma racional mas sobretudo estética. A partir do momento em que tudo é representável, não há mais especificidade. A especificidade não é dada por uma técnica em particular, mas por códigos de apresentação. Ao interferir no sensível, ou seja, no modo de recepção desses códigos, a estética por sua vez pode ser usada para reorganizar a cena provocando alterações na ordem vigente e promovendo novas percepções de mundo. Uma vez que os universos de percepção são alterados, ele passa a não compreender mais os mesmos objetos, nem os mesmos sujeitos, desvalidando o sistema de regras. A estética é então compreendida em sentido amplo, como modos de percepção e sensibilidade, a maneira pela qual os indivíduos e grupos constroem o mundo. A transformação dos mundos vividos difere-se da elaboração de estratégias para a tomada do poder. Se há um movimento de emancipação, há uma transformação do universo dos possíveis, da percepção e da ação, que pode implicar como resultante em um movimento de tomada do poder, mas que não seria centrado nesse pressuposto de ação. Dessa forma os processos revolucionários são vistos por Ranciére como oriundos dos processos de emancipação que tornam as pessoas capazes de inventar práticas ainda inexistentes.

Enquanto RANCIÈRE reflete sobre o conceito da cena e seu caráter especularizado, DELEUZE e GUATTARI se referem ao conceito de acontecimento como sendo uma perturbação temporária da normalidade cotidiana capaz de reconfigurar a ordem de dizibilidade e da visibilidade. À partir do acontecimento a política inventaria uma nova sensibilidade. Nesse sentido as manifestações podem ser encaradas como sendo a concretude real histórica do acontecimento político, uma vez que avançam sobre as linhas morais, ou seja, com os códigos do território em que se inscrevem. Ao mesmo tempo em que implicam uma desterritorialização por questionarem os códigos territoriais,

também seriam territorializantes uma vez que situam seus participantes em um processo de participação do espaço que habitam. São processos que produzem tensão entre si, mas que não têm valor moral intrínseco, não sendo *per se* positivos ou negativos. A ideia de devir também perpassa a questão da temporalidade momentânea, podendo ser compreendida como um “estar temporário, do estar em transformação, do tornar-se”, segundo Paola Berenstein JACQUES (JACQUES apud SZANIECKI, 2014, 131). Por sua vez o devir também seria responsável por alterar a sensibilidade dos seus sujeitos.

Aquele mesmo corpo que se vê separado do produto do seu trabalho no cotidiano se torna mais do que suporte da obra ao assumir plena participação no processo artístico: a obra incorpora o corpo e o corpo incorpora a obra. (SZANIECKI, 2014,131)

À partir da compreensão da multidão enquanto manifestação do devir constituinte que perturba a naturalização do poder instituído, é possível entender seu funcionamento maquinal, uma vez que esta é produtora de subjetividades, tendo sua dinâmica atravessada por desejos e por outras máquinas que tanto a constituem quanto são por ela compostas. GUATTARI, por sua vez, entende que as cidades também se configuram como imensas máquinas produtoras de subjetividade individual e coletiva que engendram por meio de dispositivos materiais e/ou imateriais, a existência humana em um aspecto amplo. Mas sua potência advém justamente da colaboração e da *transdisciplinaridade* dos sujeitos que compõem a máquina. Qualquer máquina só pode ser composta por componentes heterogêneos, sendo social antes de técnica uma vez que esse agrupamento se dá por agenciamento subjetivos. Agenciamentos são produzidos na relação, base da criação do devir. Sendo assim, a relação social é o pressuposto da tecnologia material. O movimento se coloca não pela abolição da máquina antropológica, mas em direção à uma ontologia constituinte, ou seja, à uma compreensão do humano como fator inerente que se sobrepõe a todos os outros na constituição maquínica. (COCCO, 2009)

4.1. Mediação fluida corpo máquina

A atividade humana está hoje em dia a serviço de diversas máquinas mecanicistas, que se diferem do conceito deleuze-guattarriano por ter como funcionalidade não a

produção de desejo inalcançável de seus sujeitos, mas sim o lucro desenfreado que cada vez mais se concentra nas mãos de cada vez menos beneficiários. Imaginar máquinas pós-capitalistas não deixa de ser uma função artística na medida em que se trata de um trabalho de projeção de uma outra realidade que passa a existir na medida em que é praticada. É preciso redesenhar a própria imaginação, libertando-a das emoções e das relações sociais capitalistas. Sonho e ação podem e precisam ser reunificados. Se através da estética é possível abrir sentidos, corpos, percepções de mundo, então ela se configura como uma potente arma na materialização do desejo criador de um novo mundo. Apesar do capitalismo ter capturado a percepção do belo e mesmo a imaginação coletiva no que tange ideais de vida, é possível reapropriar esses sentidos e resignificá-los de modo que eles se refiram à vida e não se resumam ao lucro. Nesse sentido, a beleza do protesto não é simplesmente pela forma com que ele se apresenta, pela diversão e o prazer que suscitam nos corpos que o compõem, mas também pelo seu sucesso tático. Resistência criativa não se reduz à criação plástica e artística voltada para atrair a atenção da mídia de maneira acrítica, o principal foco é a funcionalidade da estratégia estética para o objetivo a que o movimento se propõe. Para isso é preciso criar ações voltadas para suscitar o questionamento aos mecanismos de poder e que simultaneamente demonstre para todos os envolvidos a potência criativa da mobilização popular e sua força conectiva. A beleza, nesse sentido, está na coesão discursiva que o uso eficiente dos elementos plásticos, estéticos, artísticos e expressivos proporcionam em relação à motivação que permeia a ação. Essa beleza maquínica se contrapõe à beleza espetacularizada uma vez que seu efeito estético não se basta em si próprio, não estando alienado de seu pressuposto ético. À partir dessa compreensão do belo, ética e estética estariam intrinsecamente conectadas ao discurso, representando apenas platôs distintos de um mesmo conceito.

Esse questionamento nos leva diretamente às reflexões de NEGRI sobre as relações entre criação e produção. NEGRI define a beleza como sendo produto da ação coletiva de libertação, que se apresenta como excedente do ser. Ao mesmo tempo aqui o belo nos leva diretamente à afirmação segundo a qual o criativo, a criação do belo, nasceria do trabalho. Seria o conjunto do trabalho humano acumulado que determinaria valores, formas de vida, novos seres, incrementos do ser. A arte seria simplesmente um desses valores, mas com a particularidade de ser ao mesmo tempo, o mais universal ou seja, o mais coletivo, e o mais singular. A arte é o resultado da cooperação entre singularidades que se mantem

como tais: a multidão em ato. Fazer arte seria fazer multidão e vice-versa. NEGRI desenvolve essas afirmações em uma crítica marxista. A especificidade do trabalho artístico consistiria precisamente em se tratar de um indicativo da capacidade inesgotável do homem para criar um novo ser, para libertar o trabalho. Daí novamente a definição do belo como criação do novo construído à partir do trabalho coletivo que configura um novo povo que não existe. (COCCO, 2009, 115 – 116) Ao atuar no território sensível o fazer artístico suscita dinâmicas sociais que advém não apenas do resultado mas do processo de constituição da obra, que em um entendimento final é a própria constituição do comum.

4.2. Deriva Constituinte

Estar à deriva em uma compreensão literal significa estar em auto mar ao sabor dos ventos e das correntes marítimas. Estar à deriva, no entendimento usual, é estar sem eira nem beira, disponível para o que der e vier, aberto para seguir o fluxo dos acontecimentos. Estar à deriva, de acordo com a psicogeografia proposta pelo movimento situacionista, é empreender uma jornada não planejada por um cenário urbano se deixando guiar pelos aspectos estéticos, tanto geográficos quanto arquitetônicos e humanos, que subconscientemente direcionariam o viajante ao encontro de uma experiência nova e autêntica. Guy DEBORD define a deriva como sendo “um modo de comportamento experimental ligado à condição da sociedade urbana: uma técnica de passar ligeiramente por ambientes variados”²⁵. (DEBORD, 1958²⁶)

A deriva como método de vivência urbana funciona como um jogo regido por proposições cuja finalidade se volta para o máximo aproveitamento da experiência em termos arquiteturais e urbanistas. No entanto o objetivo final é o de proporcionar a percepção da cidade como um todo interconectado onde aqueles que nela se situam são responsáveis pela sua constituição. À partir dessa percepção a cidade passa de ser um local aonde os problemas do capitalismo estariam concentrados, para se tornar um espaço de construção autônoma e portanto, o lócus da libertação. A proposta inicial é que o percurso seja realizado livre de interesses profissionais ou de lazer, no entanto, em uma era regida pelo capitalismo cognitivo no qual tudo está interligado seria pouco viável encarar essa indicação de forma restrita.

25 Traduzido pela autora do original: "a mode of experimental behavior linked to the conditions of urban society: a technique of rapid passage through varied ambiances."

26 Disponível em <http://www.cddc.vt.edu/sionline/si/definitions.html>. Acessado em 10/02/2015.

Conforme a proposta inicial de DEBORD, a deriva se dedica “às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar” tendo o espaço social como contexto. A deriva envolve a análise ecológica do absoluto ou relativo caráter das fissuras nas conexões urbanas, para o método psicogeográfico no entanto o espaço físico das cidades é um pressuposto norteador, assim como a predefinição da duração e da motivação da deriva, e a conscientização do sujeito sobre a prática da ação em sí.

A multidão não é um espaço físico, mas é possível compreendê-la como espaço psicossocial. Dessa forma desloco o método da deriva para estudar minha incursão nas manifestações que ocorreram no contexto da realização dos megaeventos contemporâneos. É importante ressaltar que a prática da deriva não foi intencional, e portanto não se configura como um apriori, mas sim como um método que dá conta de organizar minha prática como componente da multidão ao mesmo tempo em que organiza o material acumulado em minhas observações no que tange o diálogo entre estética e protesto. Não tenho a presunção de descrever todos os experimentos estéticos que ocorreram nesse contexto, mas dedico esse capítulo a fazer uma breve análise sobre as experiências que mais me provocaram reflexões críticas colocando-as em diálogo com algumas proposições teóricas. Como minha manifestação promoveu algumas experiências nesse sentido, acredito ser importante contar um pouco sobre minha trajetória pessoal desde meu ponto de partida.

Apesar de ter nascido e sido criada em São Paulo, passei toda a minha vida adulta no Rio de Janeiro. Desde que vim para cá com o intuito de cursar Produção Cultural na UFF me apaixonei pelo modo de vida carioca. O que mais me encantou por aqui foi a diversidade cultural. Enquanto em São Paulo a especialização extremada atingia até mesmo os bares, no Rio o convívio entre pessoas completamente diferentes tanto em relação à faixa etária quanto à origem social me fascinava. De certa maneira acredito que esse convívio próximo com o Outro amplia a visão social de quem habita a cidade. Sendo assim percebia um contraste muito grande entre a maneira como meus amigos paulistas enxergavam a desigualdade social, ou não a enxergavam, e a maneira como os cariocas conviviam cotidianamente com ela. Sentia que em São Paulo havia uma faísca sempre presente, resultado do atrito permanente da distancia social entre as classes, cujo convívio normalmente se restringe às relações de trabalho. Enquanto no Rio sentia que o clima era mais amistoso posto que esse trato não tinha um limite tão rígido, as diferentes classes

sociais (com exceção dos milionários) se encontravam mais fluidamente na praia, na Lapa e em outros espaços de convivência democrática na cidade. Minha percepção e vivência foi se alterando lentamente na medida em que o processo de gentrificação se intensificava. Hoje não sinto mais o Rio de Janeiro como sentia há 10 anos atrás.

Conforme detalhado ao longo do terceiro capítulo, os megaeventos estão pautando excessivamente as mudanças urbanas do Rio de Janeiro e com isso provocando certa distorção: em vez de Olimpíada e Copa serem revertidas para acelerar o desenvolvimento urbano, a cidade esta sendo desfigurada para acomodar os megaeventos. Arte pública, patrimônio histórico, planejamento urbano, estratégias de desenvolvimento e políticas culturais são assuntos que extrapolam o interesse especializado de estudiosos e dizem respeito a todos os cidadãos em seus espaços cotidianos de vivência, mesmo quando não há uma percepção sistêmica do quadro que se descortina. Sempre me senti ligada ao sentido de cidadania conforme compreendido por Augusto BOAL, teatrólogo idealizador do Teatro do Oprimido. Segundo ele:

“Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!” (BOAL apud PASCHOAL, 2009²⁷)

Sempre me senti completamente tocada pelas reflexões de Boal a respeito do teatro e da transformação social a partir da sensibilização para a empatia entre pessoas de realidades distintas. Me lembro bem do que me levou a refletir a respeito do que me faria não ser o Outro. Meus pais são separados desde sempre, meu pai nasceu na Hungria, cresceu em Israel e mora nos Estados Unidos. Minha mãe, brasileira e saiu do país pela primeira e única vez para fazer uma viagem espiritual para Machu Picchu aonde conheceu meu pai e por obra do destino voltou a encontra-lo por acaso numa esquina da avenida Paulista, meses depois. Eu sou fruto desse acaso, uma cria legítima do mundo globalizado. Fui criada quase que completamente pela minha mãe, tendo uma relação mínima com meu pai e sua família que me visitaram quando eu tinha três anos de idade e me mandavam cartões de aniversário de forma esporádica. Pois bem, quando completei quinze anos minha mãe autorizou que eu passasse as férias escolares com meu pai em Nova York e

²⁷ Disponível em <http://www.culturaemercado.com.br/pontos-de-vista/o-teatro-conta-boal/>. Acessado em 09/11/2014.

fomos juntos visitar minha avó em Israel. Aproveitamos a viagem para conhecer o vilarejo de Petra, na Jordânia, onde paramos para comprar um rolo de filme fotográfico para minha câmara. Quando o vendedor se deu conta de que aquele que me acompanhava era meu pai e não meu marido, ele iniciou uma abordagem completamente estranha para mim. Não sei se em tom de brincadeira ou não, ele tentava me negociar com meu pai oferecendo mil camelos para que eu me juntasse às suas outras três esposas da minha idade. Ele chegou a apresenta-las para mim. Eu olhava os olhos daquelas garotas que se tivessem nascido nas mesmas condições geográficas e sociais que eu poderiam perfeitamente ser minhas amigas, mas que tinham perdido sua juventude tendo sido negociadas como esposa de um senhor aparentando mais de quarenta anos, banguela e que as explorava em todos os sentidos. Naquele momento algo mudou drasticamente dentro de mim, a distância entre mim e o Outro havia sido encurtada, a empatia por seu sofrimento se tornou fonte de profunda reflexão a até mesmo dor.

Comecei a refletir sobre as questões históricas por trás dessa terrível desigualdade social que faz o mundo ser um inferno, um céu ou qualquer ponto no meio desse caminho cheio de nuances, cuja determinação depende basicamente de onde se tenha nascido e da sorte que se possa ter para galgar oportunidades e ter alguma mobilidade social. Vejo isso como sorte pois se trata de algo que pode ser conquistado individualmente, infelizmente coletivamente nossa mobilidade no mundo é mínima e é preciso mudanças profundas para alterar a ordem das classes sociais. Tristemente, mesmo depois de revoluções, o jogo de opressão segue sendo o mesmo uma vez consolidada a nova ordem – uma ou poucas classes exploram e oprimem as demais. Uso aqui a palavra classe, mas esta pode ser substituída por gênero, por etnia, por cor de pele e qualquer outro elemento que nos difere. Considerando a diversidade da população mundial, as diferenças que temos entre nós não são usadas como aprendizado ou admiração, não são sequer toleradas, as diferenças são infelizmente tidas como argumentos para que uns poucos sejam privilegiados ante os demais. Nesse sentido vejo que ao mesmo tempo em que a cultura naturaliza essas relações também pode ser a chave para desnaturalizá-la.

Pensando nisso, ao me deparar com um movimento crescente de indignação diante da gestão neoliberal da cidade do Rio de Janeiro que se intensificou drasticamente por conta da realização dos megaeventos esportivos, não pude permanecer imóvel e decidi me juntar à multidão tentando buscar uma forma estética de manifestar o anseio por uma

cidade mais justa, me utilizando de estratégias artísticas para tentar sensibilizar aqueles que permaneciam apáticos diante da miséria e do sofrimento de seus vizinhos atingidos pela política de remoção, do genocídio de negros e pobres, pela máfia dos transportes que literalmente massacra a classe trabalhadora diariamente. Ao mesmo tempo pensava em uma estratégia para fazer com que demais cidadãos se dessem conta de que poderiam ser os próximos atingidos por esse desmonte do comum urbano, se é que já não estariam sendo atingidos sem terem consciência. Por mais rico que possa ser, em uma cidade com uma desigualdade de renda brutal como o Rio de Janeiro, não apenas se é parte desse problema mas também se é atingido por ele pois tanta opressão se traduz em violência urbana. Se nota uma relação quase direta entre o aumento dos índices de assalto e a adoção de medidas que tornam a cidade mais exclusiva em sua política de acesso – alugueis elevados, aumento da passagem dos transportes públicos, encrudecimento sobre a ocupação das ruas por vendedores ambulantes, etc. A ecologia nos ensina que em um sistema complexo que quanto mais multifuncional um elemento for, maior a sua probabilidade de sucesso, os mais eficientes atos de resistência criativa seguem essa tática. Durante as jornadas de junho a maior parte dos atos e manifestações atuavam em múltiplas frentes. Acredito que essa dissertação segue o percurso da minha deriva desde sua estrutura ao conteúdo, sendo assim à seguir comento minhas experiências nas manifestações dialogando com alguns referenciais teóricos que busquei distribuir em tópicos para facilitar a organização, no entanto essa separação se faz mais para critério de análise uma vez que na prática as táticas estão emaranhadas.

4.3. Em Busca da Construção do Poder Constituinte

Antonio NEGRI entende o comum como sendo uma atividade. Mas para que ele se deflagre é preciso que haja uma organização norteada pela autogestão, pela participação direta nos processos construtivos e decisórios que pautam a gestão do comum. A multidão representa tudo aquilo a que se denomina como política. Dentro dessa gênese a metrópole ocupa o ponto mais alto do confronto, mas também construção das formas de resistência, do contrapoder. Ele se apropria do termo spinozista *Hilaritas* para simbolizar o afeto de alegria conjunta que sincroniza alma e corpo.

A *Hilaritas* nos oferece, assim, o afeto da difusão da confiança comum, do prazer de, juntos, ser como um, do Desejo ou do amor de viver em comum, energia virtuosa ou vigor da virtude divina que desenvolve, de

maneira equilibrada e equilibrante, a prática constituinte da imaginação política do corpo da multidão. (NEGRI apud BOVE, 2014)²⁸

A multidão é atravessada necessariamente por contradições afetivas e efetivas – Por um lado a recusa de ser dirigido por um igual-semelhante e por outro, a negação em dominar seu semelhante. Esse impasse, no entanto só pode ser resolvido através de uma medida consensual: a equivalência de direitos. Essa equivalência responde ao desejo de não ser governado. Ela também produz também processo políticos de resistência à dominação. No domínio dos afetos, a medida da Hilaritas nos oferece, a paixão democrática por excelência.

“Na Hilaritas se exprime, com efeito, a expansão de uma confiança comum, uma confiança que elimina, assim, todo desejo de dominar seu semelhante tanto quanto, inversamente, de abandonar sua própria salvação a um homem tido por providencial. A confiança da Hilaritas é, então, o prazer mesmo de viver em comum, de fazer Corpo juntos, é o amor de viver na igualdade.” (NEGRI apud BOVE, 2014)²⁹

As manifestações abriram a caixa de Pandora da percepção das mazelas sociais e políticas do Rio de Janeiro e do restante do país. Como boa parte dos manifestantes que se engajaram no processo das jornadas de junho, com o fortalecimento do movimento das ruas me senti encorajada a transpor minha mobilização que sempre se dava de forma virtual via mídias sociais para a vida extra tela por perceber que não estava sozinha na minha indignação com relação as mazelas sociais muito menos na ideia de ver a arte como forma de protesto. Minha deriva manifestante passa também pela participação nas assembleias populares autônomas que brotaram pela cidade depois do esgotamento dos métodos tradicionais de organização centralizada e representativa. As assembleias populares nasceram de um desejo profundo de horizontalidade na organização, na deliberação e na construção da luta. Por meio de um processo rizomático ainda em 2013 brotaram assembleias populares no Largo de São Francisco (desdobramento imediato do desapontamento com o fórum de lutas contra o aumento das passagens), na Cinelândia (inicialmente ligada à ocupação da câmara dos vereadores, mas que mantém suas

²⁸ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/sobre-a-confianca-politica-construir-a-hilaritas-democratica/>. Acessado em 05/02/2014

²⁹ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/sobre-a-confianca-politica-construir-a-hilaritas-democratica/>. Acessado em 05/02/2014

atividades mesmo após as desocupações da câmara municipal e da praça em frente) e assembleias regionais ou de bairros como a do Méier, Tijuca, do Largo do Machado e da Zona Oeste (essas duas mais recentes, tiveram início em 2014).

Ao ousar reimaginar a cidade e pensar conjuntamente em estratégias para materializar os anseios populares, construímos a cidade transformando sua ocupação em prática cotidiana. Nas ruas, praças e esquinas desejos são alinhados, construímos agir conjunto e nos transformamos com os dissensos. O diálogo é colocado como princípio norteador, para isso foi criado um método de escuta baseado em símbolos manuais que deixam a conversa coletiva fluir de maneira mais espontânea e participativa. Cada assembleia funciona como sendo um organismo autônomo, sendo constituída através das contingências urgentes geradas pelas interseções geográficas, afinidades e aproximações metodológicas de cada célula. Na prática, o movimento das ruas luta pela valorização dos princípios humanos frente aos do capital a partir da representação desses valores em manifestações e assembleias, valores que deveriam nortear a estruturação do movimento também em seus processos internos. Ao se organizarem através de assembleias realizadas no espaço público das cidades, de forma autônoma e horizontal, praticam como meio e finalidade, a constituição de uma sociedade regida por uma democracia real.

No entanto minha deriva também passou por outras instâncias de construção coletiva, entre elas o Atelier de Dissidências Criativas. Configurado como espaço aberto de criação, em seus primeiros meses, o ateliê reuniu artistas, pesquisadores e produtores, em palestras, mesas redondas, mostra de filmes numa etapa de pesquisa-ativa inicial. Ao se aproximar do evento da Copa, as atividades se concentraram na elaboração de atos artísticos e na produção de textos, vídeos e fotos de conteúdo que disseminavam as ações ali fomentadas.

GUATTARI sustenta que a tomada de consciência ecológica no futuro não se restringirá ao meio ambiente como algo a parte do social, mas englobará devastações ecológicas no campo social e no domínio mental. Sem transformar mentalidades e hábitos coletivos há apenas medidas ilusórias que apenas dão conta do meio material.

Desta forma, os urbanistas não poderão mais se contentar em definir a cidade em termos de espacialidade. Esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentre outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais. A cidade produz o destino da humanidade: suas promoções, assim como suas segregações a formação de suas elites, o futura da inovação social,

da criação em todos os domínios. Consta-se muito frequentemente um desconhecimento desse aspecto global das problemáticas da subjetividade. (GUATTARI, 2014)³⁰

Valorizar as identidades locais já se tornou indispensável às estratégias de parceria e articulação das políticas públicas. Devido às especificidades regionais, a troca de experiências é extremamente enriquecedora; e os planejamentos municipais não podem deixar de lado esse ponto. Discutir cultura e urbanismo, em suas infinitas implicações da forma como a multidão constrói nas assembleias populares e instâncias de construção coletiva é buscar entender o tempo em que vivemos, com sua pluralidade social, assimetrias econômicas, problemas conjuntos, soluções compartilhadas e esperanças que sempre renascem na construção de um novo e mais amplo conceito de cidadania.

4.4. A Multidão e A Arte de Fazer o Comum

À primeira vista, o mundo parece uma multidão de solidões amontoadas, todos contra todos, salve-se quem puder; mas o sentido comum, o sentido comunitário, é um bichinho duro de matar. A esperança ainda tem quem a espere, alentada pelas vozes que ressoam desde nossa origem comum e nossos assombrosos espaços de encontro.

Eu não conheço felicidade maior que a alegria de reconhecer-me nos demais. Talvez essa seja, para mim, a única imortalidade digna de fé. Reconhecer-me nos demais, reconhecer-me em minha pátria e em meu tempo, e também me reconhecer em mulheres e homens que são meus compatriotas, nascidos em outras terras, e reconhecer-me em mulheres e homens que são meus contemporâneos, vividos em outros tempos.

Os mapas da alma não têm fronteiras. (GALEANO, 2009³¹)

Segundo afirma FREUD, nas massas não existe apenas instintos mas produção (FREUD apud MARTIN-BARBERO, 1995, 50), apesar de multidão e massa serem conceitos diferentes uma vez que a massa é homogênea enquanto a multidão é um conjunto de singularidades, aqui esta premissa se prova válida no sentido de que . O comum se coloca como movimento de resistência que mesmo alimentando, atravessa o capitalismo como forma de antagonismo. Nessa nova dinâmica se insere um novo sujeito social: a multidão. A multidão é massa e classe reunidas em um modo de vida metropolitano que forma um conjunto de singularidades direitos equivalentes. Ao invés de

³⁰ Disponível em <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/11/17/restauracao-da-cidade-subjetiva-felix-guattari/>. Acessado em 09/12/2014

³¹ Disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Os-mapas-da-alma-nao-tem-fronteiras/6/15008>. Acessado em 29/04/2009

competirem entre sí, as singularidade se reconhecem e se comunicam por compartilharem de uma realidade que lhes é comum. Mobilizada em torno de objetivos e causas, exprime uma presença legítima enquanto massa, podendo assim alcançar reconhecimento político.

Conforme citado por Giuseppe COCCO na obra *Mundobraz, DELEUZE* na conferência intitulada “O que é o ato de criação?” em 1987, propõe uma aproximação do conceito de criação a partir da diferenciação entre as atividades de informação e comunicação das atividades que se referem às obras de arte. Entendendo a comunicação como parte do sistema de controle que se organiza a partir de palavras de ordem, DELEUZE sustenta que enquanto não existe relação entre informação e arte, há grande afinidade entre a obra de arte e o ato de resistência. Apenas neste caso se poderia encontrar conexão entre informação e arte, a relação se daria na medida em que a informação se configura como ato de resistência, e portanto como contrainformação. Por um lado, somente a resistência distingue a arte, por outro, a resistência inclui arte e comunicação. (COCCO, 2009, 113 – 114)

Para definir o que é arte DELEUZE recorre a MALRAUX, que definia a arte como sendo o único que resiste a morte. (COCCO, 2009, 114) Ao questionar o que seria isso, ele afirma que nem toda arte de resistência seria uma obra de arte, mas tem muita afinidade com ela e que, por outro lado nem toda obra de arte seria um ato de resistência, mas teria muita afinidade com ele. O ato de resistência se definiria por duas características – ser um ato humano e ao mesmo tempo um ato de arte. Deleuze afirma que somente o ato de resistência pode resistir a morte, tanto na forma de obra de arte quanto na forma da luta dos seres humanos. A ambiguidade da formulação inicial se resolve uma vez que a luta é arte e o q interessa da arte é o feito de ser uma forma de resistência. A única arte que nos interessaria como humanidade seria a arte da luta. COCCO (2009) afirma que não haveria obra de arte que não se dedique a um novo povo que ainda não existe, apelando a uma nova dinâmica do ser. Mas seria justamente na luta e na criação que esse novo ser é produzido, dessa forma esta produção se daria de maneira ontológica. Ele cita então o poeta Camus que dizia que o ser humano seria uma grande criação já que o valor da sua vida se refere ao seu devir, às suas transformações. Seria então a arte capaz de transformar o ser?

4.5. Arte e Ação Direta

“A Arte não é um espelho para refletir a realidade, e sim um martelo para moldá-la”. (BRECHT apud GRINDON et JORDAN, 2010, 5)

À partir de seus próprios processos a arte seria perturbativa, tendo assim o poder de alterar a sensibilidade, modificando os valores e a identidade de seus sujeitos e receptores. Fechando ruas para o trânsito da multidão festiva em detrimento dos automóveis, invadindo e ocupando instâncias políticas representativas para a participação direta da população, pressionando por mais mobilidade através do barateamento das tarifas dos transportes públicos, evitando a remoção de escolas e até de uma aldeia indígena que dariam lugar a um estacionamento, expondo as milícias e suas conexões políticas, fazendo do espaço urbano uma ágora de diálogo popular, a multidão por meio da arte da ação direta materializa seus desejos em termos práticos. Frente à organização do capital, o poder organizativo da multidão se impõe como força constitutiva, sua ação fala mais alto e profundamente do que qualquer tratado ou manifesto. "O poder nunca dá um passo atrás, exceto face a um poder maior". (MALCOM X apud BOYD et MITCHELL, 2013, 19)

Raquel ROLNIK refletindo sobre o direito à cidade, entende o papel das ocupações promovidas por coletivos ligados à produção cultural articulados à movimentos sociais como uma retomada do espaço urbano como objetivo e método, se configurando como exemplo de ação direta:

(...)a retomada do espaço urbano aparece como o objetivo e o método, que determina diretamente os fluxos e os usos da cidade.

Mas hoje o tema da ocupação – no sentido do controle de espaço, mesmo que por um certo período, e, a partir daí, a ação direta na gestão de seus fluxos – tem forte ressonância no sentimento, que parece generalizado, do alheamento em relação aos processos decisórios na política e da falta de expressão pública de parte significativa da população. Ocupando as ruas, reorganizando os espaços e reapropriando suas formas, seguindo a linha teórica avançada por David Harvey em seu artigo, aqueles que são aliados do poder de decisão sobre seu destino tomam esse destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta” . (ROLNIK, 2013, 12-13)

NEGRI entende a arte como sendo um modelo para a vida, uma totalidade que se constrói a partir da capacidade de concentrar no processo criativo as forças inerentes da

produção multitudinal. A sociedade se expressa na arte em um ponto onde a decisão comum determina a forma. Toda decisão artística é literalmente a capacidade de processar decisões em massa, uma massa de impressões e reações. É uma resposta à grande contradição que sempre nos deparamos – como podemos fazer a multidão ser traduzida em uma singularidade. Esse exercício produz hiatos e contradições que precisam ser negociadas, mediadas mas que mesmo assim não necessariamente são negativas por definição uma vez que a mediação é decorrente do processo de questionamento de como esse conjunto de singularidades constituem o comum numa base ontológica. Os elementos em torno do ato de criação são fundados no terreno do comum no sentido em que a produção se dá sem custo financeiro, que é centrada numa necessidade, feita na base da participatividade plena e livre. Nesse sentido o próprio processo artístico deveria ser um reflexo do futuro que se quer presente. “Tome cuidado com o presente que você cria, pois ele deve se parecer com o futuro dos seus sonhos” (coletivo de arte anarco-feminista Mujeres Creando)

A anarquia ontológica de Hakim BEY sugere que parte dos sujeitos individuais a abnegação ao controle das estruturas do sistema realizadas a partir de sabotagens cotidianas ao status quo regente, prática por ele denominada de terrorismo poético, que teria como efeito a entrada em um espaço onde a dinâmica de relações entre o psíquico e o social seria modulada livremente. É essa concepção que propiciaria a formação de ambientes onde a experiência social se faz em espaços livres de autonomia transitória - TAZ (Temporary Autonomous Zones). A teoria de Hakim Bey prega que o tecido social está prenhe de uma força libertadora, que por razões insuspeitas pode unir indivíduos temporariamente e se proliferar sucessivamente. Esses levantes temporários proporcionariam ao sistema social uma comunicação efetiva com os sistemas psíquicos. Temporárias, pois:

A História diz que a revolução conquista ‘permanência’, ou pelo menos alguma duração, enquanto o levante é ‘temporário’. Nesse sentido, um levante é uma ‘experiência de pico’ se comparada ao padrão ‘normal’ de consciência e experiência. Como os festivais, os levantes não podem ocorrer todos os dias – ou não seriam ‘extraordinários’. Mas tais momentos de intensidade moldam e dão sentido a toda uma vida. O xamã retorna – uma pessoa não pode ficar no telhado para sempre – mas algo mudou, trocas e interrogações ocorreram – foi feita uma diferença. (BEY, 2001, 16)

As manifestações se identificam com as TAZ por sua efemeridade, já que desde seu pressuposto estas não se propõem permanentes, mas sim uma alternativa ao consenso de um pacto social unilateral, regido pela lógica do capital. São movimentos que se associam e desassociam, isto é, são libertações temporárias de espaços e de pessoas. “Expressões de uma forma orgástica, no sentido grego do termo ὄργια (orgia), de conexão de indivíduos em volta de uma temática comum momentânea”. (Di FELICE, 2014). Uma vez dissolvida quer seja pela força da repressão policial ou pelo término do acontecimento, as pessoas que formaram parte da multidão voltam para suas vidas cotidianas, formando novas multidões em outras manifestações ou processos criativos ou não, assumindo a característica nômade da proposta de Bey. Apesar de efêmera, a energia de ruptura de uma TAZ seria suficientemente grande para superar sua fragilidade temporal. Quando se toma consciência do processo e se percebe o efeito da TAZ nos espaços de convivência, se é capaz de compreender sua processualidade de uma maneira intuitiva. Isso porque ela não é engendrada pelas ferramentas dos sistemas sociais, é antes efeito de uma abertura dissonante que os sistemas psíquicos imprimem no composto social. A consequência imediata é uma compreensão das estruturas de controle e a percepção da uma experiência sem mediação de um só princípio organizador.

Mais informação não vai nos motivar a agir, nem as representações ou as imagens de política. O que nos faz mover é provar o gosto dos sonhos, daquilo que poderia ser, é entrar nas rachaduras por onde outro mundo surge à vista. (BOYD e MITCHELL, 2013, 25)

Ao presentificar a utopia de uma cidade feita para pessoas através da tomada das ruas por uma multidão de pessoas alegres e festivas, a ação direta está na arte de tecer novas amizades e formas de viver aonde a rebelião coletiva é tinta e a cidade, a tela. “Arte não é uma noção, mas uma ação. Não importa o que a arte é e sim o que a arte faz”. (DELEUZE apud GRINDON e JORDAN, 2010, 3). O carnaval, sobretudo tomando como contexto o vocabulário cultural do Rio de Janeiro, em si também pode ser entendido como uma linha de fuga: na subversividade de alguns sambas, alegorias, na alegria de quem passa o ano subjulgado, no trabalho coletivo dedicado para promover a alegria de todos nos blocos autônomos. No período das jornadas de junho a potência transformadora da festa dionisíaca conseguiu transbordar para além da quarta-feira de cinzas e pelo menos

por um breve período de tempo finalmente se cumpriu o desejo dos foliões – Momo engoliu a chave!

"O carnaval não era uma forma artística de espetáculo teatral, mas uma forma concreta (embora provisória) da própria vida, que não era simplesmente representada no palco, antes, pelo contrário, vivida enquanto durava o carnaval (...) durante o carnaval é a própria vida que representa, e por um certo tempo o jogo se transforma em vida real. Essa é a natureza específica do carnaval, seu modo particular de existência. O carnaval é a segunda vida do povo, baseada no princípio do riso. É a sua vida festiva.

Ao contrário da festa oficial, o carnaval era o fundo de uma espécie de libertação temporária da verdade dominante e do regime vigente, de abolição provisória de todas as relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus. Era a autêntica festa do tempo, a do futuro, das alternâncias e renovações. (BAKHTIN, 1987, 6-9).

Nesse sentido o carnaval se coloca como utopia de vida, praticá-lo para além de seus limites temporais é uma ação direta estética. Por outro lado a frivolidade plástica deixa explícito o caráter lúdico da manifestação e portanto a força se faz pela coersividade narrativa e não pelo uso de ameaças físicas. Desse modo a força bruta do Estado perde legitimidade, abrindo brechas para questionamentos sobre a leviandade da polícia enquanto braço armado de um governo que coloca sua população como inimiga. Ao se render ao momento presente, nossa imaginação se liberta para imaginar um futuro desejante. Apesar de ser um ato de protesto, a carnavalização se coloca de forma poética como realidade alternativa que intervém na história a partir da espontaneidade, criatividade e da convivialidade da multidão.

Um mundo de tramas e de combinações físicas, de associações e de dissociações, de flutuações e de concretizações, segundo uma lógica perfeitamente horizontal, que realiza o paradoxo do cruzamento de causalidade e casualidade, de tendência e possibilidade: eis a dimensão originária da multidão". (NEGRI apud MING, 2003, 4).

O carnaval foi o que primeiramente inspirou minha deriva. Ao me deparar com a criminalização do movimento por parte da grande mídia, comecei a participar das manifestações levando flores e trajando roupas de segurança bem humoradas. Meu objetivo era romper com o estereótipo q induzido ao grande público de que todos os manifestantes seriam bandidos, vagabundos, vândalos e baderneiros. Ao mesmo tempo

com as flores tentava sensibilizar os policiais para a causa uma vez que eles também fazem parte da classe trabalhadora e sofrem em igual ou maior grau a opressão do neoliberalismo. Oferecer flores aos policiais seria um gesto claro de que eles não eram entendidos como inimigos e desse modo serviria também para desencorajar a violência policial que marcava fortemente os protestos. Por outro lado, existia uma tentativa de trazer os policiais para o nosso lado, uma vez que eles são o braço armado do governo e ao desarticular a repressão os protestos se tornariam muito mais potentes sendo capazes de promover transformações ainda mais profundas como é mencionado no livro Bolo'bolo, de autoria do anarquista suíço Hans WIDMER. Nesse sentido criei o Hoje Vou Protestar Assim, um miniblog satirizando o famoso blog de moda Hoje eu Vou Assim.

Em um primeiro momento essa estratégia se provou interessante e me protegeu da violência social, que realmente via de regra não se endereça a mim uma vez que eu sou branca e identificada como sendo privilegiada pelo sistema. Durante a Copa das Confederações conseguimos através dessa estratégia burlar os sistemas de segurança e nos aproximar do Maracanã, enquanto a maior parte da multidão formada por milhares de pessoas acabou sendo contida pela Choque na Quinta da Boa Vista. À nós se juntaram cerca de mais trezentas pessoas e juntos protestamos de forma artística através de cânticos e de gestos simbólicos. A movimentação atraiu a atenção da mídia, não apenas a nacional como a internacional e desse modo pudemos trazer a tona o massacre que estava acontecendo a poucos metros dali, aonde uma multidão de pessoas pacíficas estavam sendo bombardeadas por bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha por estarem exercendo o seu direito constitucional à livre manifestação.

No entanto acabei tendo que rever essa estratégia quando depois de uma jornalista da Folha de São Paulo ter seu olho atingido por uma bala de borracha, as corporações de mídia terem desvirtuado as pautas das ruas para que estas fossem ao encontro do seus interesses. Na passeata que juntou mais de um milhão de pessoas na avenida Presidente Vargas notei que o movimento havia se confundido com um carnaval confuso, no qual pautas difusas desfilavam e nesse sentido uma manifestação festiva se confundia com a apatia que eu tentava combater. Nesse dia, ao saber que os manifestantes que haviam chegado diante da prefeitura foram recebidos com uma repressão policial severa, resolvi voltar para casa pois percebi que a repressão se estenderia a todos que estivessem nas ruas. O metrô havia fechado as portas de todas as estações do centro então não restava outra

opção se não seguir a pé, no caminho avisava para os demais o que estava por vir mas muitos daqueles que estavam de branco gritando contra a corrupção e acusando de vandalismo quem destruía as propagandas da FIFA ignoravam afirmando que o melhor a fazer era se sentar na rua para deixar claro para a polícia quem era pacífico e quem era vândalo baderneiro. O choque varreu sem dó as ruas dos centro da cidade, jogando bombas de gás até mesmo dentro de hospitais e escolas. Fugimos a pé até o bairro das Laranjeiras e decidimos acompanhar um grupo que se encaminhou para o Palácio do Governo para protestar contra aquela agressão policial. Foi aí que derramei pela primeira vez as lágrimas do gás lacrimogêneo, uma sensação nada agradável. Diante dessa resposta por parte do governador Sérgio Cabral a partir daí sua queda se tornou também pauta do movimento, assim como a extinção da polícia militar.

4.6. Guerrilha Simbólica

“Oh senhor cidadão, eu quero saber: Com quantos quilos de medo se faz uma tradição? Com quantas mortes no peito se faz a seriedade?”³²

As cidades são territórios historicamente constituídos por disputas de poder que se dão através do embate material de forças mas é no território simbólico que os vencedores eternizam seu domínio sobre os vencidos. O Brasil foi conquistado há quinhentos anos atrás pelo império português que para tanto massacrou pelo menos uma centena de nações indígenas, dizimando não apenas populações mas culturas e linguagens. No entanto até os dias de hoje essa história é recontada nas escolas como sendo um Descobrimento, ou seja, como se o território brasileiro não fosse o habitat de humanos. Por outro lado, foi pela mão de escravos africanos que a nação foi construída, esses chegaram aqui falando outras línguas, praticando outras crenças e tendo outras tradições que só não foram dizimadas por completo por terem sido miscigenadas com a língua e a tradição portuguesa e a fé católica. O Rio de Janeiro tem como padroeiro São Sebastião, santo católico que marca a vitória da civilização cristã sobre a “barbárie” herege, no caso a indígena e a africana. No entanto a miscigenação transformou São Sebastião em Oxóssi, orixá representado por um caboclo protetor das matas e de seus habitantes. O padroeiro da conquista que abençoou os

³² Tom Zé, Senhor Cidadão - Poema "Cidade" de Augusto de Campos

portugueses através da subversão representa o orixá que protege a resistência indígena. Se indígenas e africanos padecem pelo poder da força, é através do poder simbólico que a resistência se faz possível.

É também através do poder simbólico que se pode resistir ao neoliberalismo que privatiza a vida nas grandes metrópoles. De acordo com Mikail BAKHTIN não há nada que não seja simbólico, no entanto ao invés disso ser uma generalização que reduz o simbólico ao nada, pode ser compreendido como um platô de observação de tudo que permeia a vida em sociedade. Dessa forma o domínio do símbolo pode ser compreendido também como sendo o domínio do ideológico, uma vez que estes platôs estão intimamente ligados. Já de acordo com Muniz SODRÉ, o símbolo se configura como material organizativo da vida em sociedade. O comum, nesse sentido, seria o que permitiria ao sujeito se reconhecer no outro, antecipando a memória da alteridade. O processo simbólico seria então a comunicação que não é redutível ao idioma. O discurso se faz como laço social que prescinde da língua.

Mas é no cotidiano onde as relações de poder são consolidadas, o que e dá não somente através da opressão e controle objetivos, mas também pelas disputas que no território do simbólico ou seja, em termos ideológicos e culturais. De acordo com GRAMSCI, filósofo político marxista italiano, a revolução socialista teria acontecido apenas aonde a ideologia burguesa não haveria se estabelecido solidamente entre a sociedade civil, dessa forma a única arma coercitiva do Estado para controlar a população seria a força bruta e não a cultura hegemônica. Dessa forma o campo da luta deveria se deslocar do enfrentamento pela força bruta para o domínio da cultura, que seria responsável pela construção de uma nova visão de mundo. O conjunto dos aparelhos de hegemonia, ao qual ele define como sendo a sociedade civil – mídia, igreja, escola, seriam responsáveis por obter o consenso ativo do dominado (a população) perante seu dominador (o Capital). Uma vez que a multidão começa a questionar a ideologia imposta pela sociedade civil, a força coerciva tende a aumentar. A luta por uma nova sociedade envolveria então a luta por uma nova cultura. Ao atuar diretamente no âmbito da sociedade civil, ou seja, no direcionamento ideológico da sociedade, os intelectuais orgânicos, e aí cabem também os artistas, ocupam uma posição central na luta segundo a visão de Gramsci, pois estes seriam responsáveis por desconstruir a ideologia dominante e produzir uma cultura contra-hegemônica. Os intelectuais orgânicos se diferem dos intelectuais

tradicionais pois ao contrário destes eles não atuariam junto às elites, mas estariam organicamente ligados à um determinado grupo ou movimento de classe, funcionando como agente da vontade coletiva capaz de articular sentimento, vivência e conhecimento em uma organização ideológica, e porque não simbólica, que se adequa à visão de mundo do movimento no qual ele não está apenas inserido mas do qual ele faz parte.

No contexto das manifestações de junho a palavra violência teve especial destaque. Quer seja sob a forma da repressão policial ou abordando a reação por parte dos manifestantes, a violência fez parte das mais diversas discussões sob o tema. A frase SEM VIOLÊNCIA se transformou em um grito entoado pela multidão tanto para se dirigir aos policiais como uma tentativa de desestimular a desproporcionalidade da repressão em relação ao protesto, quanto aos manifestantes mais radicais para tentar evitar que praticassem a quebra dos símbolos do capitalismo como forma de responder à repressão policial, prática essa reduzida pela mídia ao termo vandalismo. É interessante notar que o conceito violência é usado como regulação do que seria válido ou não dentro do contexto das manifestações, mas acaba sendo compreendido de uma forma ampla e generalizada, ficando à mercê da utilização ideológica.

Para analisar a dimensão ideológica que o esvaziamento do sentido histórico da violência e termos correlatos, é interessante analisar a concepção de ideologia segundo aponta Karl Marx em sua obra *A Ideologia Alemã* (1846). Para MARX a produção de ideias estaria indissociada da atividade e do comércio material entre os homens. As representações do pensamento surgem como “emanação direta do seu comportamento material.”(MARX, 1846, 20) Dessa forma as ideologias são compreendidas não de forma autônoma mas como resultantes do *modus operandi* de seus autores e portanto por eles determinadas ao invés de serem suas determinantes. Sendo assim não podemos dissociar a violência dos seus pressupostos, da mesma maneira como não podemos considerar que a paz tenha valor em si. Ambos são instrumentos discursivos precisando, portanto, ser determinados pelos seus objetivos fins. Desse modo o discurso ideológico seria, para Marx, baseado na mistificação da consciência como algo apartado da realidade material responsável por determiná-la. Ele se dá como forma de justificar a atuação de um determinado grupo social.

BAKHTIN compartilha da visão materialista de MARX, para ele nada do que é humano existe desvinculado de um sistema de valores historicamente construído e que é reproduzido e reafirmado através do discurso. Dessa forma, compreender cada evento humano seria desvendar o jogo de valores nele engendrado. Mas não basta compreender, é necessário posicionar-se em relação à esse jogo, pois quem compreende se torna também jogador. O poder simbólico é parte do sistema de dominação hegemônica, pois como BAKHTIN ressalta, é a partir dos signos que emergem da interação social que a consciência se forma. Dessa maneira o signo sob a forma simbólica representa a infraestrutura hegemônica. Posto que esta mantém com a superestrutura uma relação recíproca, o ataque simbólico seria uma maneira de combater a dominação ideológica. Ainda de acordo com BAKHTIN:

Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN, 1999, 32)

A cognição humana é necessariamente historicizada e semiótica. A relação entre os humanos e o mundo se dá no interior dos horizontes sociais de valores, sendo impossível que essa relação se dê diretamente, de maneira desmediatizada. Bakhtin compreende que a sociedade é atravessada por conflitos e não como sendo fruto de uma instituição consensual. A linguagem seria fruto desses processos e o exercício da fala em sociedade é considerado como sendo o único objeto material através do qual se poderia entender o fenômeno da linguagem humana. Saussure, precursor de BAKHTIN e um dos seus maiores inspiradores afirmava que não é o objeto que precede o ponto de vista, mas é o ponto de vista que cria o objeto. Desse modo as palavras seriam concepções simbólicas de processos históricos e não entes originados pela natureza. Ao processo de naturalização da organização simbólica e material das relações de poder MARX deu o nome de fetichismo. O fetichismo mascara o caráter histórico das relações sociais fazendo com que os humanos se transformem em objetos da sua própria cultura.

4.7. A Violência e o Potencial Humanizante do Trágico

A violência que se exerce contra pessoas e a que se exerce contra o patrimônio são equiparadas pelos meios de comunicação de massa como sendo um ato de conotação semelhante. No entanto o pressuposto dos dois é diametralmente oposto. A violência do Estado atua como mecanismo de coação pelo medo para perpetuar a ordem vigente, enquanto a violência “vândala” que é exercida contra os meios materiais e imateriais de dominação é uma forma de transgredir a dominação simbólica do sistema, respondendo à coação exercida pela violência do Estado através do ataque simbólico. Naturalizada a violência assume matiz ideológica, é isolada da conjuntura histórica da qual é fruto e acaba tendo seu sentido encerrado em si mesma. Ao transformar objetos em sujeitos, as ideias são naturalizadas e as palavras esvaziadas da sua definição histórica para legitimar o discurso ideológico. Palavra é material semiótico da vida interior. A palavra acompanha e comenta todo ato ideológico, dessa forma a filosofia da linguagem pode ser concebida como filosofia do signo ideológico.

A palavra violência é originária do latim *violentia*, relacionado a *vis* e *violare*, e abarca os significados de força em ação, força física, potência, como também de algo que viola, profana, transgride e/ou destrói. Desse modo, *violentia* denota vigor ou força que se direciona à transgressão ou destruição de uma ordem dada ou “natural”. O limite representado por essa ordem, e sua perturbação (pela violência), é percebido de forma variável cultural e historicamente (ZALUAR, 1999). O Novo Dicionário da Língua Portuguesa, lançado em 1975 por Aurélio Buarque de Holanda, apresenta a seguinte definição para a palavra violência: Violência. [Do lat. *violentia*.] S. f. 1. Qualidade de violento. 2. Ato violento. 3. Ato de violentar. 4. Jur. Constrangimento físico ou moral; uso da força. coação. Em alemão violência se traduz por *Gewalt* que além de significar violência e força, também corresponde a poder e autoridade. Walter BENJAMIN (1986), uma das maiores influências de Hanna ARENDT, não diferencia esses significados em *Zur Kritik der Gewalt* (Da Crítica da Violência). Ambos concebem a violência em relação à questão moral e aos meios e fins, ou seja, a violência como instrumentos. ARENDT (1973), no entanto, destaca a importância da conceituação precisa de “violência” e “poder”. Hanna A ARENDT escreveu *Da Violência* (ARENDT, 1973), tendo como pano de fundo os movimentos juvenis nos Estados Unidos e no mundo afora, análogos aos que estão tendo lugar nos tempos atuais. Apoiada em KANT e ENGELS, ARENDT constata

que a violência não é um fim em si mesma, representando somente um meio de dominação, dessa forma a violência necessita de “orientação e justificação pelos fins que persegue” (ARENDT, 1973, 128). Para ARENDT a humanidade deve ser continuamente criada, em cada ato e cada palavra, em cada indivíduo que escolhe fomentar não a violência ou o domínio, mas a ação conjunta que nos torna autores e humanos, e que tece a comunidade política. No entanto, o que temos atualmente é a hegemonia da naturalização da violência (ARENDT, 1973, 146).

Raluca SOREANU, doutora em psicologia social pelo University College London e professora do Iesp-UERJ afirma que um dos símbolos mais fortes que o levante brasileiro produziu é uma resposta à violência deflagrada pelo Estado. A pergunta “Onde está o Amarildo?” ecoou ao longo de um ano em ruas e praças, não apenas da cidade do Rio de Janeiro mas até mesmo em âmbito internacional. A transformação do ajudante de pedreiro desaparecido depois de interrogado por policiais dentro da UPP da Rocinha, pai de seis filhos e marido de Elizabeth Gomes da Silva em um símbolo alia poética e estética. Não é apenas símbolo da violência policial e da banalização com que o Estado encara a vida humana, sua força simbólica está acima de tudo em reinscrever no imaginário social a humanização de todos os demais desaparecidos, de todas as vidas desqualificadas tanto pelo Estado quanto pela grande mídia, que se mantém anônimas, sem história e sem ninguém que clame por elas.

Ao gritar ‘Onde está Amarildo?’ a multidão deu nome à perda. Temporalidades diferentes se sobrepõem. Os desaparecidos da ditadura militar encontraram os desaparecidos dos tempos de pacificação das favelas. A passagem do tempo de perda sem um luto possível para a perda com luto acontece quando os tempos se cruzam. É marcante. Pausamos. Talvez não sejamos assim tão diferentes, afinal de contas. Talvez tenhamos algo até então inimaginável em comum: “Era uma vez um certo regime político que desapareceu com meus entes queridos. E você? (...)O pensamento ocidental parou na ideia da estética como a ciência da beleza de um objeto. Mas quando nos libertamos da ideia do belo como um objeto de contemplação, a preocupação central da estética passa a ser a forma como os corpos se percebem através do campo social. A estética se torna uma ciência do contato. Contato entre as epidermes. Contato entre corpos. Contato entre faces. Franco “Bifo” Berardi se refere ao novo paradigma estético de Guattari como “semântica da proximidade social”. Assim, quão próximos estávamos, exatamente, antes de junho de 2013 e o quão próximos nos tornamos, após essa data? Estamos indo da pele à pele de outras maneiras, depois de junho de 2013? Pra começar: o capitalismo opera como uma patologia do contato. Não toque, apenas olhe. Epidermes são substituídas por telas. Faces são substituídas por telas.

A guinada político-estética mais profunda de junho de 2013 é a rostização da política. Face a face. Rosto-próximo-a-rosto. Paradoxalmente, máscara-próxima-à-máscara. Qual é semântica dessas novas proximidades sociais? O que elas desafiam? O que elas criam? Temos que começar pensando a partir das rostidades capitalistas. (SOREANU, 2014³³)

Para SOREANU após junho de 2013, passamos a produzir mais rostidades sensíveis, como uma das diversas mudanças estético-políticas ocorridas em reação ao caso Amarildo. Sensíveis no sentido de tentar imaginar que para além da máscara-rosto caracterizada por traços raciais e classes sociais, existe uma pessoa como a gente, com uma história que tem contrapontos que se aproximam da nossa. Por outro lado, a abordagem desumanizante da mídia de massa em se tratando de vítimas de conflitos sociais se torna cada vez mais apavorante.

Num primeiro corte da semiotização, Amarildo representa apenas ele mesmo, afirmando a natureza não-supérflua da vida humana. Uma fuga da trilha infinita de corpos não identificados – de corpos em sacos de lixo preto, de corpos enterrados sem um funeral – é o que busca a ressingularização de Amarildo. Num segundo corte da semiotização, somos todos Amarildos, no sentido de que estamos todos expostos à violência do Estado. Por vários meses, a pergunta “Cadê o Amarildo?” foi ouvida nos protestos do Rio de Janeiro. Centenas de milhares de pessoas cantando um nome em uníssono conta como uma cerimônia de luto coletivo. Uma noite quieta no Rio de Janeiro, na qual o silêncio é rompido por um grito, em algum lugar distante – “Amarildo!” – é uma noite de luto. Um ônibus urbano, lotado de pessoas que subitamente começam a gritar seu nome, “Cadê o Amarildo?”, marca uma reconfiguração profunda do espaço público. Os restos dos mortos e desaparecidos da ditadura militar, cujo luto não pôde ser feito, assim como aqueles da democracia, começam a migrar para um novo lugar do imaginário social. Agora parece que começamos a conseguir falar sobre o assunto. Enquanto Amarildo corre o risco de ser desfigurado pelas operações do inconsciente racista, seu rosto foi reconstruído, não tanto através de imagens, mas por vozes em coro, pos ritmos dos cantos dos protestos. A nova ecologia mental desliza para longe do visual: é às vezes anti-escópica, é auditiva e cinestésica. A partir da voz, reconstruímos um rosto em movimento. Nosso rosto. O rosto do outro. (SOREANU, 2014³⁴)

Os deslocamentos de imaginário provocados pelo caso Amarildo seriam imensos, o símbolo político produzido como resposta por sua força comunicativa, cada vez se torna

³³ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/> acessado em 04/08/2014.

³⁴ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/> acessado em 04/08/2014.

mais conciso e versátil pois seu sentido não está fechado, basta um Cadê? grafitado em um muro. Seu sujeito e objeto já estão implícitos para a maioria dos leitores. E mesmo que seu significado não esteja óbvio de acordo com a frase original, por ser flexível a pergunta pode se aplicar à outros questionamentos. Cadê Saúde e Educação? Cadê Saneamento Básico? Cadê o legado social da Copa?

“Cadê?” faz um corte na subjetividade e, ao fazer esse corte, constitui a responsabilidade do sujeito político. Onde está a dor? Onde estão os mortos da ditadura? Onde está o luto? Onde está a memória? Cada sujeito político deve preencher a elipse de forma diferente. Após junho de 2013, fomos longe o suficiente em termos de criatividade política ao ponto de não ficarmos mais inseguros diante de uma questão em aberto, com uma gramática delgada ou a pequenez de nossos atos. Torna-se cada vez mais claro que, sozinha, a política distributiva– com sua pergunta “quem quer o que pra quem?” – não leva a nada. É uma armadilha desde o primeiro termo: “quem”. Pressupõe-se que o quem dessa pergunta seja o sujeito correto, dócil e com o vórtice de seu rosto-buraco-negro aberto para um conteúdo predefinido. Em vez disso, “Cadê?” nos incomoda. Onde você se colocou e onde você colocou o outro? Onde está seu rosto, exatamente? Você viu o rosto do outro? Cair nessa palavra de quatro letras é cair num rosto. Tornar-se indefeso diante dela. (SOREANU, 2014³⁵)

O que está em jogo de fato é arriscarmos o distanciamento produzido pela ideologia hegemônica em termos do quanto nos permitimos ser tocado pela dor do outro. Passado o Amarildo tivemos a Claudia Silva Ferreira, arrastada por um carro da PM por 350 metros após ser baleada em um conflito no morro da Congonha, em Madureira. Claudia, negra como Amarildo, teve sua subjetividade resumida pelos veículos de mídia pelo calvário da sua morte, era referida na maioria das vezes apenas como “mulher arrastada”. Em um intento de desfazer essa objetificação artistas e designers se juntaram e em um mutirão criaram o projeto 100 vezes Cláudia. Foram então criados 100 retratos da Claudia preencher com dignidade o vácuo deixado pela mídia de massa, vácuo que é infelizmente preenchido pelo senso comum com expressões do racismo profanatório. As imagens sensíveis são também uma alternativa ao sensacionalismo e oferecem à família uma manifestação carinhosa de condolência³⁶.

Com relação à exploração poética da questão simbólica minha deriva atravessou o platô dos protestos multitudinais e se manifestou de forma produtiva em sua singularidade.

³⁵ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/> acessado em 04/08/2014.

³⁶ Mais informações sobre o projeto e sua produção estão disponível em <http://thinkolga.com/2014/03/19/100-vezes-claudia/> e <http://thinkolga.com/2014/03/22/mais-100-vezes-claudia/> . Acessado em 31/08/2014

Diante da comemoração do golpe militar em 2012, participei de um grupo de ativistas que no sentido de recuperar o significado histórico daquela data, colocou músicas de protestos na tentativa de interferir na festa que os militares realizavam à revelia da democracia que até então pairava sem questionamentos no ambiente externo àquele prédio. Ao cair da noite, foram exibidos filmes sobre as vítimas da ditadura na fachada do prédio que abriga o círculo militar, assombrando de memórias a espetacularização do esquecimento.

Anos mais tarde, quando a questão dos transportes esmaeceu e a CPI foi engavetada dando lugar para a pauta do genocídio promovido pelo Estado a partir da sua política de segurança baseada no modelo das UPPS. A pergunta “Cadê o Amarildo?” ecoava dentro e fora do país, e depois disso outras tragédias ganharam mais repercussão como o caso da Cláudia, que depois de morta foi arrastada pela polícia. Esta situação foi se intensificando na medida em que nos aproximávamos da Copa do Mundo, fato comprovado pelo número crescente de autos de resistência disponíveis pelo próprio Instituto de Segurança Pública. Essa questão mesclou-se então a indignação contra a Fifa por ter promovido um estado de exceção através da Lei Geral da Copa. Dessa forma concentramos nossas ações para a mobilização durante os jogos, mobilização esta que ficou um tanto difusa diante do clima festivo que havia tomado conta do Rio de Janeiro. A primeira ação que coordenei foi a de levar uma bandeira gigante composta por cangas para a arena “Fifa Fan Fest” de Copacabana, cada canga tinha uma letra que formava a frase internacionalmente difundida: “Fuck Fifa”. Além dessa mensagem portávamos outras cangas com dados objetivos sobre as remoções e o genocídio dos pobres. Cumprimos nossa missão, as mensagens tiveram uma grande circulação dentro e fora do país e chegamos até a conseguir que elas figurassem na transmissão ao vivo dos jogos. Fomos extremamente bem recebidos inclusive pelos torcedores e pela equipe que trabalhava no evento.

Conforme o time brasileiro foi conquistando vitórias os ânimos foram ficando cada vez mais exaltados e o consenso em torno do futebol acabou inviabilizando o sofrimento do povo das favelas que perdia seus familiares durante as incursões brutais da polícia. Entre diversas tragédias, a que mais me causou impacto foi a do menino Luiz Felipe que teve seu crânio e seu futuro atravessados por uma bala enquanto dormia. Após uma partida no Maracanã, numa tentativa desesperada de provocar alguma empatia, me atirei no chão como porta com uma camisa escrita Luiz Felipe -1 e uma lápide com os dados da tragédia

traduzidos para o inglês. Os estrangeiros se mostraram curiosos diante da performance enquanto a reação do público brasileiro foi a pior possível, cheguei a ser chutada e fui ofendida por uma família que fez questão de ficar ali durante mais de dez minutos. Para mim estava claro que houve um impacto sensível através do incomodo que um simples corpo atirado no chão foi capaz de causar. Essa performance foi filmada e utilizada posteriormente para compor outra performance na qual o vídeo é exibido em um lençol branco vestido por mim e quando a animosidade aparece no discurso do público eu devoro beterrabas deixando escorrer o seu sumo como se fosse o derramamento de sangue sobre o tecido branco. A performance foi realizada após uma marcha silenciosa que promovemos em Copacabana pouco antes de um dos jogos do Brasil. Atravessamos a avenida em silêncio absoluto, com nossas bocas vendadas, acompanhados apenas de um surdo que batia a marcação. Portávamos cartazes com as fotos daqueles que tiveram perdido suas vidas pela brutalidade policial. Antes do início da marcha, vestindo camisetas verde amarelas indicando seus nomes com o símbolo de -1, jogamos uma partida de altinha com uma bola tingida de vermelho que escorria tinta sobre nossas camisas e sobre o asfalto. A marcha terminou com nossos corpos atirados ao chão em um die-in diante da arena da “Fifa Fan Fest”. Durante o percurso ouvimos aplausos e vaias, quer seja incomodando ou causando reflexão o impacto foi sensível.

4.8. Corpos desobedientes – A Arte de (des) atuar papéis sociais

Aquilo que importa é meter anos-luz entre nós e a narrativa burguesa: o verdadeiro protagonista da história não é a Grande Personagem nem o Indivíduo-monade, mas sim a multidão anónima dos figurantes e, por detrás deles ou através deles, a multidão anónima e rumorosa dos eventos, destinos, movimentos, vicissitudes (MING, 2003, 5)

GUATTARI aponta que os rostos impressos pelo capitalismo seriam binários e benevolentes, configurando apenas invólucros de papéis sociais. (GUATTARI, 2011, 76) Com isso a alteridade seria zerada, o diálogo nos termos de BUBER é impossível pois a relação se dá do eu ao eu e nunca do eu ao tu, ou seja, ao Outro. Esse processo equivale à abolição do sócius – uma vez que o Outro é deslegitimado, o individualismo se torna imperativo e tudo o que não sou eu não tem razão de ser. Mas como as manifestações

podem reinscrever o social nas relações humanas? Em primeiro lugar, a dicotomia entre processos materiais e processos semióticos é interrompida. Durante o evento, a mensagem transborda da retórica para os seres. Doamos nossos corpos à política e dessa forma nossa subjetividade se resingulariza, o vínculo social se ata novamente. Na multidão, a condição da diferença se faz pela igualdade e a condição da igualdade é colocada pela diferença. A multidão só emerge quando o homem morre. O homem é indivíduo. A multidão é plural. O afirmativo e a negação são modos de responder o acaso. Esse processo faz emergir a recusa de seguir atuando os mesmos papéis sociais designados pelo biopoder. As relações de empatia são redefinidas, se abrindo para além da convivência estabelecida pelas divisões sociais. Ao invés de considerarmos nossos pares aqueles que tem um padrão de vida correlato ou superior ao nosso, a igualdade se estende indefinidamente.

Nesse sentido a máscara se coloca como uma garantia de igualdade, se configurando como uma performance que responde a violência do Estado por atribuir papéis sociais de acordo com definições pré-concebidas de acordo com raça, gênero e classe social.

Quando o jovem negro usa seu próprio rosto, ele é parado, revistado e agredido pela polícia. Assim, o uso da máscara equivale à redistribuição do “perigo” através do espaço social. Com máscaras, somos todos igualmente perigosos, antes e acima de tudo a partir de uma violência categorial: o que entra em colapso são precisamente as categorizações racistas e classistas que estão em ação no julgamento do perigo dos corpos. A máscara preta dos protestos é parte de uma nova semiótica centrada na rostidade; não é a volta ao rosto inexpressivo, ao buraco negro capitalista, mas a construção ativa de uma rostidade pela qual o capitalismo pode ser tocado: uma rostidade que ele não pode codificar. A pele-rosto sob o tecido-rosto(a máscara) é sentida cada vez mais como o lugar de produção de uma individualidade política. (SOREANU, 2014³⁷)

Por outro lado essa equivalência plena também produz personagens coletivas, fictícias ou não, que incorporam a igualdade quer seja na solidariedade nos momentos de perseguição que seja no mérito da liderança. Somos Todos Amarildo, Somos Todos Claudia, Somos Todos Ayotzinapa. Se o tribunal instaurado pela mídia de massa e o governo em sua ordem binominal procuram por líderes e representantes para martirizar ou para gratificar, por detrás da máscara da multidão todos somos. Um dos maiores exemplos dessa estratégia produzida pelo consciente coletivo é a figura do subcomandante Marcos,

³⁷ Disponível em <http://uninomade.net/tenda/uma-historia-sobre-a-nova-estetica-do-protesto/> acessado em 04/08/2014.

inventada pelos zapatistas diante da incapacidade do mundo de escutar a voz indígena. Por não ter rosto a figura de Marcos permitia uma identificação plena do público com a luta zapatista, fazendo dela sua própria luta. Marcos também tinha utilidade em termos de segurança funcionando como um “boi de piranha”, pois enquanto a mídia e o poder centravam suas forças no intento de achar e de destruir a figura de Marcos, a luta avançava na construção de autonomia. Na medida em que o movimento se fortaleceu no entanto Marcos se tornou obsoleto – o movimento acabou sendo indissociado da figura do subcomandante e esta acabava atraindo mais atenção do que a construção coletiva que seguia avançando de maneira potente. Foi então que entre 24 e 25 de maio de 2014 a morte de Marcos foi anunciada para o mundo exclusivamente através de meios livres, alternativos e autônomos. A partir de então, “a realidade zapatista só poderá ser vista desde baixo”. Ao final do comunicado, no entanto, uma nova personagem se apresenta:

Meu nome é Galeano, Subcomandante Insurgente Galeano. Alguém mais se chama Galeano?

E milhares de vozes:

- Eu sou Galeano! Todos somos Galeano!

- Então e por isso que me disseram que quando eu voltasse a nascer, seria em coletivo. Assim seja, boa viagem. Cuidem-se, cuidemos uns aos outros. Desde as montanhas do Sudeste mexicano, Subcomandante Insurgente Galeano.

E o mestre Galeano havia ressuscitado. Sua ressurreição em um ser coletivo representa a necessidade da vida ressurgir, cada vez mais digna, dos escombros da destruição e da morte. É a justiça grande que vê mais além da morte individual para combater a destruição sistêmica por meio da luta coletiva pela vida. É a esperança diante da desolação de um sistema perdido na loucura de sua própria ganância. (REYES, 2014³⁸)

4.9. Resistência Bufa – Escracho e Política

Mas para além da sobriedade de um subcomandante e das vítimas do fascismo dos agentes do Estado, outras singularidades foram produzidas pela multidão na forma de anti-heróis do cotidiano. Batman Pobre, Pureza, Tropa de Inhoque, Dona Baratinha, Baratox, nem só de seriedade se faz a produção criativa da multidão, mas também de riso e de deboche. Entretanto nessa comédia não vale rir do oprimido enquanto opressor para

38 Disponível em <https://daslutas.wordpress.com/2014/08/01/marcos-o-subcomandante-inecessario/>. Acessado em 05/08/2014.

arrancar gargalhadas do público, o riso subversivo é aquele que ridiculariza o opressor e o destitui de seu lugar de herói. Misturando a arte bufa com formas contemporâneas de desobediência civil, o escracho se configura como sendo uma técnica eficiente de ação direta.

Armada com zombaria e afeto, usando a tática da confusão ao invés do confronto enquanto personagem da multidão me transformo em um elemento de alta periculosidade pois atento contra a lógica do mercado do terror, contrariando a norma que garante que o sucesso vem para aqueles que abdicaram da sua capacidade de sentir. Tudo começou quando em minhas derivas nas mídias sociais, entre denúncias de esquemas de corrupção e memes de animais fofos, me deparo com uma notícia de casamento saída de uma coluna social do Ceará – Beatriz Barata iria se casar em alguns dias com o herdeiro do império dos transportes de Fortaleza. Compartilho a ideia de que uma vez que nós pagamos pela festa teríamos o direito de usufruí-la, ideia que já havia sido levantada por outras pessoas e que inclusive acabou se transformando em um evento virtual, mas que eu nunca pensei que de fato se materializaria.

Durante uma festa junina na feira de São Cristóvão, encontro alguns amigos que confirmam que realmente tinham o objetivo de tirar a ideia do papel mesmo com pouco tempo de articulação, o casamento aconteceria no dia seguinte. Fomos para a frente da igreja trajando roupas de festa junina, éramos poucos mas protestávamos em alto e bom som batendo panelas e cantando sátiras de músicas de festa junina adaptadas para a questão dos transportes e jogando baratinhas de plásticos nos convidados que entravam ou saiam da festa. Uma amiga transmitia o evento ao vivo para uma audiência de milhares de pessoas e quando chegamos a festa no Copacabana Palace nosso pequeno grupo de cerca de trinta manifestantes havia se transformado em uma pequena multidão de trezentas pessoas que recebiam os convidados da festa dançando quadrilha. Infelizmente a festa acabou mal, um dos manifestantes foi atingido por um cinzeiro de cristal que teria sido atirado pelo irmão da noiva. Depois disso com medo de uma reação mais violenta por parte dos manifestantes, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, padrinho do casamento, mandou chamar a choque que lançou bombas de efeito moral contra já diminuta multidão. Vale a pena lembrar que a festa custou nada menos do que 3 milhões de reais e que a empresa de seu avô, Jacob Barata, havia aumentado a tarifa dos transportes alegando não ter lucro algum com o serviço.

Após minha participação no “Casamento da Dona Baratinha” como uma das noivas, fui convidada a participar de um reunião na casa nuvem chamada de “Ateliê de Dissidências Artísticas”. Ali debatíamos as questões da cidade e planejávamos ações criativas para expressá-las em forma de protesto. Era um espaço de criação autônomo aberto para a participação de artistas visuais, sociólogos, designers, estudantes, produtores e qualquer um que estivesse interessado. Ao nos depararmos com o sequestro da CPI dos transportes pelos vereadores que tiveram suas campanhas patrocinadas pelos empresários da área e que nem chegaram a assinar a petição pedindo a sua abertura mas que alçaram a presidência da mesma, planejamos um ato que evidenciasse o circo que estava sendo armado.

Nessa ocasião encarnei a personagem “Dona Baratinha”, afirmando que teria voltado da minha lua de mel nas ilhas Cayman para garantir que o dinheiro público continuasse a ser bem investido no benefício da minha família. Fui acompanhada pelos próprios vereadores que me estavam beneficiando, personificados através de máscaras e do comando Baratox de extermínio de pragas políticas trajando uniforme de dedetização e borrifadores de purpurina. Nos deparamos com pseudo-manifestantes que foram trazidos para ali por ônibus fretado para evitar que os reais manifestantes ocupassem toda a plenária. Eles faziam sinais de que que cortariam nossas cabeças e portavam faixas de apoio aos vereadores participantes da mesa da CPI. “Dona Baratinha” foi impedida “pela primeira vez na história” de entrar na câmara portando seu dinheirinho que distribuía para os pseudo-manifestantes, para a polícia e para os jornalistas dos grandes veículos. Curiosamente a entrevista que fizeram com ela foi publicada na íntegra apesar de seu alto teor de ironia crítica.

No período pré-Copa do Mundo, o então ministro-chefe da Secretaria Geral da República Gilberto Carvalho organizou uma coletiva como os “líderes” dos “principais” movimentos sociais do Rio de Janeiro na tentativa de garantir um apaziguamento dos ânimos durante o evento, coibindo assim a realização de protestos sob premissas das mais vazias e mentirosas, afirmando benefícios comprovadamente fictícios da realização dos jogos para a sociedade. Dona Baratinha compareceu a reunião para agradecer pessoalmente ao governo por ter silenciado os protestos e garantido que mesmo estando sob a regência do partido dos trabalhadores o país continuasse a privilegiar os ricos, seguindo o slogan de que país rico é um país sem pobreza, ou seja, um país no qual os

pobres estão sendo erradicados por meio de diversas estratégias, inclusive pela negligência governamental. O discurso inicialmente foi vaiado, mas diante da constatação de seu teor irônico bastante claro uma vez em que a personagem postava asas de barata e longas antenas, foi aplaudido. O ministro silenciou se mostrando visivelmente consternado.

O bufão através da história é aquele a quem é dada a liberdade de confrontar todos os tabus e dogmas culturais e religiosos, criticando os princípios fundamentais da sociedade e ainda se livrando de qualquer responsabilidade sobre isso. Eles são capazes de fazê-lo pois habitam um lugar especial, entre-mundos, que compartilha com os loucos diagnosticados a capacidade de comunicar sabedoria apesar da aparência superficial de bobagem. O bufão consegue ocupar o centro e às margens da sociedade simultaneamente, sendo sempre estrangeiro, esquisito, um ser ridículo. No entanto o entremeio que o bufão habita é poderoso pois confunde as categorias binárias impostas pelo sistema. O bufão é um estado de espírito antes de uma técnica. Nos seus fundamentos é sobre desapego do ego e portanto, da individualidade que nos separa da multidão e do poder que isso enseja, é o aprendizado de resgatar a infância ao se aproximar de qualquer situação com abertura e vulnerabilidade. É um estado no qual começamos a valorizar o poder de se render à experiência e viver sem expectativas fixas. É um estado de ser com o qual todos crescemos mas no entanto a sociedade rotulou e aprisionou em circos e teatros. É a capacidade de aprender o mundo de forma lúdica sabendo que a diferença entre imaginação e realidade é apenas uma questão de crença.

Bruce Wayne, o *playboy* endinheirado, pode se fazer herói com os *gadgets hightechs* que desenvolveu às custas da voluptuosa fortuna que herdou da família. A multidão, por sua vez, inventa seus anti-heróis tendo como base criativa sua realidade precária que é processo e objeto de denúncia. Batman Pobre não pretende salvar pátria alguma, muito pelo contrário, ele é anarquista e veste seus sacos de lixo negro não para se fazer invencível, mas para denunciar a vulnerabilidade da população em situação de miséria, população que é tida como o descarte natural da mecânica corrosiva que se alimenta dos meios fundamentais à vida para gerar apenas lucro. O anti-herói não conta com batmóvel mas com um par de sapatos furados que percorre os becos mais sujos da cidade maravilhosa e deriva de manifestação em manifestação como uma égide da empatia por aqueles a quem o status quo nega humanidade.

5. Conclusão

2013 foi um ano fortemente marcado pela explosão de manifestações populares dentro e fora do país. Do Brasil à Turquia passando pelo já incendiado Egito, a multidão foi às ruas em defesa do comum - democracia real, direito à cidade, valorização da vida frente ao capital e o fim do monopólio da comunicação são pautas que seguem ecoando por todo o globo em diversas línguas, unindo culturas diferentes e aproximando territórios distantes. Esse fenômeno comprova que um dos efeitos colaterais da globalização econômica que internacionaliza a produção e a especulação financeira, além da concentração de renda é também a universalização das lutas. Lutar não é apenas questão de sobrevivência, é a única forma de resistir ao sistema hegemônico, transformando opressão em força criativa capaz de gerar dentro da própria luta novas dinâmicas sociais que rompem com os paradigmas impostos pela ideologia dominante que são introjetados e reproduzidos no cotidiano.

Na disputa pelo comum urbano, a cidade transcende sua função de campo de batalha, é palco, cenário e ator do comum. Marc AUGÉ em seu livro *Elogio à Bicicleta* afirma que "Hoje, mudar a vida é, em primeiro lugar, mudar a cidade". (AUGÉ, 2008, 11). Raquel ROLNIK em sua leitura sobre o momento atual ressalta o papel da cidade nesse processo:

Esse movimento, ou uma parte importante dele, é pelo direito à cidade. Na hora em que a pauta e a agenda dos protestos viram não apenas o valor da tarifa e a qualidade dos transportes, mas também saúde, educação e Copa do Mundo, o que temos é uma discussão sobre o modelo de cidade em que vivemos e o modelo de cidade que queremos. A questão das políticas de transporte e mobilidade são um componente muito importante, mas não exclusivo. Nós estamos falando de uma possibilidade para enfrentar esse modelo de cidade e transformá-lo completamente". (ROLNIK, 2013)

Essa compreensão tem especial sentido ao analisarmos os efeitos que a cidade do Rio de Janeiro tem sofrido em decorrência da realização de um número massivo de grandes eventos: Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo no Brasil, Olimpíadas, etc. O cidadão carioca se vê refém de uma política que toma como foco a projeção da imagem de sua cidade para o exterior em detrimento da construção de

políticas públicas que priorizem a qualidade de vida de quem realmente habita a cidade. O modelo empresarial de cidade considera seus habitantes como consumidores e não como constituintes das políticas públicas municipais, estaduais e federais. Vivemos cotidianamente a intensificação do desmonte do Comum que assume mais e mais caráter privado. Contra isso novas formas de uso do espaço urbano tomam conta de logradouros públicos e até mesmo de propriedades privadas, o que antes era visto como sendo meramente zona de passagem ou era dominado pela lógica do consumo, passa a servir como espaço de encontro e convívio.

Com o objetivo de atrair turistas e empresários, a prefeitura de Barcelona adotou a política de transformar a cidade em uma grande vitrine mundial, processo que atingiu seu ápice nos Jogos Olímpicos de 1992. A cidade se metamorfoseou, vendendo-se como uma espécie de cenário para um parque temático de turismo desenfreado. A cidade vem se transformando em uma “zona de entretenimento”, um lugar para visitar e comprar coisas, reduzida a um parque temático habitado e projetado para ocultar a cidade mais dura, mais suja e sua desigualdade social. Antigos bairros industriais são substituídos por paisagens pós-modernas, a remodelação da cidade expulsa os moradores dos bairros populares transformados em áreas nobres. Os especuladores imobiliários aproveitam a crescente demanda de imóveis e aumentam o preço dos aluguéis, que se tornam inacessíveis para as camadas mais populares, principalmente para os jovens. Por isso, às comunidades carentes, restou ir para as periferias, em algum lugar onde os turistas da cidade não os pudessem ver, de maneira a não incomodar sua experiência na cidade. Como narrado ao longo do terceiro capítulo, esse fenômeno se repete em todas as cidades que sediam megaeventos desde as Exposições Universais até os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. O grau de intensidade, no entanto, se dá de acordo com o desenvolvimento das ferramentas de governança democrática, quanto mais estabelecida a democracia política menor o grau de gentrificação. É inevitável a associação entre esse panorama histórico e o processo que atualmente toma conta da cidade do Rio de Janeiro.

A “cultura de consumo”, que se instalou no Ocidente a partir do século XIX, torna-se reflexo da racionalidade do capitalismo quando realiza a transposição da utilidade das mercadorias para outros valores que elas passam a ter na sociedade, pois esta atua estendendo essa lógica aos hábitos cotidianos, às relações entre as pessoas, às percepções dos espaços e aos significados dos objetos. Mercadoria que, no entanto, é considerada

como sendo uma necessidade básica. O Art. 2º do Estatuto das Cidades, responsável por regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, afirma que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, como podemos constatar no seguinte trecho:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;³⁹

Como visto no Brasil, teoricamente, o direito à moradia se sobrepõe ao direito à propriedade. No entanto vemos que na prática o Estatuto das Cidades, promulgado em 10 de julho de 2001, ainda não saiu do papel. Como exemplo desse fato, temos as remoções compulsórias que acometem as comunidades do Rio de Janeiro sob o governo do prefeito Eduardo Paes. A cidade assiste à falência dos serviços públicos por ter como governo representantes que atendem única e exclusivamente aos interesses das empresas que patrocinam suas campanhas em detrimento da população que os teria elegido. A Copa foi a gota d'água que faltava para que a indignação popular transbordasse para além das redes sociais. A população, percebeu que além do aspecto cenográfico nada seria feito em termos de melhoria estrutural da cidade, apesar do imenso investimento público aplicado na realização do evento. Os benefícios prometidos como contrapartida nem mesmo chegaram aos famosos cartões postais do Rio, como Ipanema, Lagoa e Copacabana, o que dizer das partes mais distantes da cidade para onde a população removida das zonas mais nobres e centrais foi obrigada a migrar?

Quem viveu o movimento das ruas viu brotar da multidão o grito NÃO VAI TER COPA de forma orgânica. Para que milhares de pessoas se sentissem atingidas a esse ponto pelos desdobramentos políticos desse evento no país do futebol, como o Brasil é mundialmente reconhecido, a ponto de negar uma paixão que lhe é atribuída culturalmente de forma naturalizada e intrínseca, foi necessário viver a discrepância absoluta entre a promessa de um legado como contrapartida do investimento público massivo e a materialização de políticas públicas que passam como tratores em cima dos direitos constitucionais para benefício único do lucro das empresas envolvidas e dos agentes

³⁹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acessado em 12/3/2015.

públicos que as beneficiam. No entanto paixões são irracionais e o avesso delas acaba atuando do mesmo modo. Se por um lado o futebol se configura como uma paixão nacional, o imperialismo por sua vez não aceita mais fronteiras. Com a intensificação dos processos de globalização ele se tornou supranacional, é um imperialismo do capital. Logo atacar as empresas, para além dos governos, também faz parte do jogo. O grito Não Vai Ter Copa representa uma ofensiva direta contra os interesses das empresas que investiram pesadamente em publicidade para ter sua imagem atrelada à um evento símbolo da paixão nacional e assim reverter esse investimento em valorização de imagem e lucro. Mas como os interesses da multidão não foram nem nunca são incluídos nesses planos, o que era apenas festa se transformou em indignação e revolta. A recusa e a contra conduta expressas pelo Não Vai Ter Copa fizeram com que a publicidade se voltasse contra e não à favor das empresas, fazendo com que suas imagens também ficassem atreladas a todos os aspectos negativos por trás da realização do mundial. E nesse ponto essa estratégia espontânea foi positiva, as empresas ficaram constrangidas e a Fifa perdeu bastante credibilidade no mercado internacional da publicidade.

O *Fuck Fifa* se transformou em um movimento global que conectou o Brasil a diversos outros países e cidades, gerando empatia e construindo conexões entre movimentos populares e redes. Cartazes com a frase *Fuck Fifa* pipocaram em Bangalore, Índia, dizendo: “O Mundial das pessoas, sim. Diga Não à Máfia da Fifa”. O manifesto da New Socialist Alternative (CWI) da Índia criticava duramente essa grande corporação mas acima de tudo manifestava seu apoio à classe trabalhadora brasileira. Em Istambul o movimento Right to the City Alliance organizou protestos na sede da embaixada brasileira, lançando um manifesto que pouco tinha a ver com futebol em sí: “de barricada à outra, de praça em praça, dos bosques do norte à Amazônia, estamos com os insurgentes do Brasil”. Em Madrid foi celebrado um ato anti-Fifa em plena Plaza del Sol. Na Grécia foi criada inclusive uma Coordenação de Solidariedade com os Insurgentes do Brasil, cuja declaração deixava explícito o caráter internacional da luta que une os dois países: “Os planejamentos de Estado e da patronal são indiferentes, seja no Brasil, na Grécia ou na África do Sul. Como na Grécia em 2004, no Brasil o Capital e o Estado se valem do

atletismo comercializado para esconder por detrás das caras sorridentes e do ambiente festivo, a intensificação do controle e da repressão”⁴⁰.

Apesar de tudo, a Copa aconteceu. E de fato a repressão foi tão brutal que chegou a chamar a atenção da ONU e da OEA⁴¹. Mas para as milhares de famílias que foram removidas de forma truculenta de suas casas, muitas vezes da noite pro dia, por conta do projeto de mercantilização e higienização da cidade que tem a Copa como energia motriz, Não Teve Copa. Para a família da Gleise Nana, Não Teve Copa. Pra quem gasta 25% do seu orçamento e 25% do seu tempo de vida chacoalhando numa lata de sardinha que é o transporte público pra ir do trabalho pra casa e de casa pro trabalho, Não Teve Copa. Pra quem se sente expulso da sua própria cidade, refém de um campeonato de futebol que inverteu as prioridades políticas e orçamentárias de um país inteiro, Não Teve Copa.

Rolezinho no Shopping, Catracaço, Ocupa Câmara, Ocupa Cabral, Ocupa Lapa, Ocupa Ônibus, Ocupa Carnaval, Ocupa Golf. A ocupação ressignifica o território, enquanto o vandalismo coloca em cheque a dominação do capital sobre a vida, diversas formas de terrorismo poético se apropriam do espaço cedido à propagandas comerciais para questionar a legitimidade das mensagens marqueteiras por elas propagadas; escrachos evidenciam o ridículo no discurso que insiste em desafiar a lógica e colocar o capital à frente do humano. Diversas formas de luta têm lugar nas trincheiras da resistência cidadã. E cada forma de luta adquire também dimensões diversas. A multidão se configura como sendo um poder constituinte, é um corpo que se modifica de acordo com a participação de seus membros. Dentro das múltiplas potências dessa luta, a disputa simbólica assume especial destaque. É na organização simbólica que se dá a naturalização das relações de poder que mascara o caráter histórico das relações sociais, fazendo com que os humanos se transformem em objetos da sua própria cultura. Dessa forma, ao desconstruir essa naturalização, ressignificando os símbolos da cultura hegemônica, a ação simbólica trás à tona a história de opressão escondida sob a narrativa dominante e nos faz questionar as formas pelas quais reproduzimos a opressão em nosso dia-a-dia. Mas é atuando no nível sensível que as manifestações atingem uma dimensão transformadora imediata, afinal o

40 Livre tradução da autora com base no artigo de autoria de Bernardo Gutierrez disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2014/07/anti-fifa-shout-as-reconnection-g-2014726283278304.html>. Acessado em 27/08/2014.

41 Vide: OEA cobra Brasil sobre repressão em manifestações: http://noticias.terra.com.br/brasil/oea-cobra-brasil-sobre-repressao-em-manifestacoes_93eda489f1ca4410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html. Acessado em 15/3/2015.
<http://www.conectas.org/pt/busca?q=jornalistas&pag=3>. Acessado em 15/3/2015.

“Homem é o que o Homem Sente” (SANSOT apud SODRÉ, 2013). Basta estar imerso na multidão para arrear-se com a entoação de seus gritos em uníssono, seja de êxtase seja de terror:

“Poder para o Povo e o Poder do Povo vai Fazer um Mundo Novo”

No entanto como afirma John JORDAN em seu lendário manifesto *Notes Whilst Walking on “How to Break the Heart of Empire* afirma que movimentos sociais seriam como as estações do ano: “Eles tem suas primaveras e seus verões, seus momentos de expansão e de levante, mas também seus outonos e seus invernos, tempos de contração e lenta incubação”⁴². Depois de sofrer golpes dramáticos da mídia e do braço armado do Estado e do empresariado, o movimento das ruas encontra-se em pleno inverno, apesar da estação do ano estar sendo a mais quente possível. Mesmo considerando que desde o início das manifestações foram sofridas muitas mortes como resultado de ações irresponsáveis por parte do poder público, o movimento tem como marco de desmobilização o incidente fatal que ocasionou a morte de um cinegrafista por conta do disparo de um rojão por parte de dois manifestantes. Este erro trágico foi explorado exaustivamente pela mídia, pois após diversas outras tentativas de forjar casos que mobilizassem a opinião pública contra as manifestações este não apenas era real como foi documentado em detalhes. A repercussão ressoou por todo o país sendo o principal instrumento usado para instaurar um processo judicial completamente arbitrário, amparado no testemunho de agentes policiais que se infiltraram em alguns grupos e em meia dúzia de pessoas cujas motivações são claramente mesquinhas. O processo levou à prisão preventiva de 23 ativistas às vésperas do final da Copa. Tendo como base relatos tão absurdos e incoerentes que chegam ao ponto de citar o nome de Bakunin, anarquista russo morto em 1876, que é citado como suspeito. Parte desses 23 ativistas segue presa, enquanto a outra está foragida tendo sido negado inclusive direito à habeas corpus apesar de não terem cometido crime algum. Mesmo estando o processo em arrolamento judicial, eles já foram julgados e condenados pela opinião pública forjada pela mídia de massa – tiveram suas caras estampadas no jornal de maior

42 Livre tradução da autora do original em inglês: Social movements are like seasons, they have their springs and summers, their moments of expansion and uprising, but also their autumns and winters, times of contraction, of slowness and incubation. Original disponível em <http://eipcp.net/transversal/1007/jordan/en>. Acessado em 22/02/2015

circulação da cidade como bandidos, suas vidas foram devassadas, estão mais difamados do que os bandidos de alto escalão envolvidos em esquemas de corrupção que estouraram em todos os recônditos da instância pública. É importante ressaltar ainda que o primeiro condenado no contexto das manifestações de Junho de 2013 foi Rafael Braga, sem teto, negro, preso por portar material de limpeza, que segundo o processo, ainda que estando em embalagem plástica não teria ínfima possibilidade de ser usada como explosivo, foi alegado que este serviria para a confecção de coquetéis *molotov*, artefato que para ter efeito explosivo demanda o uso de suporte de vidro. Rafael segue preso até o presente momento.

RANCIÉRE menciona um processo semelhante com relação aos movimentos da França de agora em comparação à primavera europeia de 68:

O ano de 1968 existiu em parte porque o rádio cobria profundamente o movimento estudantil, sabia-se tudo que acontecia, havia uma geração de jovens repórteres de rádio que fez circular as informações.

Agora, aconteceu o contrário. A mídia aprisionou o movimento universitário numa espécie de paisagem hostil, gente que não entendia, que dizia coisas alucinantes. O partido majoritário de direita (UMP) criou associações de pais de estudantes exigindo o reembolso das inscrições porque os estudantes não tiveram aula. Isso era impensável há dez anos.

As forças da dominação e da exploração aumentaram consideravelmente seus meios de ação. Diante da crise financeira, não vimos nenhum discurso forte e sério contra o capitalismo, só esses pequenos grupos e partidos anticapitalistas com as mesmas ideias de décadas atrás. Nada que trouxesse esperança, movimentos com ideias alternativas a uma concepção hegemônica confrontada com suas próprias contradições. (RANCIÉRE,)

O movimento internacional Reclaim de Streets responsável pela lendária mobilização *Carnaval Against Capitalism* que tomou as ruas de Genova durante a reunião do G8 de 2001, passou por processo semelhante. Após a ocupação de fábricas auto-geridas, da recusa às privatizações da Bolívia, dos protestos contra a guerra do Iraque e dos encontros de rebeldes no Fórum Social Mundial, o movimento foi extinto parte por conta da perseguição da mídia, outra devido à criminalização severa – a manifestação citada foi adicionada à lista do FBI de grupos terroristas procurados, mas talvez as divisões internas tenham sido o obstáculo mais difícil de ser transposto. (JORDAN, 2005)

O mesmo pode ser observado com relação às Jornadas de Junho. Diante do sucesso de reunir milhões de pessoas em praça pública em atos que se sobrepunham movidos por

um processo dinâmico que tirou a todos das suas zonas de conforto, as atenções eram chamadas irremediavelmente às pautas comuns, restando pouca disposição para alimentar egos e disputas de poder. No entanto, passado esse momento de produção eufórica, pouco a pouco a dinâmica do mundo de fora foi voltando a reger a de dentro, e o movimento foi se dissolvendo em descontentamento ante à frustração da expectativa de fazer uma revolução macro e imediata. RANCIÈRE entende as revoluções como sendo rupturas na ordem do visível, pensável, realizável dentro do universo do possível e do sensível. Ele contraria o entendimento de que estas seriam etapas de um processo histórico afirmando que não existiria uma teoria que diga como nasce uma revolução nem mesmo como conduzi-la, porque cada vez que ela começa, o que existia já não seria mais válido. Revoluções, no entanto, podem ser preparadas mas não antecipadas. Por sua vez BEY acredita que revoluções não se sustentam através da história, elas só são revoluções de fato em caráter temporário pois uma vez estabelecidas a mesma ordem acaba sendo colocada em vigor, apenas os atores é que mudam.

#O Gigante Acordou foi uma frase bastante usada para descrever o ápice das manifestações, no entanto ela não dá conta dos incontáveis levantes que antecederam as jornadas de Junho e que movimentam favelas e guetos nas mais diferentes regiões do Brasil e em seus diversos períodos históricos. Essa falta de continuidade da resistência que explode em levantes muitas vezes esparsos dificulta a constituição de uma memória coletiva da luta e de um saber em processo permanente de constituição. Isso se transforma em um obstáculo difícil de ser transposto e diante do qual muitos se deixam levar pela promessa de privilégios em detrimento de direitos comuns a todos. Em meio a um processo eleitoral questionável no qual os representantes públicos são eleitos por votos em urnas eletrônicas inseguras e que não apresentam garantia de fidelidade ao voto nelas computado, o movimento foi atravessado por interesses partidários de toda sorte e o cálculo político se sobrepôs à ação crítica em plena Copa. Os atos, tiveram sua potência minimizada por conta da sua repetição e de processos decisórios pouco democráticos e estratégicos, a crítica se dissolveu em purpurina e euforia festiva. O dissenso foi então tomando cada vez mais caráter destrutivo e não construtivo e a utopia no horizonte acabou sendo substituída pelo pragmatismo.

Ativistas possuem alma vulneráveis, afirma JORDAN (2005). A maioria se torna politicamente ativa por ser tomada por uma indignação profunda com relação à injustiças e devastações ecológicas e sociais. Essa sensibilidade é o estímulo que leva à politização e a habilidade de transformar emoções em ações norteiam a luta. No entanto a resistência necessária para preservar a sensibilidade diante do impacto das adversidades da realidade distópica, das tragédias cotidianas pelas quais se tem profunda empatia, acaba distanciando a luta do seu sujeito. A transformação é vista somente como algo externo e não apenas interno ao movimento mas ao próprio indivíduo que por sua vez, é, além de inevitavelmente parte do sistema contra o qual ele combate, mas que também o forma.

Esta concepção do humano separado, obviamente, cria uma dialética entre o sujeito e o objeto, o sujeito e o mundo, o sujeito e a natureza, o sujeito e a técnica, que são o fundamento da crise não só do pensamento, mas também da crise ecológica contemporânea que condena a espécie humana ao desaparecimento. De acordo com SODRÉ (2013) não é apenas o modelo econômico que determina o nosso impacto ambiental, mas um problema filosófico mais profundo, baseado nesta separação entre humano e mundo; nesta narrativa que pensa o humano como uma espécie separada do resto da realidade.

Ainda de acordo com SODRÉ (2013) a etimologia da palavra humano vem de húmus, que em latim significa “fertilidade”. A palavra é utilizada na biologia para descrever os resíduos do solo que o tornam fértil. De fato, a perspectiva ecológica pode ser pensada em termos agregativos, conforme as definições de LATOUR, em que atores diferentes se agregam e formam uma ecologia, mas em que cada um continua mantendo a própria identidade separada. A lógica agregativa não necessariamente supera a distinção opositiva, mas apresenta-se como sendo conectiva. Em sua complexidade cada elemento não existe em si, mas encontra sua própria dimensão a partir da conexão com os demais. Assim, o humano se torna humano a partir de sua conexão com a tecnologia, com a biodiversidade e com o ambiente que o forma e o torna, em determinado período, uma determinada espécie ou determinada entidade. Esta entidade, obviamente, está sujeita continuamente a transformações e a novos estatutos de sua própria espécie, a partir de outros tipos de conectividade.

Se a mudança do mundo passa por reconfigurações da maneira de pensar e entender a realidade, ela necessariamente passa pelas transformações na ordem do indivíduo. A

filosofia prática de Gandhi, que dedicou a sua vida à desobediência contra o Império e uniu criatividade à resistência, o pessoal ao político e a imaginação à ação, os fins e os meios foi resumido de maneira notória na seguinte frase: “Seja a mudança que você quer ver”. Esse desafio permanece sendo potencialmente o mais radical do momento atual porque nos leva a atuar no aqui e agora, banindo o desespero, e se recusa a imaginar uma utopia distante, que leva a espera e a esperança. (JORDAN, 2005)

Talvez o elemento chave da transformação do mundo seja de fato a autotransformação do ser para além da ambição, pela tomada do poder de forma individual e não coletiva. É apenas sobre essas bases que os avanços se consolidam em cultura, evitando que as brechas abertas acabem revertendo as linhas de fuga em linhas de destruição:

Estado sempre contém internalizada uma máquina de guerra institucionalizada; todo movimento de desterritorialização carrega consigo elementos de reterritorialização. As próprias fronteiras que separam os termos emparelhados são, em outras palavras, vagas, continuamente em fluxo. Finalmente, o que parecia ser o caminho assinalado da liberação revela, por vezes, conter paradoxalmente a dominação mais brutal: o alisamento do espaço social traz, às vezes, uma rigorosa hipersegmentação; linhas de fuga revertem-se freqüentemente em linhas de destruição, tendendo assim ao fascismo e ao suicídio. (HARDT in DELEUZE et GUATTARI, 2000, introdução)

Nesse sentido o grupo espanhol denominado Guerrilha F5 cujo nome remete à tecla que ativa a atualização de tela em muitos sistemas de navegação internética, desenvolveu em código aberto o seguinte manifesto, tendo como base o manifesto Antropofágico de Oswald de Andrade (1928) e o Manifesto Ciborgue de Donna Haraway (1985):

Os exércitos são como plantas, imóveis como um todo, enraizados, alimentados através de ramos longos que atingem a cabeça. Nós somos como um vapor transportado pelo vento. Os afetos atravessam nossos corpos como flechas. Nossos corpos são mapas de poder e identidade. E os efeitos são armas contra todos os importadores de consciência enlatada.

A batalha não é física, mas moral e, portanto, as batalhas são um erro. Somos uma influência, algo invulnerável, intangível, sem frente ou retaguarda, nos movemos como gás. Nunca soubemos o que era a fronteira urbana, suburbana e continental. Então, lutamos para convencer, não para vencer. Pela diversidade, não a identidade. Para transformar

antes de qualquer coisa no espaço renovado pelo vento. O inimigo é apenas uma contingência da luta, não o nosso objetivo.

A vitória não consiste necessariamente em ganhar no ponto onde o inimigo parece inatacável, mas sim para mudar o mapa inteiro e assim torná-lo um ponto de importância secundária. Mover a ação para outro lugar e deixar o inimigo para defender entrincheirado em um lugar que se tornou inutilizável. A defesa de uma praça já se perdeu. A desordem máxima é o nosso equilíbrio. A mobilidade conta mais que a força. A bestialidade atingiu uma nova posição neste ciclo de mudanças de parceiros.

Nossa arma é como o vento: ao mesmo tempo o ar que todos respiramos e o gás venenoso que fazemos respirar o inimigo. Nossa arma é a capacidade de transformar cada indivíduo em um parceiro e amigo. Porque os nossos reinos estão vivos na imaginação de cada um. E o vento não se conserva, apenas continua soprando, corroendo e movendo formas sólidas, enquanto desvia.

Somos quimeras, híbridas, teorizadas e fabricadas de máquina e organismo. A máquina somos nós e nossos processos. Por isso a nossa estratégia é a construção de novas pistas, novos mapas do espaço deserto para habitar. Onde o soldado comum vê apenas deserto, vemos uma rede articulada de trilhos e linhas que se move: um espaço para preencher, que coincide com o seu mundo e, ao mesmo tempo, o supera.⁴³

Di FELICE ressalta a importância de se tomar a consciência das dificuldades das transformações que estão em curso na contemporaneidade uma vez que estas pressupõem transformações filosóficas profundas. Ele afirma que por isso mesmo elas seriam atrativas uma vez que nos coloca em posição bastante desconfortável por um lado e ambiciosa por outro pois coloca em cheque as categorias e conceitos consolidados desde muitos séculos. (Di FELICE, 2014) Com relação a isso a arte se coloca como uma potente estratégia na promoção do diálogo, provocando mudanças de ordem sensível em todos os envolvidos nos processos de criação e predispondo os sujeitos a uma aproximação empática que reumaniza, promovendo mudanças de pontos de vistas e a invenção de novas culturas. Só por meio da arte se pode materializar a utopia. Negri entende a Utopia como sendo um conceito prioritário e extremamente realista. Para ele existe utopia quando há construção ou revelação do comum e quando novas subjetividades são produzidas de forma autônoma.

A capacidade produtiva que transmuta obstáculos em potência é ilimitada. O #NÃOVAITERCOPA emergiu da multidão como um anseio de resgatar a cidadania de quem se percebeu como sendo intruso em sua própria cidade, refém de seus próprios

43 Texto disponível na íntegra em <http://www.labic.net/traducao-nos-a-guerrilha-f5/>. Acessado em 29/12/2014.

representantes. É um grito que ao invés de se colocar como uma negativa paralisante, estéril, propõe alternativas para uma realidade imposta ao povo de maneira truculenta. E se esse grito surge de um povo notoriamente apaixonado por futebol é porque realmente a situação com a qual a multidão se deparou é de extrema gravidade. Vemos outras negativas serem afirmadas pela multidão: Fim da Polícia Militar, Fim das Fraudes Eleitorais, Fim do Genocídio Negro e Indígena ainda em curso. 2013 terminou, os simulacros de escuta por parte dos governos não foram suficientes para saciar os anseios de mudança do povo até porque nenhuma mudança real se deu – CPIs já começaram em pizza, a truculência da polícia não foi apurada muito menos revista, o governador Sérgio Cabral não caiu, apenas deixou o cargo dando lugar ao Pezão que segue pela mesma linha. As evidências de corrupção tanto do seu mandato quanto do prefeito Eduardo Paes não tiveram qualquer acareação, Amarildos seguem desaparecendo nas favelas que sobrevivem duramente às remoções que se dão a toque de caixa. Não existe mais possibilidade de falarmos em democracia dentro desse esquema representativo. O que a experiência da multidão busca instaurar e coloca em prática na sua própria dinâmica é um modelo alternativo que se baseia na plena participação que vai muito além das eleições. De Dentro pra Fora, de Fora Pra Dentro. Não somos mais do que o mundo que tentamos mudar. Ele nos constitui na medida que dele formamos parte. Não é possível mudá-lo sem estar disponível para mudar a nós mesmos. Talvez esteja exatamente aí a grande potência da luta - fazer com que nos confrontemos com o que trazemos em nós desse mundo que queremos mudar e a forma como reproduzimos na nossa vida diária o modus operandi do Poder. Cada dia estou mais convencida de que a Revolução é feita de dia a dia, é bem mais cotidiano e menos Espetáculo. A Revolução é bem mais caminho do que chegada, mas dá passos lentos e quando muda, muda tudo e todos ao invés de ser instantânea e superficial. A Revolução se faz mais de cidadãos e menos de ativistas...é feita por pessoas comuns e não por heróis, salvadores e pátrias. A Revolução é algo que é colocado em prático no dia a dia. Revoluções pontuais já não são suficientes, queremos produzir um novo cotidiano. Talvez 2013 nunca de fato terminará - o Ano Novo está apenas começando. A Revolução será Sensível ou não será.

6. Bibliografia

- AUGÉ, Marc. Elogio de la bicicleta. Barcelona: Gedisa, 2009.
- ARONSON, Sydney, citado em FURNESS, Zack, One Less Car: Bicycling and the Politics of Automobility. Philadelphia, Ed. Temple University Press, 2010.
- BARBOSA, Marialva Carlos. Disciplina: Metodologia de Pesquisa em Comunicação. PPGCOM/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2013
- BENJAMIN, Walter. Sociologia. 2.ed. Trad., introd. e org. Flávio Kothe. São Paulo: Ática. 1991.
- BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad, 2001
- BOLLE, Willi. Fisiognomia da Metrópole Moderna – Representação da História em Walter Benjamin .2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A distinção, crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. História reificada e incorporada. In: O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BUEZAS, Calvo T. Cultura, culturas, subcultura, in R.Reyes (dir.) Terminología científico-social. Aproximación crítica. Barcelona: Anthropos.1988.
- CAIAFA, JANICE. Aventura das cidades: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco.2001.
- CANCLINI, Garcia Néstor. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais em um mundo globalizado. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- CARPES, Juliandre in Desaparecidos e Esquecidos. A pública em 26 de Fevereiro de 2014 acessível em <http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/>. Acessado em 08/03/2014
- CASTELLS, Manuel. “O poder da comunicação”. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2013.
- COCCO, Giuseppe. MundoBraz: o devir-Brasil do mundo e o devir-mundo do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- COUTO, A.; ISRAEL, B. A marca Rio: Uma promessa ainda por ser entregue. In: URANI, A. E. G. F. (.). Rio, a hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda,2011.
- DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEBORD, Guy. Op. cit., p. 21 (também em JACQUES, Paola Berenstein (org). Apologia da deriva: escritos situacionista sobre a cidade / Internacional Situacionista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

Di FELICE, M. Os efeitos pós-políticos da emergência do Net-ativismo. In: III Seminário preparatório para o XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades - A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea. Unisinos. Em 21 a 24 de outubro de 2014. Disponível em <http://bit.ly/1f0EnYR>. Acessado em 29/07/2014.

DELEUZE, G e GUATARRI, F. Mil Platôs, vol 2. São Paulo, ed. 34, 2000.

_____. O que é Filosofia?. 2 ed. São Paulo: Editora34, 1993.

_____. O Anti-Édipo. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago. 1976 (Trabalho original publicado em 1972).

DURÁN, María-Ángeles. La Ciudad Compartida: Conocimiento, afecto y uso. Madrid: Ediciones SUR, 2008.

ENGELS, F. A Situação da Classe Operária na Inglaterra. São Paulo: Global, 1988.

FAULHABER, L. “Rio Maravilha – Práticas, processos políticos e intervenção no território no início do século XXI”. EAU – UFF, 2013. Disponível em http://issuu.com/lucas.faulhaber/docs/tfg_lucasfaulhaber. Acessado em 12/12/2013.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2004. 235 p. ISBN 8521803443

_____. Microfísica do poder: organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HARDT, M. e NEGRI, A. Multidão– Guerra e democracia na era do império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. Império. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FREIRE, Pedro Guilherme Mascarenhas. “Porto dos desterrados: Morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio”, dissertação de mestrado defendida no PPGA-UFF, 2011

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GABLER, N. Vida, O filme. Como o entretenimento conquistou a realidade. Tradução: Beth Vieira. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

GÓES, F. Os grandes eventos de 2011 a 2016 e seus legados para a cidade. In URANI, André e GIAMBIAGI, Fabio (orgs). Rio, a hora da virada. Rio de Janeiro. El-sevier Editora Ltda., 2011.

GOFFMAN, E. A representação do eu da vida cotidiana. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999.

_____. Behavior in Public Places: Notes on the Social Organization of Gatherings. New York. The Free Press. 1963

GONÇALVES, Rafael Soares. Cidade Espetáculo e Grandes Evento no Rio de Janeiro em uma Perspectiva Histórica. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro UERJ, 2013.

GRINDON, Gavin et JORDAN, John. O Guia Para Exigir o Impossível. Tradução: Agência Transitiva, Rio de Janeiro. Londres: Laboffi, Laboratory of Insurrectionary Imagination, 2010. Disponível em https://www.academia.edu/3844671/Guia_Para_Exigir_o_Imposs%C3%ADvel acessado em 12/03/2013.

GUATTARI, F.; ROLNIK, Suely. Micropolítica; cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOLMGREN, D. Os Fundamentos da Permacultura. Tradução: Alexandre Van Pary Piergili e Amantino Ramos de Freitas. Disponível em <http://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/permaculturaFundamentos.pdf>. Acessado em 3/12/2014.

IGLESIA, P. El movimiento por los centros sociales, Ekintza Zuzena, nº20. 1996.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. "Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social:.". In: _____. A sociologia do Brasil Urbano. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LOPES, F. F. Patrimônio cultural na cidade moderna: investigações/possibilidade histórico-educacionais. In: XI Seminário APEC, 2006, Barcelona: XI Seminário APEC, 2006.

MARICATO, Ermínia - Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo, Revista VeraCidade - Ano IV - N. 4 - Março de 2009

MARICATO, Ermínia... [et al.]. Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo; Boitempo/Carta Capital, 2013

MELLO, Thiago de e Pedro Paulo. Botafogo e Aligre: Gentrificação em Rio e Paris. Rio de Janeiro: Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT), Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (InEAC). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.academia.edu/4616949/Botafogo_e_Aligre_Gentrificacao_em_Rio_e_Paris_ensaio_. Acessado em 26/04/2014

MENDES, Luís. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. Cadernos Metrópole, São Paulo. v. 13, n. 26, 2011.

MUMFORD, Lewis. The City in History. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 196

_____. Espaço e política: o direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1969.

NEGRI, Antonio. Art and Multitude: nine letters on art, followed by Metamorphoses: art and immaterial labour. Cambridge, UK: Polity Press, 2011.

NEGRI, Antonio e COCCO, Giuseppe. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio e HARDT, Michael. *Commonwealth*. Cambridge, MA, The Belknap Press, 2009.

NETO, Afonso Celso Machado. *Cultura e urbanismo*, texto original publicado no *Jornal O Povo* de 19 de março de 2005.

OUTHWAITE, William (et.alli). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PADILHA, V. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum – comunidade, mídia, e globalismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

PAULO, Paula Paiva. “Do ‘Ponha-se na Rua’ ao ‘Sai do Morro Hoje’: das raízes históricas das remoções à construção da “cidade olímpica”. Niterói: IACS – UFF, 2013. Disponível em <http://jornalocasarao.files.wordpress.com/2013/12/das-rac3adzes-hisc3b3ricas-das-remoc3a7c3b5es-c3a0-construc3a7c3a3o-da-cidade-olc3admpica.pdf>

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. *O desentendimento: Política e Filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.

ROLNIK, Raquel apud Sprejer, Pedro. *Raquel Rolnik: a conquista do direito à cidade*. *Jornal O Globo Online* disponível em <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2013/06/22/raquel-rolnik-conquista-do-direito-cidade-500794.asp>, 2013.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A Insurreição do uso*. In: MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre eo retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec. 1996.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. Tradução: Lygia Araújo Watanabe — São Paulo; Companhia das Letras, 1988.

_____. *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Best.Bolso, 2008b.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, G. O. (org.). *O fenômeno urbano*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973

SMITH, N. (1996b), *Gentrification, the frontier, and the restructuring of urban space*, in S. FAINSTEIN; S. CAMPBELL (ed.), *Readings in Urban. Theory*, Oxford, Blackwell.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Vozes, 2002

_____. Disciplina: O Comum e O Comunicacional. PPGCOM/ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2013

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, O.B.F., VAINER, C. e MARICATO, E; A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2012.

_____. Entrevista disponível em <http://www.etter.ippur.ufrj.br/ultimas-noticias/162/o-brasil-esta-vivendo-um-estado-de-excecao>. Acessada em 24/10/2014.

7. Anexos

Imprensa

Casamento da Dona Baratinha

3/9/2015 Casamento alvo de protestos no Rio custou cerca de R\$ 3 mi - 16/07/2013 - Cotidiano - Folha de S.Paulo

UOL Assine 0800 703 3000 SAC Bate-papo E-mail BOL Notícias Esporte Entretenimento Mulher Rádio TV UOL Shopping

FOLHA DE S.PAULO
PMDE afirma que generoso autor foi no investimento

Login
Assine a Folha
Atendimento
Versão Impressa

DOMINGO, 8 DE MARÇO DE 2015 10:15

Opinião - Política - Mundo - Economia - Cotidiano - Esporte - Cultura - F5 - Tec - Classificados - Blogs - Seções - 23°

Últimas notícias China in Town: Poluição de volta ao ar

cotidiano educação carnaval 2015 rio de janeiro crise da água mobilidade urb

Rio de Janeiro

Casamento alvo de protestos no Rio custou cerca de R\$ 3 mi

CRISTINA GRILLO DO RIO
16/07/2013 04h00

Compartilhar 5,9 mil Tweetar 97 60 OUVIR O TEXTO Mais opções

No calçadão da avenida Atlântica era possível ver os salões do hotel Copacabana Palace transformados em um misto de palácio tropical e indiano, com arranjos de flores multicoloridas sobre mesas espelhadas e painéis reproduzindo trabalhos de artistas da missão francesa, como Debret e Rugendas.

Lá dentro, o clima era tenso entre os cerca de 1.000 convidados do casamento de Beatriz Barata e Francisco Feitosa Filho --ela, neta de Jacob Barata, conhecido como "rei dos ônibus" do Rio; ele, filho de Francisco Feitosa, grande empresário do setor de transportes do Ceará.

Câmera do Copacabana Palace pode identificar agressor de manifestante
Grupo faz protesto em casamento de neta de empresário de ônibus no Rio

A tensão começara mais cedo, quando Beatriz teve que descer da Mercedes que a levava à igreja sob a proteção de policiais militares. Depois da cerimônia, convidados e manifestantes seguiram para a festa no hotel.

"Ficamos todos muito assustados, constrangidos por estarmos ali e com medo do que poderia acontecer", contou à **Folha** uma convidada. "Todos se olhavam como se fossemos Marias Antonietas prontas para a degola."

No calçadão da avenida Atlântica, manifestantes gritavam "Ox, ox, ox, tá cheia de botox" para as convidadas que chegavam à festa ou ousavam se aproximar da varanda do hotel para ver o que acontecia lá embaixo.

Na dúvida de quem era o noivo, qualquer jovem engravatado que aparecia na sacada era saudado com "Há, há, há, vai brochar".

Beatriz Barata planejava seu casamento grandioso havia mais de dois anos. Nessa época, quando ainda era noiva de Renato Amorim, executivo de uma multinacional de recrutamento de pessoal, ela reservou quase 800 metros quadrados dos principais salões do hotel: o Nobre, o Golden Room e outros três, frontais, que se ligam à varanda do Copacabana Palace.

Guardou também um espaço na concorrida agenda da igreja Nossa Senhora do Carmo, no centro da cidade, e na do decorador Antonio Neves da Rocha.

O namoro com Amorim terminou, Feitosa apareceu e os planos foram mantidos.

Profissionais do ramo de cerimônias de luxo ouvidos pela **Folha** calculam

crise da água

COMO ECONOMIZAR | 20 RESPOSTAS SOBRE A CRISE

ENTENDA
Entenda a crise da água e o futuro dos recursos hídricos

PARTICIPE
Está sem água? Envie seu relato ou imagem

RECORDAÇÃO
Ajude a achar personagens dos últimos rodízios de água em SP

TUDO SOBRE CRISE DA ÁGUA

siga a folha

RECEBA NOSSA NEWSLETTER
Digite seu email... enviar

envie sua notícia

Fotos Vídeos Relatos

EM COTIDIANO

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Jovem tenta localizar donos de fotos encontradas em máquina antiga		
2	Aos 17 anos, filha de pastor consegue mudar nome de Israel para Thifany		
3	Sabesp mudou técnica para tentar induzir chuvas na região de represas		

Coração a Batucar - Maria Rita
Edição especial de "Coração a Batucar", vencedor do Grammy Latino, com CD e DVD
Por R\$ 39,90
Comprar

folhash
Compare preços:

SMART TV LI HD, 4 HDMI, R\$ L

TV LED 49" L 2 HDMI, USE R\$

Tv
Nova Chevrolet
Veja nossas Ofertas: Onix Prisma e Montana 0Km!
Resort Recanto Teixeira

http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1311633-casamento-alvo-de-protestos-no-rio-custou-cerca-de-r-3-milhoes.shtml 1/4

que o casamento tenha custado em torno de R\$ 3 milhões.

O serviço de bufê do hotel, por exemplo, custa cerca de R\$ 250 por pessoa. Inclui coquetel, frios, jantar com entrada e saladas, sobremesas e bebidas não alcoólicas.

Uma decoração como aquela, segundo os profissionais, não custa menos de R\$ 500 mil. A noite teve ainda show do cantor Latino, cujo cachê para eventos do tipo gira em torno de R\$ 80 mil.

Marcelo Trindade/Agência Globo - 13 jul 2013



Manifestantes erguem cartazes no momento em que Beatriz Barata chega para seu casamento na igreja do Carmo

CINZEIRO

A festa de Beatriz, que nas redes sociais ficou conhecida como "o casamento da dona Baratinha", terminou mal.

Daniel Barata, 18, seu primo, é suspeito de ter atingido com um cinzeiro o manifestante Ruan Nascimento, 24, morador do Complexo do Alemão, que levou seis pontos na testa.

A partir daí o clima esquentou. Cinco carros tiveram vidros quebrados ou foram amassados. Uma vidraça da entrada do hotel foi quebrada.

Mais uma vez, o Batalhão de Choque foi chamado para intervir. O "casamento da dona Baratinha" acabou em uma nuvem de gás lacrimogêneo e spray de pimenta.

Em fotos postadas nas redes sociais, o jovem Barata é visto lançando aviõezinhos feitos com notas de R\$ 20 sobre os manifestantes. Convidados da festa jogaram bem-casados da varanda.

Ontem Barata escreveu um pedido de desculpas no Facebook e negou ter arremessado o cinzeiro.

"Para esclarecer as coisas, joguei uma nota de R\$ 20 da sacada do hotel com o objetivo, sim, de repudiar os manifestantes [...] e admito que errei, assim como acredito que erraram os que atiraram pedras e ovos nos convidados [...], mas quero deixar bem claro que não tenho nada a ver com quem tacou cinzeiro."

"O que assistimos foi o baile da Ilha Fiscal do nosso século. Houve uma grande reação popular a uma situação de ostentação, e a partir de agora as pessoas vão pensar mais antes de fazer uma festa desse tamanho", disse a colunista social Hildegard Angel, que escreveu sobre a festa em seu blog.

4	Estudantes travestis adotam novo nome em escolas estaduais de SP
5	Em avião de guerra, servidor diz ter feito chover durante seca há 50 anos

partir de amanhã

Porsche All Inclusive, 2 lit.
Nov. Reserve Já

Gps

A partir de apenas R\$ 168
Aproveite!

Netbooks

A partir de 12X R\$ 63. Curt

+ livraria

Linchamento expressa o empenho da sociedade em 'restabelecer' a ordem, diz sociólogo

Nudez das índias estava longe de ser erótica

Medidas assistencialistas criam subclasse e 'miséria moral'



Prostituição à Brasileira

José Carlos Sebe B. Helny

De: R\$ 45,00

Por: R\$ 37,90

Comprar



Somos Todos Caninhas

Clóvis de Barros Filho e Júlio Percepe

De: R\$ 34,90

Por: R\$ 29,90

Comprar



Chaplin - A Obra Completa (20 DVDs)

Chaplin

Por: R\$ 199,90

Comprar



Educação, Convivência e Ética

Mario Sérgio Cortella

De: R\$ 34,00

Por: R\$ 28,90

Comprar



A Fênix Islamista

Loretta Napoleoni

De: R\$ 30,00

Por: R\$ 24,90

Comprar

Casamento da Dona Baratinha II

3/9/2015

Manifestantes fazem panelaço durante casamento de neta do empresário dos ônibus do Rio -

Seja um colaborador Seja nosso representante de vendas

Idiomas Como anunciar Política de privacidade

Curtir 52 m

HOME	BRASIL	MUNDO	CHINA	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	SAÚDE
ESPECIAIS	Foro de São Paulo	UNASUL	Lava Jato	ISIS	Venezuela

PUBLICAÇÃO • VER MAIS



Nove Comentários sobre o Partido Comunista Chinês
Com a reforma econômica na década de 1970, o Partido Comunista Chinês se esforça para construir uma imagem positiva para o mundo. Porém, sua história é baseada em abusos aos direitos humanos.

Publicação exclusiva EPOCH TIMES



China • Direitos Humanos

Shopping Ibirapuera recebe Exibição de Arte que relata perseguição ao Falun Gong na China

Publicado em 14/07/2015 às 8:04 - Atualizado em 13/11/2014 às 22:50

Manifestantes fazem panelaço durante casamento de neta do empresário dos ônibus do Rio

Por Bruno Menezes, Epoch Times em Brasil - Grandes Protestos Brasil

Curtir 690 Tweet 13 G+ 5 2



Manifestantes fazem panelaço em frente ao Copacabana Palace, durante festa de casamento de Beatriz Barata (captura de tela da transmissão do MídiaNinja)

RIO DE JANEIRO – Cerca de 200 pessoas protestaram na noite deste sábado (13) em frente à Igreja do Carmo, no centro do Rio de Janeiro, durante o casamento de Beatriz Barata, neta do empresário Jacob Barata, conhecido como o “Rei dos ônibus”. Barata é dono de um conglomerado que controla 25% da frota de ônibus da cidade.

Vestidos de noiva e portando cartazes como “Dona Baratinha, vai de ônibus para o Copacabana Palace” e “Casar com o dinheiro do povo dá azar”, os manifestantes exigiam a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPI) para investigar irregularidades no transporte público carioca. Segundo a Polícia Militar, 30 homens do 5º Batalhão (Praça da Harmonia) reforçaram a segurança no local para a cerimônia e o protesto foi pacífico.

Por volta das 21h, os manifestantes seguiram para o Copacabana Palace, na Avenida Atlântica, em Copacabana, para a festa de casamento de Beatriz Barata. Cerca de 500 pessoas fizeram panelaço, buzinaço e gritaram palavras de ordem em frente ao hotel, sem bloquear a avenida nem interferir no trânsito. Em dias de festa julhina, os manifestantes também dançaram quadrilha, com canções adaptadas contra o que consideram a outra “quadrilha” que festejava do lado de dentro. Em resposta, convidados jogaram comida, bebida e até aviõezinhos feitos com notas de R\$ 20 do salão de festas.

Em dado momento, um convidado atirou um cinzeiro de vidro causando corte profundo na cabeça de um dos manifestantes. Em resposta, alguns atiraram pedras contra a fachada do famoso hotel, que ficou manchada de sangue. A

ÚLTIMAS

Saúde • Medicina Alternativa

3 passos para

Brasil • Economia

Inflação tem pior supera meta ideal

Mundo • Américas

Por que os ger Cuba?

Mundo • Oriente Médio

Lider do braço da segundo jornal Si

China • Economia

Por que os indica China não são co

Saúde • Medicina Alternativa

Fitness intelli mesmo aos 80

Mundo • Américas

Dzhokhar Tsarna por atentado na n

China • Economia

A China não é a n

Ciência e Tecnologia •

Histórias inexp em animais



Brasil • Sociedade • F

Secretaria de silêncio sobre em blusa mac



52.266 pessoas curtir



Plug-in social do Facebook

http://www.epochtimes.com.br/manifestantes-fazem-panelaço-durante-casamento-de-neta-do-empresário-dos-ônibus-do-rio/#.VPxLpWTF_Xr

1/3

segurança do local estava reforçada com 50 policiais e 12 viaturas do 19º Batalhão de Polícia Militar (Copacabana), segundo a PM.

Repórteres foram intimidados no exercício de seu trabalho. Dois cinegrafistas do MídiaNinja, que realizavam transmissão ao vivo no local, foram fisicamente agredidos: um por um segurança e outra por um motorista particular. Solicitados pelos repórteres, policiais que testemunharam o ocorrido se recusaram a ajudar e inclusive revidaram com spray de pimenta e revistaram um dos cinegrafistas. Na porta lateral do edifício, um convidado que não foi identificado jogou no chão o celular de um manifestante que filmava o protesto e também não foi repreendido pelo policial e seguranças que integravam o cordão de isolamento.



Um manifestante foi atingido na cabeça por um cinzeiro atirado por um convidado (captura de tela da transmissão do MídiaNinja)

Com a chegada dos soldados do Batalhão de Choque da PM, por volta de 3h desta madrugada, os manifestantes, que momentos antes tentavam impedir a saída de convidados, começaram a dispersar após bombas de efeito moral e tiros de balas de borracha em frente ao hotel. Não foi usado gás lacrimogêneo.

Neste exato momento, Ruan Martins Nascimento, o ferido pelo cinzeiro, 24 anos, ainda aguardava a autorização da direção do hotel para que entrasse acompanhado de sua advogada e de um policial para receber cuidados médicos e identificar o autor do arremesso, o que, com a confusão, não chegou a ocorrer. Ele só conseguiu ser atendido depois das 4h por uma ambulância, que mesmo estacionada no local permanecia fechada até o momento.

O panelaço continuou, um pouco mais afastado, enquanto os convidados saíam escoltados pelos soldados do Choque, que não atenderam à solicitação de advogados de Ruan de buscar o autor do arremesso do cinzeiro. Perguntada sobre se irá apurar o caso, a Polícia Militar não respondeu e se limitou a dizer, em nota, que o "Batalhão de Choque foi acionado para conter um tumulto envolvendo um grupo de manifestantes", se referindo aos incidentes do cinzeiro e do arremesso de pedras. Da janela, participantes da festa elogiavam os soldados e provocavam os manifestantes dando risadas e dizendo "está na hora de dormir".

Em nota, a diretoria do Copacabana Palace informou que foi surpreendida pelo protesto e que a manifestação trouxe transtornos à rotina e funcionamento da casa. "Os manifestantes bloquearam todos os acessos do hotel, impedindo clientes, hóspedes e funcionários de entrar ou sair de nossas dependências. Estas pessoas nada tinham a ver com os protestos", afirmou, acrescentando que dezenas de pessoas foram insultadas, dentre as quais "idosos, cadeirantes, crianças de colo e mulheres grávidas".

O hotel considera injusto o fato de ter tido sua fachada alvejada por pedras, que, segundo a diretoria, atingiram também "veículos de hóspedes e convidados, que foram amassados e tiveram vidros quebrados". "Hospedamos eventos privados em nossos salões, que são contratados por pessoas ou empresas, todos os dias."

Sobre o incidente do cinzeiro, a diretoria do hotel lamentou a situação e assegurou que tomou as providências cabíveis. "Tão logo tomamos conhecimento de que havia uma pessoa ferida, providenciamos os primeiros socorros na ambulância contratada para o evento, que se localizava a 50 metros da porta principal do hotel", afirmou a diretoria, que se coloca "à disposição das autoridades policiais para prestar esclarecimentos e providenciar informações que sejam necessárias".

O Copacabana Palace e a Polícia Militar não se pronunciaram sobre o excesso e omissão de seguranças e policiais contra repórteres e um manifestante que filmavam o protesto.

As hashtags *#casamentodabaratinha*, *#casamentodonabaratinha* e *#casamentodonabaratinha* continuam no topo do ranking das mais comentadas no Twitter e Facebook. Em junho, os cariocas também foram às ruas contra o aumento das passagens de ônibus e por melhorias nos serviços públicos.

—

Epoch Times publica em 35 países em 21 idiomas

Siga-nos no Facebook: <https://www.facebook.com/EpochTimesPT>

Siga-nos no Twitter: [@EpochTimesPT](https://twitter.com/EpochTimesPT)

TAGS [#casamentodabaratinha](#) [Beatriz Barata Brasil](#) [Bruno Menezes choque](#) [Copacabana Palace cpi](#) [Igreja do Carmo](#) [Jacob Barata manifestantes](#) [ônibus panelaço polícia protesto](#) [Rio de Janeiro transportes](#)

Todo conteúdo deste site está publicado sob a Licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivados 3.0 Não Adaptada. Para reproduzir a matéria, é necessário apenas dar crédito ao Epoch Times em Português e para o repórter da matéria.

« Era uma vez o Maracanã

BC e CVM unem-se para avaliar riscos de operações de derivativos »



Disqus seems to be taking longer than usual. [Reload?](#)

Institucional

Quem somos
Como anunciar
Privacidade
Fale conosco
Seja um colaborador
Representante comercial

Editorias

Brasil
Mundo
China
Ciência e Tecnologia
Saúde

Especiais

Nove Comentários sobre o PCCh
Medicina Tradicional Chinesa
Figuras Históricas China
Histórias Antiga China
Além da Ciência



SIGA O EPOCHTIMES EM PORTUGUÊS

Leia a diferença. Epoch Times Todos os dias

A CAIXA-PRETA DOS TRANSPORTES

Desbaratando a CPI

Audiência da Comissão dos Ônibus foi marcada por briga entre manifestantes e até sapatada

Genivaldo Grossi
Correspondente de
Rio de Janeiro
genivaldo@globo.com.br

Uma polêmica não acabou com a audiência da Comissão dos Ônibus, marcada para o dia 15 de abril, no Palácio do Rio Branco, sede da Prefeitura. O grupo de manifestantes, liderado por Carlos Roberto de Oliveira, chegou cedo e se reuniu no saguão do prédio para discutir o projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo. O grupo chegou cedo e se reuniu no saguão do prédio para discutir o projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo.



Polícia livre. O agente policial em frente da Câmara não conseguiu conter manifestantes, que invadiram bem-tudo, barricadas de Dona Beatriz e deturpadas Baratas.

Uma polêmica não acabou com a audiência da Comissão dos Ônibus, marcada para o dia 15 de abril, no Palácio do Rio Branco, sede da Prefeitura. O grupo de manifestantes, liderado por Carlos Roberto de Oliveira, chegou cedo e se reuniu no saguão do prédio para discutir o projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo.



Tensões crescentes. Simpatizantes de Dona Beatriz se preparam para a audiência comemorativa pelo

enquanto negociavam, entre o uso da polícia, mas para a avaliação de ética e transparência, sem o fechamento da Casa para não ter acesso. Isso é inaceitável. Não há negociação. Não há negociação. Não há negociação.

PERMISSÃO PELAS RUAS DO CENTRO

A aprovação do projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo, liderado por Carlos Roberto de Oliveira, chegou cedo e se reuniu no saguão do prédio para discutir o projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo.

Uma polêmica não acabou com a audiência da Comissão dos Ônibus, marcada para o dia 15 de abril, no Palácio do Rio Branco, sede da Prefeitura. O grupo de manifestantes, liderado por Carlos Roberto de Oliveira, chegou cedo e se reuniu no saguão do prédio para discutir o projeto de lei que altera o contrato de concessão de transporte coletivo.

RECEBEM APENAS LEITA AGUAS DA PREFEITURA

Os ônibus da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro, que são utilizados para o transporte coletivo, recebem apenas água da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

RECEBEM APENAS LEITA AGUAS DA PREFEITURA

Os ônibus da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro, que são utilizados para o transporte coletivo, recebem apenas água da Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

MUNDIAL
O menor preço total

Festival de Chocolate

- Fila Silgona no Puro de Beringe (Paqueta)
- Carretilha Congelada a Granel
- Tô de Leite de Frango Congelada SEARA Bandeira 1 kg
- Butela Congelada MONDELLE Pacote 2,5 kg
- Leite em Pó Desnatado MOLICO Integral Instantâneo NINHO Lata 300g x 400g
- Chocolate Repetidas

FRIDAY, JUL 11, 2014 08:00 PM BRT

"Then one of our glitter terrorists fired his gun": The World Cup's wild, naked anti-government protests

Artists and LGBT activists are protesting FIFA in a carnival of costumes and graffiti

VIDEO

GREG SCRUGGS

Share 78

41

TOPICS: VIDEO, WORLD CUP, PROTESTS, BRAZIL, CARNAVANDALIRIZAÇÃO, LIFE NEWS



A World Cup protester in Rio de Janeiro, Brazil, June 12, 2014. (Credit: AP/Silvia Izquierdo)

It's true that the much-anticipated massive World Cup protests have not panned out — perhaps because of increasingly brutal police tactics — even despite Tuesday night's national embarrassment. But that doesn't mean there haven't been public declarations against FIFA's imperious behavior, white elephant stadiums, no-bid overpriced contracts to construction firms, and shady collusion between politicians and big business.

Though it has happened surprisingly under the media radar, Rio has seen all the trappings of protests: organized marches, sloganeering signs and chants, matching solidarity T-shirts and a heavy dose of tear gas and beatings at the end, courtesy of the country's finest. But if that formula by now feels a little stale, a group of Cariocas (Rio natives) have injected the anti-establishment movement with new energy by leveraging the best of the city's creative spirit to call attention to the abuses and absurdities of the controversial tournament and all the public-sector malfeasance it entails.

Under the banner of *Carnavandalirização* (a portmanteau of Carnival, vandalism and lyricism), this loose-knit coalition of artists, human rights promoters, designers, LGBT activists, musicians, actors and of course *carnavalescos* (the folks responsible for conceiving of the city's annual samba school parade routines) is going for "quality over

follow salon

Email Address

SUBSCRIBE

MOST READ



Anti-science advocates are freaking out about Google truth rankings

JOANNA ROTHKOPF



Elizabeth Warren causes DC freakout: Why the liberal hero has elite Washington in hysterics

ELIAS ISQUITH



Jon Stewart destroys Netanyahu over speech to Congress

SARAH GRAY



The right has f***ked up minds: Meet the researcher who terrifies GOP Congress

PAUL ROSENBERG



Joe Biden has the perfect response to Ben Carson's comments on homosexuality and prisons

LUKE BRINKER



The 6 most outrageous details from Conrad Hilton's in-flight meltdown

SARAH GRAY



"We are hostage to his fortune": Sheldon Adelson, Benjamin Netanyahu and America's dark money conspiracy

BILL MOYERS AND MICHAEL WINSHIP, BILLMOYERS.COM



Tennessee just became the first state that will jail women for their pregnancy outcomes

KATIE MCDONOUGH



Jimmy Kimmel won't back down about vaccines

MARY ELIZABETH WILLIAMS



Mitch tries to be a tough-guy: What's behind McConnell's latest Iran gambit

JIM NEWELL



10 ways white people are more racist than they realize

KALI HOLLOWAY, ALTERNET

quantity," as one participant said in a telephone interview, to pursue "creative dissidence" with provocative performances, searing critiques, clever plays on words and a willingness to put their bodies on the line.

Leticia (name changed at her request) has worked with a samba school for 12 years producing Carnival performances, and her knowledge of theatrical production and access to an arsenal of raw materials – fabric, paint, sequins and shiny accessories – have helped translate Carnavandalirização from a radical proposal to an even more colorful version of Brazilian life than the sanitized image that FIFA and the major networks broadcast.

With the grand finale coming to the group's home turf on Sunday, they are preparing for their fourth edition of *Our Cup Is in the Streets*, which has brought together several hundred costumed protesters who have confused, bewildered and delighted police and the general public alike. While strains of the idea go back to last year's Carnival, they really started to coalesce in May 2013, a month before the mass demonstrations that filled Brazilian streets. Now they riff on the truculent aspects of the traditional police vs. protester confrontation. The state sends in the *tropa de choque* (shock troops or riot police). Then, in come the *choque de amor* (shock troops of love) that walk right up to the cops and place flowers in the breast pockets of their bulletproof vests. "The police told us the *choque de amor* was very well executed," Leticia said with pride.

And, flower power symbolism aside, it worked. Their first organized effort was in tandem with a Rio protest just hours before the World Cup opened in São Paulo on June 12. When it started to turn ugly, with police ready to haul protesters and nearby street dwellers alike off to jail, they called out the cops with flower lapels, who all of a sudden didn't act so tough. "Then one of our glitter terrorists fired his gun, which launched glitter all over the place," Leticia recounts. "That kind of defused the tension; that's our role."

Not that they're pacifists. "Violence is part of protests too, but that's not our function," she said. **Black blocs**, the name applied to anyone who wears black or Anonymous masks and goes on the front line to fight with police, break windows or wreak havoc, have become a fixture of Brazilian protests. As a complement to, not a repudiation of, black blocs, Carnavandalirização trots out pink blocs – a group that also represents pro-LGBT forces – and silver blocs – which look like something out of a '50s sci-fi B-movie set.

The elaborate costumes are produced in a collaborative atelier housed at the Casa Nuvem, a collective art space on a side street in Lapa, Rio's bohemian redoubt. "We have Carnival in our DNA," Leticia explains, stressing that they have no sponsors – an accusation leveled at many protest groups since last year's spontaneous demonstration quickly took on a party politics character. So with leftovers in hand, they get to work, stitching, sewing, gluing and painting.

Some of their more elaborate creations are very direct allegories, with masqueraders representing the "FIFA gang," as they call them, and the government, who were married in a mock ceremony at one of the protests. A staged shot that looks like a photo-booth printout on the Carnavandalirização Facebook page shows a creepy Ronald McDonald, representing the official sponsors of the World Cup, **humping the government from behind**.

That graphic metaphor carries through much of their rhetoric as a way of subverting homophobic language in Brazilian popular culture. At the World Cup opener, President Dilma Rousseff was booed and taunted with chants of "*Ei, Dilma, vai tomar no cu* (Hey, Dilma, go take it up the ass)." The sense that Brazil *deu o cu* (gave its ass up) to FIFA – or that the Brazilian people did the same to their corrupt politicians – permeated the popular protest movement of the last year.

Carnavandalirização has thus printed T-shirts that read over two lines "O CU PA / COPA," a double entendre that parses varying as "Occupy Copa" or "Your Ass for Copa." Leticia explains, "For us, the *cu* is a marvelous, wonderful thing," echoing a sign I saw when perusing protest coverage last year that read "*Dar o cu é bom* (Giving up your ass is a good thing)."

Shortly after Brazil's humiliating defeat to Germany on Tuesday, they posted another image in the same photo-booth style as Ronald McDonald with the "O CU PA / COPA" slogan and a naked man showing his *cu* in all its glory. "*Deu zebra*," the post read, a Brazilian term for a major soccer upset.

While half-naked women dancing samba atop floats at Carnival time may give a different impression, public nudity is not socially acceptable in Brazil – not even going topless at the beach. So naturally during the Brazil-Chile game on June 28 they organized a naked soccer game on the beach, a *pelada pelada* (as a noun, a pick-up soccer match; as an



My atheist search for God: We're debating science and religion all wrong

NANCY ELLEN ABRAMS



"Religion is all magical thinking": Professional skeptic The Amazing Randi has a moral duty to debunk

LAUREN WISSOT



"Merchants of Doubt": Meet the sleazy spin doctors who will stop at nothing to obscure the truth

LINDSAY ABRAMS



The dirty truth about Doritos: What you're really eating on Super Bowl Sunday

PATRICK DI JUSTO

FROM AROUND THE WEB

Presented by Zergnet



Ebay Overrun With Bagged Air From Kanye West Concerts

M.I.A. Drops Surprise New Song 'Can See Can Do'

Carly Rae Jepsen Enlists Tom Hanks, Justin Bieber for New Video

NBC's Charles Manson Series 'Aquarius' With David Duchovny Set for May

Obama Blasts Ferguson Police Department as Two More Officers Resign

HUFFPOST WOMEN

The Amazing Woman Who Changed My Life

The Fashion Industry Is Getting More Accepting. Here's Proof

Kate Upton's Gorgeous Glossy Lips & More Celebrity Beauty Looks We Loved This Week

Africa Has the Opportunity to Unlock the Potential of Its Women and Girls

On This International Women's Day, Let's Recognize the Value of Investing in Women and Girls

UPWORTHY

3 women deliver a powerful message about the state of women's rights in the world.

This billboard takes on domestic violence in a way you really have to see to believe.

Hear from the world-famous supermodel who's standing up for 65 million girls.

Try these 8 things when you start to feel sick. (Because science!)

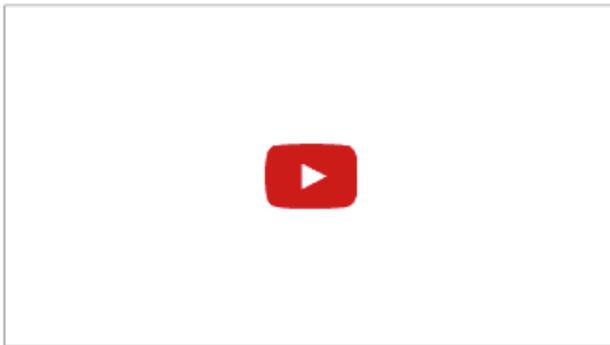
Folks in this city survive on \$3 per day. He calls the

adjective, naked) when police were too engrossed in the official match to notice.

city home and is trying to help.

But their biggest successes remain strategic interventions that they pioneered last year before raising the Carnavandirização banner. In July 2013, a group protested the wedding of an heiress to Rio's lucrative, mafia-like public bus contracts. The hapless bride's family name, Barata, means cockroach, so protesters wearing wedding dresses distributed plastic cockroaches outside the event. Next came Baratox, a fictitious exterminator that sent representatives to a public hearing at city council last August on the hunt for "cockroach politicians."

The coup de grâce came on July 2, when the FIFA president, Olympic Committee head, and Minister of Sport, among other dignitaries, met at a forum in downtown Rio. June and July is festa junina season in Brazil, a kind of country fair where people dress up in peasant costumes and square dance – quadrilha (conveniently also the word for an organized crime gang). So they held a Quadrilha da FIFA, replete with an original song to serenade the powers that be and costumes with clever puns on official sponsors (Oi, a telephone company, became Foi – go away – and Visa became Vasa – mud).



"Five people is very efficient; it gets way more media attention than a protest now that those have become routine," Leticia affirmed. Sure enough, the press made mention of them in its coverage of the event, even though a protest of five would not have generated even a sentence in the newspaper a year ago with tens of thousands taking to the streets.

That said, the World Cup final this Sunday is too big of an event to pass up for one last hurrah, though she was circumspect about future plans – whether, for example, Carnavandirização will continue with the same approach through the 2016 Olympics in Rio, another source of public ire. "We serve the demands of the street as creative artists," she said. Whether a new name or a new game, however, protesting, disrupting and mocking Carioca Carnival-style in acts of creative dissidence is sure to rear its glittery *cu* again soon in the cidade maravilhosa.

MORE GREG SCRUGGS.

Share 78

41

8+1 0

0



"One girl can be silenced, but a nation of girls telling their stories becomes free"

Next Article

YOU MIGHT ALSO LIKE

More from Salon

- My masturbation misery
- Why do so many straight women prefer penetration to oral sex?
- Blow-job blowhards
- Dad calls cops to teach son a lesson; cops shoot son dead

We Recommend



NOTÍCIAS

Brasil: protesto contra repressão policial agita festa do Mundial no Rio

30/06/14 03:33 CET

Share this article

Cerca de uma centena de pessoas manifestou-se, este domingo, no Rio de Janeiro, contra a repressão policial durante o Mundial de futebol.

A marcha de protesto percorreu a praia de Copacabana tendo terminado junto à loja oficial da FIFA com dezenas de manifestantes deitados no chão para denunciarem o que consideram ser um massacre.

Os manifestantes denunciam, "a violência policial cometida em nome do futebol", nomeadamente durante as operações recentes para pacificar as favelas da cidade.

"Nós não vemos nenhuma política de educação, de saúde ou de defesa dos direitos humanos neste país e estamos cansados. Dos mais pobres à classe média estamos todos cansados desta situação. Não é apenas uma manifestação contra o governo mas contra todas as políticas levadas a cabo até hoje neste país", afirma um manifestante.

"As pessoas têm direito a exprimir-se e é por isso que nos manifestamos. Para mostrar as mentiras que nos contam", sublinha outra manifestante.

O protesto, escoltado pela polícia, decorreu sem incidentes. Desde há vários meses que a paixão pelo futebol no Brasil divide a população entre os que aclamam o Mundial e os que denunciam os milhões gastos no evento face à alegada falta de investimento do governo em políticas sociais.

Copyright © 2015 euronews

Mais informação sobre [Brasil](#) [Campeonato do Mundo de 2014](#) [FIFA](#) [Manifestação](#) [Pobreza](#) [Política Brasil](#)

Também pode estar interessado em



Libertado britânico suspeito de mercado negro no Mundial do Brasil



Mundial de futebol aos olhos de três canais de televisão europeus



Contestação no Brasil: Platini pede interrupção



Manifestações históricas no Brasil abalam classe política

By using this website, you agree with our use of cookies to improve its performance and enhance your user experience. More info in our [Cookies policy page](#).

Veja as principais histórias do dia

Copa das Manifestações II

3/9/2015

FIFA Go Home: Inside Brazilians' Struggle to Challenge the World Cup



Demonstrators hold up red cards to protest public money spent on the World Cup on the Copacabana beach in Rio de Janeiro, Brazil, Saturday, June 21, 2014. Organized by Rio de Paz, protesters say the money spent on the international soccer tournament should have been used to improve schools, health care and security in shantytowns.

IMAGE: SILVIA IZQUIERDO/ASSOCIATED PRESS

BY SAM LAIRD
JUN 25, 2014

RIO DE JANEIRO — Julia Mariano says the night of June 20, 2013, was like being in "an American action movie."

An estimated 1 million protesters filled Brazilian streets, including 300,000 in her native Rio de Janeiro, to demand better public services and protest the massive costs of mega-events such as the [2014 World Cup](#) in the face of Brazil's widespread poverty and corruption. The scene [turned violent](#). Police fired tear gas canisters and rubber bullets into the crowds, hitting destructive and non-destructive demonstrators alike. Protesters bled. In São Paulo, at least one died.

In Rio, Mariano and her compatriots tried to flee the violence.

SEE ALSO: [World Cup: Beyond FIFA's cushy bubble, real life goes on](#)

"It felt like we were being chased," Mariano, a documentarian, activist and freelance producer, recalls recently in this glamorous-yet-gritty capital of the World Cup. "You're running away from the police down different streets. You go down one street and you see the police coming. Then you go down another street and you see the police coming there."

Finally, they reached a collective art space near the city's Lapa district. They'd held meetings there before — but on that night, she says, "it was like a bunker." Outside, helicopters buzzed overhead. Tear gas canisters exploded against buildings. She heard screams and yells.

"At one point we looked at each other and said, 'We're in a fucking war,'" she remembers. "My flatmate called me and said, 'Don't come home because everything is closed and you won't get home safe.' I was like, 'OK, this is something crazy, but it's happening.'"



Protesters run from the clouds of tear gas during an anti-government protest in Rio de Janeiro, Brazil, Thursday, June 20, 2013.

IMAGE: VICTOR R. CAIVANO/ASSOCIATED PRESS

Last Thursday night, Mariano and about three dozen other arts-minded activists in their 20s and 30s gather again at the same collective art space (they've asked me not to share its name or exact location, because others use it for non-political purposes). They meet here weekly to discuss actions in protest of the World Cup and Rio's next mega-event, the 2016 Summer [Olympics](#).

On this night, Mariano tells me the violent, chaotic events of June 20, 2013, served as "the glue" that bound their group together in a more committed way than they'd ever expected.

They call themselves the *Atelier de Dissidências Criativas*, which roughly translates to "The Workshop of Creative Dissent." By design, they have no clear leader, and they're just one of many groups with similar general missions. Rather than through violence and destruction, they aim to change the mainstream World Cup narrative through art, performance and celebration — but most of them don't condemn groups like the Black Bloc which, the same night we spoke, caused an estimated [\\$1 million in damage](#) in São Paulo.

Their goal isn't so much to change the current World Cup in any specific way; it's more to challenge — and, ideally, impact — the mainstream narrative surrounding the tournament, shifting its focus to the event's human costs and larger political context. To the billions spent on stadiums [that won't be used again](#) and the millions living in abject poverty.

Stencil outlines and paintings decorate the walls of the dimly lit space. A winter rain pounds outside. Bikes and half-finished sculptures sit in some corners. In a side room, people print shirts with anti-FIFA slogans.



David Esteban Villa Toro, 25, makes an anti-FIFA T-shirt in Rio de Janeiro on June 19, 2014.

IMAGE: MASHABLE/SAM LAIRD

The meeting offers a window into both the amorphous nature of the homegrown movement against Brazil's mega-events, as well as a look at the protest actions that don't get mainstream press coverage. It also sheds light on the challenges activists face in making their messages heard.

"Most of the kids in the Black Bloc, I know them too," one of the more vocal people at the meeting says of the overall protest movement, after agreeing to speak on the condition of anonymity. "It's not that they're separate, but they would be planning their own thing somewhere else right now," she says, emphasizing the loosely defined nature of the opposition.

That lack of cohesiveness isn't unique to this country's movement. But Larissa Bery, an activist and master's student at the Universidade Federal do Rio de Janeiro, says it does have some distinctly Brazilian characteristics. She says this both helps and hinders the various groups' shared goals.

"Brazil lacks organization and lacks structure or planning a lot of the time, but it's also a very spontaneous place," she tells me after the Thursday meeting. "You can set an action the day before and it will be very successful with almost no planning at all. But you can also have another action that you are planning for months and nobody shows up."

Sometimes, however, the most popular statements happen almost by accident. Just ask Paulo Ito.



IMAGE: [PAULO ITO](#)

Ito's mural of a crying child holding a knife and fork while staring at a soccer ball on a plate [went viral in May](#). The powerful image was picked up by news outlets across the world. But Ito says he "was really surprised" when that happened.

He also says artists and activists have a new tool at their disposal, one that helped his mural become a global phenomenon despite being painted in an uncrowded area.

"I am sure that without the Internet only a few persons would know it," he tells me in an email.

For part of the World Cup's group stage last week, the singer Rihanna used Ito's painting as her Twitter avatar while [posting often about the tournament](#) to her 35 million followers.



Artists and activists gather in Rio de Janeiro to plan protest actions against the World Cup on June 19, 2014.

IMAGE: MASHABLE/SAM LAIRD

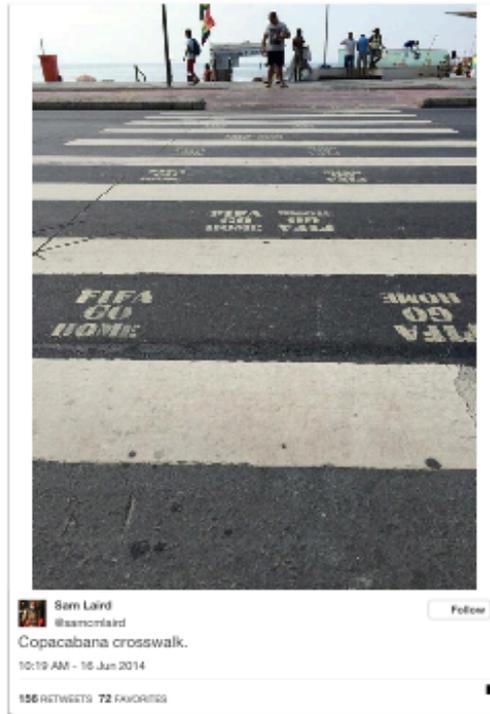
At Thursday's four-hour meeting near Lapa, the *Atelier de Dissidências Criativas* members discuss plans, what they've noticed working, what they've noticed not working and how they can build more awareness of the context of this World Cup and its massive costs.

The police are a problem, most agree, cracking down and blocking actions with overbearing enthusiasm. Another issue: It's too hard to get close to the Maracana, the stadium hosting matches in Rio, without a match ticket.

Several meeting attendees say people at the [FIFA Fan Fest](#), a massive open-air party that broadcasts games on Copacabana Beach in the World Cup's tourist epicenter, seem receptive to their messages. But — after a quick laugh, thumbs-up or yell of approval to non-destructive shows of protest — they seem more occupied with alcohol, flirting and partying.

What's needed, the group agrees, is a party of their own, with dancing, music and art. A "Fuck FIFA Fest," to bring the revelers in and engage them with a different kind of message. Or maybe, some say, they should call it "FIFA Fuck Fest." And exactly where it should be held isn't quite clear. But at least one thing is agreed upon: The acronym will be "FFF."

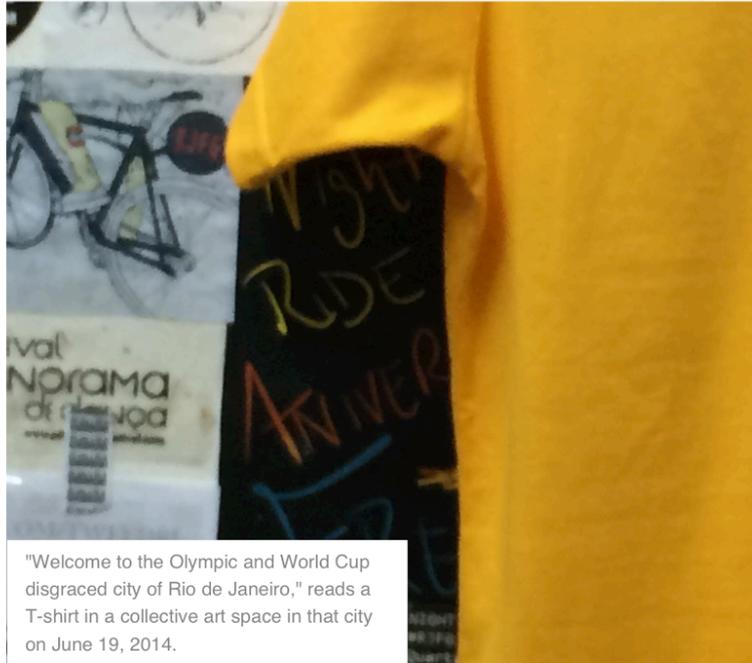
Indeed, walking around Rio, you see anti-World Cup messages plainly and frequently — but it's a festive vibe that dominates the air.



After the violence of last June, speculation ran rampant about what might happen at this summer's World Cup. Would millions of protesters take to the streets again? Would the legacy of the 2014 World Cup be not one of soccer, but one of protest and controversy?

So far, this hasn't happened. When I ask why at Friday's meeting, attendees offer a similar explanation: Citizens are scared of Brazil's military police who cracked down last summer.

"I think before June 20, people used to think police would only catch the ones who were vandalizing and police were only bad with the bad guys," Berry says. "But after that they realized a lot of police have a modus operandi of violence and it doesn't matter who you are or what you're doing if they get that order."



"Welcome to the Olympic and World Cup disgraced city of Rio de Janeiro," reads a T-shirt in a collective art space in that city on June 19, 2014.

IMAGE: MASHABLE/SAM LAIRD

Mariano, the activist who compared that night to an American action movie, agrees. But she also gives another explanation: The movement in Brazil is bigger than the World Cup and tied to others worldwide — but it's also inhibited by a global fascination with Earth's most popular event.

"I think we're having a worldwide representative crisis, and we have people who are trying to question that in different ways," she says at the Thursday night gathering near Lapa. "It's not only here — we have contacts in Turkey and Egypt and other parts of the world that are feeling the same things we're feeling here."

"But you ask why people are more interested in the World Cup? It's the fucking World Cup. You can't do much about that."

But still, every week, they gather here to try.

TOPICS: [MASHABLE MUST READS](#), [SOCCER](#), [SPORTS](#), [WORLD](#), [WORLD CUP](#)

Promoted Stories

Recommended by

Get our hottest stories delivered to your inbox.

Sign up for Mashable Newsletters to get personalized updates on top stories and viral hits.

EMAIL

SIGN UP

Marcha Silenciosa

3/13/2015

Marcha silenciosa pede fim da violência policial e direito a manifestação no Rio | Agência Brasil

Últimas notícias

Editorias ▾

Fotos

BR



Direitos Humanos

Marcha silenciosa pede fim da violência policial e direito a manifestação no Rio

Gosto [Twitter](#) [+1](#) URL: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/marcha-silenciosa-em-copacabana-pede-fim-da-violencia-policial-e-direito-a-manifestacao-no-rio>

29/06/2014 18h22

Rio de Janeiro

Akemi Nitahara – Repórter da Agência Brasil Edição: Welton Máximo



Em ato pacífico, manifestantes caminharam pela Avenida Atlântica, do Posto 5 até a Fan Fest. [Foto: Agência Brasil](#)

Um grupo de manifestantes seguiu pela Avenida Atlântica, em Copacabana, do Posto 5 até a Fan Fest, em uma marcha silenciosa marcada apenas por dois bumbos, na tarde de hoje (29). Muitos usavam mordaça e vestiam camisetas amarelas com o número -1 e o nome de vítimas do Estado nas favelas – como o pedreiro Amarildo, Cláudia (arrastada por uma viatura da Polícia Militar) e o dançarino DG. Outras camisetas exibiam Educação e Saúde, com o número zero estampado.

Os manifestantes simularam um jogo de toque bola na rua. Nos cartazes, dizeres como “pelo direito à livre manifestação”, “não é normal o estado matar negro e pobre”, “pelo fim do genocídio dos pobres e negros”, “o poder e a força bruta não vão nos calar” e “pelo nosso direito à cidade”. Também foram lembrados os nomes Rafael, Caio e Fábio, considerados presos políticos pelos manifestantes.

O morador de rua Rafael Braga Vieira foi preso durante os protestos de junho de 2013, de posse de material de limpeza, mas foi condenado por porte de artefato explosivo. Caio Silva de Souza e Fábio Raposo estão presos e são julgados por homicídio triplamente qualificado, após terem acendido o rojão que atingiu e matou o cinegrafista Santiago Andrade, em fevereiro deste ano.

A fotógrafa Paula Kossata explica que começou a acompanhar as manifestações relacionadas à Aldeia Maracanã em 2012 e acabou aderindo às causas das ruas por causa da repressão sofrida pelos manifestantes. Segundo ela, os movimentos sociais estão sendo criminalizados, e o país vive um regime de exceção.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-06/marcha-silenciosa-em-copacabana-pede-fim-da-violencia-policial-e>

Últimas notícias

12/03 - 23h56 | [Geral](#)

MPF diz que está investigando juiz afastado do caso Elke Batista

12/03 - 23h19 | [Geral](#)

Rio: denunciados PMs envolvidos na morte de mulher arrastada por viatura

12/03 - 23h15 | [Política](#)

Solidariedade inicia campanha para colher assinaturas favoráveis a impeachment

12/03 - 22h54 | [Geral](#)

Trabalhadores rurais querem reunião com ministros para discutir reforma agrária

12/03 - 22h19 | [Internacional](#)

Justiça argentina vai convocar junta médica para esclarecer morte de promotor

12/03 - 22h08 | [Geral](#)

Dilma cancela agenda em Belo Horizonte por problemas de saúde da mãe

[Ver mais](#)

1/2

3/13/2015

Marcha silenciosa pede fim da violência policial e direito a manifestação no Rio | Agência Brasil

Para a ativista, o país passa por uma situação na qual quem deveria proteger a população a agride. "A polícia deveria proteger o povo, mas acaba virando inimigo. A polícia, assim como os políticos, são nossos funcionários e estão ali para proteger a gente, mas é só levantar um cartaz que você é criminalizado. Até o nosso templo do futebol, o Maracanã, foi sequestrado do povo, privatizado, e o povo não tem mais acesso", acrescenta.

Paula destaca que a manifestação é pacífica, mas enfática quanto aos objetivos: "Precisamos de um momento mais pesado, de luto. Não adianta fazer ato lúdico, rodar bambolê na frente deles. Precisamos ser enfáticos em relação à violência policial".

Na concentração do ato, um major da Polícia Militar aproximou-se dos manifestantes para pedir informações sobre o trajeto e objetivos do protesto. Ele também disse que a corporação acompanharia a marcha para garantir a segurança deles e da população. A advogada Eloisa Samy aproveitou para pedir apoio à força policial.

"Pedimos o auxílio de um pequeno número de policiais, nada ostensivo, três homens, a fim de evitar que pessoas de fora da manifestação nós hostilizem, porque isso tem sido bastante comum e acirra os ânimos, causando tumulto e confusão", explicou a advogada. Eloisa foi uma das pessoas envolvidas com manifestações intimadas pela polícia a dar explicações às vésperas da Copa. Para ela, a ação foi uma forma de intimidar os ativistas e dispersar os atos.

"Expediram um mandado de busca e apreensão para equipamentos de informática e com acesso à internet, mas levaram capacete de moto, meus cintos, por serem pretos, meu bastão de softball, que está apreendido. Levaram coisas que estavam fora do escopo do mandado, como máscara contra gases, óculos de proteção. Não é só para intimidar, mas para obrigar o grupo a se dispersar e criar uma situação de conflito. Isso tem sido feito cotidianamente", reclamou Eloisa.

Fale com a Ouvidoria

TAGS | Copa 2014, manifestações, Violência Policial, Eloisa Samy

Editorias

Cultura
Direitos Humanos
Economia

Educação
Geral
Internacional

Pesquisa e Inovação
Política

Especiais

Dicas para o Imposto de Renda 2015
Dorothy Stang
Haiti: à espera da reconstrução
Reforma ministerial
Iré Anhe'eng

Parceiros

Lusa
TELAM

Institucional

Sobre a EBC
Acervo

Links de Vídeo

Dona Baratinha

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLIEFINkAXp0ivH2MAYgLE5jkZCuiY36eT>

1ª Sessão da CPI dos Ônibus na Câmara dos Vereadores do RJ - 22/08/2013

https://www.youtube.com/watch?v=jlO6lCi_Di4

Especial de Natal das Ruas

<https://www.youtube.com/watch?v=xt2XDNp6i0I&list=UUflXBon5hsWTYo9bVekdiPw>

Despacho Olímpico

<https://www.youtube.com/watch?v=u7PclWucBnI>

Marcha Silenciosa

https://www.youtube.com/watch?v=OEUF9QnfQ_M

Entrevista

<https://vimeo.com/106589527>

Fotos

Arte e Ação Direta



Final da Copa da Confederações

Foto por Ale Borges



Depacho Olímpico

Foto por Ale Borges

Guerrilha Simbólica



Graffiti Rio de Janeiro

Foto por Larissa Bery



Stencil Rio de Janeiro

Foto por Larissa Bery



Where is Amarildo?

Foto da Internet



Fifa Fan Fest – Abertura da Copa do Mundo

Foto por Paula Kossatz

O Potencial Humanizante do Trágico



Marcha Silenciosa

Foto por Pablo Dominguez (MIC)



Reunião da FIFA

Foto por Silnei Andrade (Coletivo Mariachi)



Performance Onde Está o Amarildo?

Autor desconhecido



Performance RIP Human Rights

Foto por Bruno Fochi

Resistência Bufa – Escracho e Política



Sapatão nos Palhaços

Foto por Leo Nabuco



Batman Pobre

Foto por Ellan Lustrosa



Tropa de Nhoque

Foto de Autoria Desconhecida



Reunião da FIFA

Foto por Silnei Andrade